

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

*Trabalho de Graduação Individual em Geografia*

**O (des)encanto do nome dos lugares em São Paulo:  
A motivação toponímica como nível de análise dos conteúdos da urbanização  
no contexto da metrópole paulistana.  
Uma aproximação entre Geografia e Linguística.**

**RAPHAEL BRANQUINHO RODRIGUES**  
**Orientação:** Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

**2016**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**O (des)encanto do nome dos lugares em São Paulo:  
A motivação toponímica como nível de análise dos conteúdos da urbanização  
no contexto da metrópole paulistana.  
Uma aproximação entre Geografia e Linguística.**

**RAPHAEL BRANQUINHO RODRIGUES - N.USP: 5426477**

Trabalho apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani, no âmbito da Disciplina FLG0499-04 – Trabalho de Graduação Individual em Geografia II, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**SÃO PAULO  
2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Mais que uma monografia de conclusão de curso, este trabalho é o resultado da reunião de diversas vivências e provocações ao longo desta instigante e transformadora empreitada que fora o ingresso na universidade, que não seria pessoalmente tão significativa sem o encontro de valorosos companheiros que se tornaram grandes amigos. Assim, agradeço aos geógrafos Wagner Constantino - amizade que precedeu a universidade -, Ancelmo Barreto, Silvio M. de Lima, Guilherme Barduco e Rogério R. Alves. Ao querido Ricardo Baitz pela referência intelectual e apoio num momento fundamental. E principalmente à Professora Amélia Luísa pelo acolhimento e toda inspiração ao longo do curso.

Também aos companheiros de caminhada, militância e labuta, desses encontros que ajudaram-me a dar sentido às coisas e ao mundo.

Agradeço especialmente aos meus pais por todo apoio e confiança, e à Ana pela fundamental companhia, incentivo e entusiasmo nesta e noutras aventuras.

**DEDICO** ao Alê Rocha, que me apresentou a geografia e a quem atribuo ser uma das maiores expressões de generosidade e companheirismo que pude desfrutar e tomar como referência... ainda que por quanto de sua breve passagem por aqui entre nós.

## RESUMO

A motivação toponímica pode ser tomada como um nível de análise dos conteúdos da urbanização. Neste trabalho propomos o exercício por meio de uma amostra dos topônimos dos empreendimentos de moradia lançados nos últimos dez anos na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo e para serem alçados a esta condição, realizamos uma aproximação entre geografia e linguística. De modo que o trabalho nasce de uma construção teórica que aborda a formação do conhecimento geográfico - no percurso da história do pensamento geográfico - em sua formação clássica na antiguidade com salto até sua institucionalização enquanto ciência moderna, abordando noções baseadas na escola francesa, como geografia do desenvolvimento, geografia crítica e sua implicação com o objeto, correlacionada à formação de um pensamento complexo mediado por representações que dão sentido e coesão, ainda que aparente, à consubstanciação da experiência nas relações entre sociedade e natureza, nas relações de poder e nas formas de conhecimento geográfico tornado projeto e mercadoria. A habitação, enquanto importante categoria geográfica, serve de elo aos estudos toponímicos e a possibilidade de, a partir deles, revelar embates teóricos e práticos que dão formas e conteúdos à urbanização - como aqueles relativos ao poder, a dominação política e a sujeição econômica - na perspectiva das mediações simbólicas, que na ausência de elementos constituintes reais estes são substituídos por signos, transfigurando o real na condição da experiência por simulacros, elementos presentes e ao mesmo tempo ausentes, cuja amarração se dá pelo fetiche. Com a natureza - tornada raridade - sendo constituinte da habitação enquanto produto a ser lançado ao mercado, ou seja, na forma mercadoria, o morar encontra-se na origem permeado por formas ilusórias que tensionam sentido na experiência e na realização da mercadoria enquanto tal. Pelo exercício, dentre as muitas possibilidades que ele abre aos estudos e ao campo de investigação, vê-se o surgimento de produtos fantasmagóricos a partir da representação do espaço geográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização crítica; Toponímia; Semiótica; Relações de poder; Representação do espaço geográfico; Mediações simbólica; Simulacros.

## SUMÁRIO

Apresentação .....	07
Capítulo 01 - Geografia e o horizonte da experiência - Do conhecimento geográfico à ciência geográfica .....	09
Capítulo 02 - O retorno do político ao horizonte geográfico - Pensamento complexo e desenvolvimento .....	15
Capítulo 03 - O horizonte geográfico capturado - Noção de situação e movimento .....	25
Capítulo 04 - O horizonte geográfico e o poder implicado nele .....	32
Capítulo 05 - A distância crítica entre o trunfo real e o trunfo simbólico, o campo cego e a geografia que desejamos .....	50
Capítulo 06 - Sobre Geografia e Linguística - Apresentando a Toponímia ...	66
Capítulo 07 - Apresentando a metrópole e seus topônimos nos recentes empreendimentos de moradia, primeiras abordagens e problematizações .....	84
Capítulo 08 - Primeiro caso observado, o Jd. Mirante de Jandira .....	92
Capítulo 09 - O amplo diapasão da motivação toponímica .....	101
Capítulo 10 - A motivação toponímica como nível de análise dos conteúdos da urbanização no contexto da metrópole paulistana - Notas de encaminhamento .....	114
Considerações finais .....	126
Referências bibliográficas .....	131
Anexos .....	136

## ÍNDICE DE FOTOS E FIGURAS

Figura 01	-	Triângulo semiótico .....	74
Figura 02	-	Sintagma toponímica .....	78
Foto 01	-	O Mirante de Jandira e o ritmo da cidade .....	98
Foto 02	-	Vista panorâmica e os matacões .....	99
Foto 03	-	Rua da Fé .....	100
Foto 04	-	Uma experiência singular .....	103
Foto 05	-	Vitrines à céu aberto .....	108

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho nasce de um pretexto de se pensar acerca da coerência aparente do mundo cognoscível, que mobiliza ciência e técnica para encerrar-se numa totalidade fechada, por meio da aproximação entre geografia e linguística.

Assim, neste exercício, propomos duas linhas convergentes na perspectiva de uma geografia crítica: a representação da natureza e o conhecimento tornado poder. E, a partir delas, um diálogo - que resultou profícuo - com a linguística e os estudos da toponímia. Portanto, trataremos de geografia, de linguística e da motivação toponímica, esta última tomada nos esforços de se constituir um nível de análise dos conteúdos da urbanização no contexto da metrópole paulistana, objetivo final deste trabalho.

O percurso que percorremos procurou demonstrar desde o surgimento da geografia, como conhecimento organizado, até sua institucionalização enquanto ciência moderna, as tentativas de tornar o mundo cognoscível ao ponto de fazer da experiência humana significativa numa relação homem e meio, sociedade e natureza. Do desenvolvimento do pensamento complexo dentro da ciência geográfica, seus embaraços, das noções de movimento e desenvolvimento até sua concepção crítica e implicada com o objeto. Nossa base é pela tradição francesa, passando, principalmente, por Jean Brunhes, Yves Lacoste, Pierre George e Claude Raffestin até os mestres brasileiros, entre os quais, as Professoras da Universidade de São Paulo Odette C. de Lima Seabra, Sandra Lencioni, Ana Fani A. Carlos e Amélia Luísa Damiani.

A toponímia adere a esta construção a partir da onomástica aos empreendimentos de moradia, os mais recentes, encontrados na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo, correlacionados às perspectivas teóricas que colocam a habitação como um fator essencial geográfico, fundante da vida social e espacialmente definido, com noções de relações de poder e da reprodução das relações de produção, enquanto práticas mediadas pela língua e outras mediações

simbólicas, dentro de uma crise geral, dialética, com conteúdos de uma urbanização igualmente crítica.

Esta tentativa de aproximação entre geografia e linguística, diante do tema que propusemos enfrentar, não ocorreu sem passos trépidos e digressões. Também ocorreram dúvidas de método. E para enfrentar campo obscuro, nos momentos mais críticos recorremos às alegorias da história, tomando-as de apoio dos próprios autores de referência, como o labirinto do Minotauro e o fio de ouro - que nos permitiu as várias tentativas de atacar o tema - assim como da Torre Babel, com a idéia da dispersão das línguas como força centrífuga, e paradigmática, à reunião da humanidade em torno de uma empreitada material positiva no processo civilizatório.

O presente trabalho tem como finalidade a conclusão do curso de bacharelado em Geografia, oferecido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), através do Departamento de Geografia (DG), sob orientação da Professora Dra. Amélia Luísa Damiani.

A reunião destes elementos foi possível por dispormos das oportunidades abertas pela grade curricular oferecida à graduação em geografia, com fundamental referência e interlocução das disciplinas Toponímia Geral e do Brasil I e II, oferecidas no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da mesma faculdade, e pelas disciplinas Didática e Psicanálise, Educação e Cultura da grade de licenciatura em geografia, oferecida pela Faculdade de Educação, ambas da Universidade de São Paulo.



## CAPÍTULO 01

### GEOGRAFIA E O HORIZONTE DA EXPERIÊNCIA - DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Os estudos de história do pensamento geográfico permitem localizar desde a Antiguidade a ideia de um saber social possível que, voltado ao conhecimento da Terra, intentou-se buscá-la como um todo cognoscível e, através desta experiência, tomar este mesmo pensamento como estratégia no curso do processo civilizatório<sup>1</sup>, na ampliação do horizonte do mundo, na subversão das experiências da sujeição das sociedades aos imperativos naturais e, deveras, no aprofundamento do conhecimento acerca dos homens e do mundo.

Aquilo pois, identificado como conhecimento geográfico, colocava o homem, diante de seu horizonte da experiência, a perspectiva geográfica do mundo. Originalmente era voltada à ação. A práxis do geógrafo não só viria constituir um pensamento moderno, refletido do mundo, de viés especulativo, seja com um fim em si mesmo - como na virada e início do século XIX na França-, ou mesmo um conhecimento positivo no/do mundo até o vir-a-ser crítico e implicado na ação, como veremos ao longo da primeira parte deste trabalho.

A geografia, segundo Yves LACOSTE (2012 p.26), existe desde que existem os aparelhos de Estado. Desde Heródoto que, em 446 a.C., empreendeu uma série de enquetes em função do imperialismo ateniense sobre os países em que Atenas mantinha relações ou estava em conflito<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver LENCIONI, capítulo 1 "As origens do conhecimento geográfico" da publicação que corresponde à íntegra da tese de livre-docência sob o título "Região e Geografia"(2009).

<sup>2</sup> O periódico francês de Geografia, Hérodote, criado por Yves Lacoste e François Maspero em 1976 justamente por conta desta identificação com o trabalho geográfico orientado às estratégias e ideologias (LACOSTE, 2012 p. 17). De tal sorte que carrega a alcunha daquele pensador grego, por sinal também identificado com a História.

Segundo o autor a geografia constituiria um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares, visto que tais práticas exigiam conteúdos de informações fundamentadas e articuladas entre si em prol de uma ação engendrada e operada por Estados Maiores<sup>3</sup>. Portanto uma forma reveladora do poder. Condição particular da geografia cuja seara e produto do conhecimento fez com que alçasse importância e prestígio junto aos chefes supremos.

A colaboração da geografia não se limitava à representação dos continentes, das rotas marítimas ou dos palcos de guerra e conflitos de áreas. Sua condição de produzir materiais cartográficos que reuniam informações vantajosas (como os terrenos, as rotas, as concentrações humanas - entre outros fenômenos cartografáveis -) através da perspectiva multi-escalar dos fenômenos, esses todos num mesmo plano, correlacionados mediante o intuito da ação/finalidade, acabou por precipitar um modo particular de pensamento, deveras estratégico. Pois ao tomar a natureza e o horizonte - a ser explorado - como entes cognoscíveis, a geografia e conhecimento geográfico adquiriram contornos de experiência significativa acerca do mundo. Isto aconteceu por contribuição direta do trabalho dos geógrafos desde a antiguidade, defende LACOSTE(idem, p. 26).

Tal prática, capaz de articular diversas informações e saberes particulares, serviu de base para as interpretações dos territórios e era, através destes exercícios, que o Comando Maior militar munia-se de insumos para suas tomadas de decisão nos casos de intervenção e controle desses mesmos territórios. Para LACOSTE, à época da publicação de sua obra de referência, essa geografia dos estados-maiores seguia quase que completamente ignorada por todos aqueles que não a executavam, seja por suas informações permanecerem sigilosas, seja pelo alto custo de sua produção.

---

<sup>3</sup> Nesta obra de referência LACOSTE não teoriza sobre o estado, o conceito tem lugar em expressões tais como governos, países, minorias dirigentes, príncipes, oficiais, entre outras. A geografia ligada as práticas militares, políticas e financeiras, segundo o autor, formaria a "a geografia dos estados-maiores, desde os das forças armadas até os dos grandes aparelhos capitalistas"(Idem, p. 26).

Como demonstrou LENCIONI (2009), a geografia primeiro nascida como filosofia, não tardou a ser convertida em ciência moderna. A Geografia, a rigor das formas acadêmicas instituídas no final do século XIX, foi assinalada num ramo particular do saber e lhe fora cobrada a desenvolver um instrumental conceitual e teórico que lhe fosse particular e bem definido, e que assim lhe legitimasse cientificamente.

Entretanto, do mesmo modo que a dinâmica da história produz sociedades diferentes, particulares, as interpretações do real também o são (idem, p. 27). A Geografia, portanto, resistiu a este condicionamento formal. Este discernimento é importante para aferir que o movimento do pensamento não pode ser tomado isoladamente de sua perspectiva histórica e de seu lugar mundo. O horizonte geográfico do homem, ou seja, a dimensão do mundo que é percebida por ele como fonte de uma experiência significativa, é intrinsecamente solidária ao modo de como o homem coloca diante de si a natureza e o espaço no transcurso do processo civilizatório. Portanto próprio do pensamento humano, o conhecimento geográfico não só se situava ao alcance de todos, pois "viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências" LENCIONI(idem, p.22), como permearia todos os momentos da vida a ponto de se confundir com ela mesma, ainda que sob forte tensão das formas acadêmicas instituídas como que esse conhecimento de cunho popular fosse o Outro da geografia.

Para a autora, da primeira representação do mundo pelos sumérios 2.700 a.C, passando pelas tentativas de diferenciação dos ecúmenos até os projetos expansionistas de colonização no final do séc. XIX, o conhecimento geográfico expandiu-se na condição de fruto da aventura humana e correlato à ampliação de seu horizonte geográfico (LENCIONI, 2009).

A Geografia Humana de tradição francesa, a escolhida de nossa referência, que em sua empreitada no início do século passado foi impelida a situar a Geografia no crescente diapasão das ciências parcelares à época, enfrentava o desafio de reafirmar o sentido lógico de sua investigação ao passo de sua legitimidade acadêmica.

Não bastasse sua unidade particular estar colocada em questão, a tarefa de cercar o objeto e o método quase lhe foi dilacerante. A Geografia preconizou no plano prático de seus estudos questões de distinção meramente formais que, como efeito, tornaram-se novas questões estanques e imobilizadoras do pensamento.

O debate em relação a uma distinção necessária entre geografia humana e física, entre determinismo e possibilismo, ciência idiográfica ou nomotética, como exemplos, indiretamente exploravam os próprios limites das ciências à época<sup>4</sup>.

Não é a pretensão deste trabalho recuperar os vários caminhos trilhados na história do pensamento geográfico. Este diálogo considera que a Geografia, em seu processo de refinamento acadêmico, pode distinguir-se dos outros ramos do saber ao assumir sua seara no topos e veio, a seguir, tencioná-lo ao espaço.

Segundo vimos em LACOSTE(2012) a Geografia sempre seguiu estreitamente ligada a uma forma de conhecimento estratégico em vias de mão-dupla com os aparelhos de estado e seus instrumentos de poder, mas identifica mais claramente um escamoteamento do elemento político nas obras de Geografia francesa a partir do legado direto das ideias vidalianas<sup>5</sup>, que teria custado à própria

---

<sup>4</sup> LENCIONI (2009) fala das tentativas de um lado a investigar os aspectos da natureza numa busca de relações causais e leis gerais e, de outro, a de compreender os aspectos da vida social e cultural que, incorporadas à dimensão histórica, poderia construir explicações geográficas generalizadoras. Do mesmo modo, o impasse teórico ao considerar a distinção de uma ciência cujos domínios são de princípios e explicações gerais ou de estudo do único e do singular.

<sup>5</sup> LACOSTE chama a atenção para um ponto controverso no conjunto da obra de Vidal de LA BLACHE, mestre francês segundo o qual teria promovido a Geografia, dentro da Academia, a uma condição de assepsia em relação as determinações políticas ao retratar as regiões como um ente resultante de fatores de longa duração. De modo deliberado e criteriosamente seletivo. Segundo vimos em LACOSTE(2012), LA BLACHE ponderava o clima, a geologia e a formação territorial da França como unidades neutras e equilibradas. O movimento do pensamento seguia em consonância daquilo que seria a formação das antigas divisões das províncias francesas e a região, desse modo, aparecia naturalizada como obra do tempo e o seu conteúdo apenas passível de integrar compêndios escolares. Entretanto, para LACOSTE, há uma inflexão tardia de LA BLACHE ao quebrar tabu em relação a geografia política - até então muito identificada com o alemão RATZEL -. Ao escrever "A França de Leste" em 1916 acaba por defender com um raciocínio político integrado à Geografia a reanexação da Alsácia e da Lorena ao território francês - então de domínio alemão desde 1871 - a despeito de certa cultura germânica naquela

Geografia, em nosso entender, algo como uma inflexão no horizonte geográfico e o recuo das possibilidades de uma experiência significativa, pois retirava as perspectivas da ação. À revelia da contribuição de Elisée Reclus.

LACOSTE desenvolve ainda uma distinção entre duas Geografias gestadas desde o fim do século XIX, que seriam: uma, aquela antiga dos Estados-maiores, como vimos, e a aquela dos professores, que havia se tornado um discurso ideológico no qual viria desempenhar, mesmo que inconscientemente, o mascaramento da importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço. Esta segunda, uma vez extirpado tanto as práticas políticas e militares quanto econômicas, dissimulava "aos olhos da maioria" a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais"(idem, p. 31). E, com efeito, tornava a primeira, a Geografia dos Estados-maiores, às mãos de uma minoria dirigente o monopólio de um saber ainda mais eficaz, pois assim figurava como algo desinteressante e inútil para a maioria dirigida (idem, p.32).

Neste legado, segundo o autor, ao estabelecer-se a necessidade de um discurso acadêmico neutro, apolítico, para a Geografia, livre das controvérsias do político, intentava assegurar a legitimidade de seu lugar nos ramos das ciências modernas e dentro da Universidade. Mesmo que abrindo mão de sua eficiência. Com efeito, acabaram por manejar conceitos como região, condições climáticas e paisagens como fenômenos de longa duração. O histórico e a natureza estariam ali à luz de suas permanências como fenômenos duráveis e duradouros, e através dos quais seria possível constituir a expressão geográfica de uma dada configuração espacial. Sendo assim aquilo que seria a "síntese dos fatores geográficos" mantinha "na penumbra o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos"(idem, p. 61), por serem decorrentes de um passado ainda recente.

---

região e na língua germânica falada por grande parte daquelas populações - que seriam princípios de nacionalidade válidos -, LA BLACHE defende a gravitação e dependência aprofundada dessa mesma população em relação às suas características econômicas, sociais e políticas com a França, que seriam oriundas das transformações estruturais que aconteceram sob o movimento revolucionário de 1789 a partir de Paris.

Por fim, um dos efeitos decorrentes deste legado vidaliano segundo LACOSTE, tendo sido omitido "A França de Leste" foi o de ter consolidado um discurso profícuo na universidade, portanto na formação de professores, sobre um desinteresse da Geografia em relação ao político, mas que, ao mesmo tempo, escamoteava nos conteúdos pedagógicos (e estratégicos) a difusão da pátria e da identidade nacional.

Ainda assim, na multiplicidade de estudos em Geografia prevalece a ideia de que a sua base de investigação atende a uma distinção formal que, elaborada por KANT ainda no século XVIII, permanece basilar, segundo a qual a Geografia, numa exploração de origem lógica e intimamente pertinente à experiência humana<sup>6</sup>, deveria se preocupar com o espaço, enquanto à história o tempo.

Tal perspectiva manteve fôlego ao trabalho dos geógrafos permitindo a eles que delineassem seu *corpus* de trabalho e discorressem sobre eles à exaustão - tais como ditar recortes na paisagem, descrevê-los, inventariar e catalogar os objetos neles contidos, hierarquizá-los, eleger variáveis e buscar nelas as relações causais que seriam fundantes à condição de existência desse recorte -, com a finalidade das monografias regionais.

A Geografia, em vias de reunir um grande diapasão de conhecimentos técnicos especializados (botânica, climatologia, geologia, estatística etc.) para o seu produto intelectual, viu-se em risco de ser substituída por eles devido a atrofia de seu horizonte da experiência. Como se o fato político apenas evocasse polêmica ou constrangimento ao seu status científico.

Esta imposição, de origem lógica, não foi privilégio da Geografia universitária. O mesmo movimento que segmentou o mundo em conhecimentos específicos (botânica, geologia, antropologia, linguística, etc.) - para que pudessem ser manejados positivamente, também cobrou de cada um deles um ônus comum. Não só foi engendrado o afunilamento destes conhecimentos como os tornaram caixas estanques de conteúdos específicos.

A cada vez que aprofundava-se os estudos parcelares segundo suas especificidades, mais cindiam-se as pontes de diálogos. Desestimulavam, por ora, as iniciativas e as chances de reconstrução desta mesma realidade decupada no mundo em que vivemos.

---

<sup>6</sup> Aqui mais uma menção à abordagem vista na obra de LENCIONI (2009, p.68), cujo trabalho se atém ao conceito de região ao longo do pensamento geográfico e que demonstra, em KANT, o filósofo alemão, a origem de uma reflexão sistemática acerca do espaço e das relações espaciais que seria condição de toda experiência dos objetos - da natureza, do homem - e fundamento de toda a percepção sensível.

## CAPÍTULO 02

### O RETORNO DO POLÍTICO AO HORIZONTE GEOGRÁFICO - PENSAMENTO COMPLEXO E DESENVOLVIMENTO

Identificamos a seguir uma guinada no pensamento geográfico francês rumo a uma teoria geográfica não mais desinteressada e isenta do elemento político. Voltamos a nos deparar com a ampliação do horizonte geográfico como fonte de um pensamento estratégico sobre o mundo.

Num esforço de construir uma teoria geográfica original, amadurecida e bem situada diante das questões de método e validade científica à época, Jean BRUNHES debruçou-se sobre a Geografia como que respondesse sobre o conjunto da obra humana na Terra.

Naquilo que acreditava ser o campo próprio da Geografia<sup>7</sup>, tomado além das formas contingentes e dos objetos inventariáveis. Veremos que nesta Geografia os inventários e os compêndios regionais cedem propósito à história e a enumeração ao sistema (BRUNHES, 1962 p. 42).

O que acompanhamos nos capítulos introdutórios da obra "Geografia Humana" é o delinear de BRUNHES em torno de uma teoria geográfica moderna, cujo sentido científico era subsidiário do conceito de história e de sistema. Tão centrais no fundamento ao ponto de oferecer, junto dos fatos de geografia humana - como veremos a seguir - a compreensão de uma ordem geral com sentido de desenvolvimento, e em direção à complexidade. Que aparece na teoria discernidas em estágios que vão da Geografia das necessidades vitais à Geografia política.

---

<sup>7</sup> A obra visível, o tangível, a prova material da existência do homem na Terra, seu poder sobre a natureza e sua capacidade dinâmica de transformá-la; segundo anotado por Pierre DEFFONTAINES no "Prefácio para a edição brasileira" da obra *Geografia Humana* de J. BRUNHES(1962).

BRUNHES apresenta dois princípios capitais de sua teoria: atividade e conexão. Postas como condição e fundamento de investigação da Geografia ao permitir parrear, num mesmo plano do pensamento, fatos essenciais de origem natural (também denominados por ele como fenômenos primordiais da natureza) com os fatos humanos.

A atividade humana e meio natural, quando postos numa relação lógica de conjunto, abriria a possibilidade de construção de um arcabouço lógico da Geografia em que os nexos derivados da relação entre fatos naturais e fatos humanos compreenderia o seu domínio de investigação. Assim, à pique científico, reconhecia a atividade humana como um fenômeno de superfície, ou seja, pensá-la categorialmente seria o equivalente a fazê-lo enquanto fenômeno geográfico (idem, p. 27).

Forças interiores da Terra, condições meteorológicas, atividade solar, fenômenos astronômicos, dinâmica energética, tais fenômenos naturais, constituiriam princípios de atividade. Por mais que sejam isolados ou entendidos em estado de equilíbrio pela longa duração - que permitiu-se engendrar a vida no planeta -, jamais cessou um movimento de transformação da Terra. E é por este sentido que BRUNHES aponta a necessidade de que, por se tratar de um fenômeno de superfície, a atividade humana tem de ser estudada como um movimento perene de transformação.

É através dos princípios de atividade e conexão que BRUNHES visava demonstrar toda a tensão submetida às formas e fenômenos, duráveis e não-duráveis, que os tornavam inequivocamente perturbados.

"Esses fenômenos humanos, como todos os fenômenos terrestres, nunca permanecem idênticos a si mesmos. Todos são animados por determinado movimento; é necessário estudá-los como se estudam os corpos em movimento: precisar o ponto do espaço e o momento do tempo em que se produzem; depois, indicar o sentido e observar a rapidez do próprio movimento." (BRUNHES, p.32)



Nesta empreitada, BRUNHES parte sua explicação da "Geografia das necessidades vitais básicas" com a alimentação, a habitação e a vestimenta (idem, p. 46). Imperativos ao homem segundo sua incessante necessidade de se alimentar, de abandonar-se a si mesmo no sono e de manter-se em conforto térmico. Condições elementares de vida que, agrupadas, interessariam à Geografia por todas as atividades que lhes fossem decorrentes a partir de suas determinações.

Segundo BRUNHES, para cada uma destas necessidades vitais o homem é posto à prova, "aproveitam-se de fatos da superfície por eles modificada; e, pela repetição ininterrupta [...] acarretam modificações geográficas incessantes" (idem, p. 47).

O autor coloca a questão da vestimenta como uma das menores preocupações em relação ao quadro geográfico. Devido à duração dos seus artigos de consumo, ela não imporá a necessidade de uma taxa renovação curta como a da alimentação por exemplo, e são portáteis, diferente da habitação que demanda ser fixa no solo.

Já a alimentação, não, ela precisa ser incessantemente renovada, impõem pensar os liames materiais entre o homem e a natureza. Sobretudo em relação aos campos e aos ciclos de cultivo diante da insuficiência de abastecimento através da colheita de frutos selvagens, bem como da caça e da pesca.

Ao lado da alimentação, a habitação têm um status diferenciado para Geografia das necessidades vitais de BRUNHES. Tida como um fato geográfico por excelência, e de alto grau de significação geográfica (Idem, p. 49), a habitação responderia por um lugar ainda mais excepcional na hierarquia desta Geografia. Fixa no espaço e durável em determinadas situações, seriam características que acentuaria à habitação uma distinção entre os demais fatos geográficos.

"Isto lhe é devido tanto mais porque tôda modalidade do trabalho humano, sobre a superfície da terra, acarreta formas de instalação pelo menos temporárias ou intermitentes<sup>8</sup>; não há obra geográfica humana, em um ponto do espaço, sem que a ela se juntem, se justaponham ou se superponham fatos de habitação." (BRUNHES, p.49).

Como se percebe, atividade, conexão e desenvolvimento da complexidade na relação entre sociedade e natureza são princípios-chave desta teoria de BRUNHES, onde fenômenos de superfícies, dito geográficos, atuam como que numa lógica das formas positivas onde atributos como duração e localização conferem consistência ao fenômeno, numa operação sistêmica que ilustra e dá sentido ao modo como o homem se coloca diante da natureza e projeta o devir em seu horizonte geográfico.

BRUNHES identifica a passagem em que o homem, obedecendo constantemente ao domínio das suas necessidades vitais - das quais partem movimentos impulsivos e espontâneos -, passa então a figurar não mais a satisfação de suas necessidades vitais na medida em que aparecem, mas sim àquelas da projeção da perspectiva de um futuro mais ou menos longínquo que passou a vislumbrar. Isto corresponderia, para o autor, o desenvolvimento da complexidade das relações entre o homem e a natureza que teria chegado a um novo patamar.

Assim, BRUNHES inclui uma nova série de fatos que, em passo marcado ao desenvolvimento da complexidade, interessariam à Geografia

"na exata medida em que se expressam, na superfície, por fatos materiais: não é o fato psicológico da previsão que nos importa aqui, e solicita nossa atenção, mas a expressão material e geográfica desta previsão" (BRUNHES, p.49).

---

<sup>8</sup> Cabe aqui distinguir que, para o autor, a habitação móvel, as tendas do nômade, participa da facilidade de transporte análoga à vestimenta, desse modo, geograficamente, seria uma espécie de vestimenta (Idem, p. 49).

Trata-se da ação do trabalho organizado do homem que aparece como fenômenos de superfície e atinente a um segundo estágio, mais complexo, da Geografia Humana, os quais BRUNHES agrupa sob o título geral de "Exploração da Terra"<sup>9</sup>. Na qual, mais uma vez, a expressão fenomênica serviria, segundo o autor, para diferenciar a segunda da primeira série de fatos atinentes a gradação do desenvolvimento da vida do homem na Terra, segundo permitir-se-ia pensar os estudos em Geografia Humana.

Entendemos este momento como uma nova tomada de posição da Geografia que só foi possível ao permitir-se assimilar o elemento político nas relações estabelecidas neste constructo lógico de BRUNHES, pois assim manteve a Geografia atenta à ressignificação da experiência do homem diante de seu horizonte geográfico na medida em que teria lhe permitido a capacidade de prever exigências futuras.

Num próximo passo, entre os instintos e as necessidades primordiais dos seres humanos, postas em marcha à complexidade e "determinando uma terceira e riquíssima série de fatos" (idem, p.51), aparece a perpetuação da espécie, o gênero humano assegurando a transmissão da vida através de embriões de famílias e grupos<sup>10</sup>.

Nesta nova série de fatos, agrupados sob o título "Geografia Econômica e Social"(Idem, p. 51), estão a troca e o mercado. A troca como um fato resultante da pluralidade de seres humanos em todos os pontos da Terra. O mercado como sua tradução, devido a expressiva realidade geográfica que a contém. Nestes novos nexos, os homens não só encontrariam a necessidade de distribuir entre si os produtos da terra, como seriam obrigados a regulamentar entre si as condições da produção, distribuição do trabalho e, sobretudo, a divisão do solo.

---

<sup>9</sup> Para esta amarração tópica, BRUNHES a explica pelas instalações materiais: a cultura de cereais é expressa pelo campo de cultivo e, num outro grau de desenvolvimento, pelo celeiro; a criação primitiva, então marcada por um deslocamento mais ou menos regular, passa ao itinerário do nômade; da procura pelo sal ao estabelecimento da salina; do trabalho do fiscoador ao do garimpo. Fatos humanos novos manifestos através do mundo geográfico. (BRUNHES, p. 50).

<sup>10</sup> Para o autor, "Em parte alguma o homem está só, apenas por exceção fica sozinho; certos indivíduos podem isolar-se: então não pertencem mais a humanidade geográfica" (idem, p.51)

"Já que os homens desejam utilizar os recursos e as riquezas naturais, devem resolver não somente problemas técnicos -culturas, minas, etc. - mas também problemas de coordenação e de subordinação de seus próprios esforços: leis econômicas e sociais estabelecem-se entre uns e outros, com maior ou menor inflexibilidade" (BRUNHES, p.51).

Acrescenta-se neste ponto que a modalidade de propriedade, seja ela coletiva ou individual, é apontada pelo autor como fonte de exemplo típico de numerosos fatos sociais que são atinentes ao próprio trabalho de exploração da terra. Entretanto, alerta

"[...] convém não esquecer nunca que, mesmo estando tais fatos, tão complexos, em conexão com o quadro geográfico, dependem sobretudo da vontade e da liberdade humanas; logo, sua análise, sob o ponto de vista geográfico, será muito delicada e exigirá uma prudência crítica muito esclarecida" (BRUNHES, p.52).

Em tela, os limites retornam ao que seria o domínio formal da Geografia. Pois quando BRUNHES apresenta esta nova série de fatos, como derivação complexa da exploração da terra, o sentido que ele se volta é o da inclinação de que certos grupos humanos realizam culturas específicas (seja arroz, palmeiras, trigos, criação de cavalo, etc.) a depender diretamente do quadro geográfico, mas também de combinações variadas da organização social. Uma lacuna na obra de LA BLACHE, como vimos, anteriormente.

O que não significa dizer que BRUNHES descarta que determinadas situações geográficas - do tipo situação topográfica, altitude, proximidade do mar, extensões ocupadas - desempenham papéis fundantes no destino das cidades, províncias e até dos países. A história desses fatos, nas suas diversas escalas, não podem estar livres de toda consideração geográfica.

"Mais do que isso: a história humana mergulha, por todas as suas raízes (se é possível falar-se assim), na realidade material terrestre. (BRUNHES, p.52).

A coexistência de múltiplos grupos humanos, cada qual com suas necessidades - o de alimentar-se da terra, de ocupar o solo - criaria entre eles, forçosamente, relações ora pacíficas ora violentas, ligados a fatos gerais ou locais de natureza geográfica, e que, portanto, revestiriam a esta série-limite de fatos de Geografia Humana aquilo que seria político, militar, administrativo.

Tais considerações chegam-se, por fim, ao quarto e derradeiro grau de complexidade dos fatos de Geografia Humana, tema que nesta primeira obra de referência ele apresenta como a "Geografia política e Geografia da história" (Idem, p.52)<sup>11</sup>.

"A história se desenrola sobre a Terra; mas é composta dos elementos mais complexos, mais intrincados, dos mais distanciados das condições geográficas elementares. É por meio de fatos intermediários - fatos da segunda série (cultura, pastagem, etc.) e fatos da terceira série (Geografia Social), sobretudo - que se explica a ressonância profunda da Geografia na evolução das sociedades humanas" (BRUNHES, p.53).

Ao fim e à cabo, BRUNHES reivindicava o direito de proceder através da Geografia um projeto ambicioso de relacionar, ainda que de modo geral, situação geográfica de um território e seu destino histórico. O autor expõe toda sua inquietude de modo bastante eloquente:

---

<sup>11</sup> Tema que demandaria de BRUNHES um segundo volume, não consultado neste trabalho, mas antecipado na obra de referência que seria uma sequência do "Geografia Humana", denominada "Geografia da História", o qual viria a publicar anos depois em parceria com Camille VALLAUX.

"Quem olha para um mapa das Ilhas Britânicas, e se recorda vagamente da história da Inglaterra, estabelece tão rapidamente uma ligação entre o isolamento insular destas terras e seu destino histórico que, imediatamente recorre à Geografia como causa explicativa da História

[...]

Mas teremos o direito de nos satisfazer com relacionamentos de tal maneira fácil?" (BRUNHES, p.53)

Ainda que reconheça a coerência do argumento da primeira oração, o autor deixa claro que a Geografia não se bastaria legitimar por ela. Sua pertinência estaria comprometida sem que houvesse um exame mais aprofundado dos fenômenos, e assim pudesse constituir um crivo científico original que seria próprio da Geografia.

"O verdadeiro arqueólogo poderá contentar-se com a percepção das relações gerais existentes entre uma catedral gótica e certo perigo da história da cristandade? E o verdadeiro botânico poderá declarar-se satisfeito só porque percebe alguma relação entre o clima ou a altitude e o desenvolvimento das grandes florestas de pinheiros ou de abetos negros

[...]

Seria o geógrafo o único a contentar-se explicitamente, após haver indicado certa relação de conjunto, ainda que adequada, entre situação geográfica de um território e seu destino histórico, de modo geral?" (BRUNHES, p.53)

Declarando não ter a pretensão de explicar a história de maneira integral através da Geografia, reconhece que quando passa a considerar questões políticas, militares e administrativas, pesariam as vicissitudes humanas e as

valorações da verdade. Polêmicas que teriam sido evitadas pela geografia vidalina – como vereamos adiante - e que, de fato, BRUNHES reconhece ser comprometedoras se o caminho fosse pela análise precipitada dos sentidos realmente geográficos envolvendo esta escala complexa de fenômenos. O autor clama prudência, de modo que não necessariamente foram por ele negligenciados.

Pois ainda que sob a tensão de um pensamento das formas positivas, BRUNHES permitiu a tentativa de alçar através Geografia as partes de uma certa totalidade cindida nas diversas ciências parcelares e rearticulá-las num sentido histórico. Isto graças a perspectiva de conjunto e sistema, sem, no entanto, furtar-se do político e do sentido de finalidade.

O autor prossegue não sem alertar ao risco de uma "ilusão singular" refletida deste caminho da geografia rumo à história (BRUNHES, p. 53), pretensamente fácil se trilhado pelo caminho muito comum das considerações superficiais, graças ao recurso das generalizações. Os contornos deste aspecto crítico da teoria caberia ao método. Para BRUNHES ainda seria o das ciências de observação: a classificação dos fatos, da hierarquização destes com o destaque às categorias mais intrincadas no conjunto, e da comparação deste fatos em séries análogas ou vizinhas<sup>12</sup>.

Se por um lado BRUNHES adverte as generalizações quando busca a validação da qualidade dos fenômenos geográficos - se mais complexo ou menos complexo - junto às interpretações históricas particulares, a própria premissa de um movimento perene de transformação - os princípios de conexão e de atividade -, encontra repousado na longa duração as chaves de interpretação do conjunto de relações. Estas, amparadas no plano do sensível e objetivo dos fatos geográficos essenciais, tencionam na sua própria teoria o sentido de progressão e desenvolvimento das sociedades humanas.

---

<sup>12</sup> O que encontramos a seguir na obra de referência é BRUNHES promovendo o ensaio de nova rodada de classificações positivas. Diminuem-se as escalas e aumentam-se os detalhes. Pequenas unidades naturais: das ilhas do mar, do deserto, da floresta, das grandes altitudes. Segue-se com as aglomerações humanas em cada uma delas: nas ilhotas no mar, os oásis - ilhas humanas no deserto, nos povoados em meio as florestas, nos vales fechados e assim segue. O Geografia se ocupa do campo empírico, pode ser vista, localizada e explicada em suas relações.

Este descortinar do horizonte da experiência através das interpretações da obra humana na Terra como propôs BRUNHES, acreditamos que encontra sua unidade na ideia de desenvolvimento ao passo da ampliação do horizonte geográfico, dito de outra maneira, o modo como o homem se coloca diante da natureza e se projeta nela engendrou mudanças significativas a sua própria experiência na Terra.



## CAPÍTULO 03

### O HORIZONTE GEOGRÁFICO CAPTURADO - NOÇÃO DE SITUAÇÃO E MOVIMENTO

Com o impulso dado por BRUNHES o que sucede-se na história do pensamento geográfico, segundo bibliografia consultada, são as várias tentativas de aplicação deste conhecimento particular que é a Geografia para remontar o todo, o mundo real então cindido em várias ciências, baseado na sua capacidade de síntese.

Os progressos de método fizeram com que deixasse de ser preocupação da Geografia o fato dela angariar elementos de conhecimento de múltiplas fontes científicas que lhe revelavam a fragilidade de seu estatuto epistemológico. A condição de legitimidade de seu saber científico ainda permanecia na reunião formal desses elementos, variados e dispersos, mas não pela via da justaposição e enumeração a fim de um discurso enciclopédico. E sim articulados em função de um fim (LACOSTE, 2012).

Segundo LACOSTE, a Geografia e o geógrafo não poderia chamar para si a aplicação de especialista para resolver problemas técnicos que engenheiros e planejadores tinham que resolver, sobretudo segundo os métodos emprestados destes, mas se o fizesse, que o fosse por vias próprias.

Parte desta questão está colocada por Pierre GEORGE na obra "Geografia Ativa" de 1965, realizada em parceria com Raymond GUGLIELMO, Bernard KAYSER e Yves LACOSTE, no sentido de que o raciocínio geográfico e sua metodologia não poderia ser confundido com outras ciências e nem como atividade técnica aplicada, a não ser por estar

"[...] preocupada com a ciência "pura" e cujas motivações permanecem essencialmente acadêmicas.

Para que a geografia seja reconhecida pela comunidade científica como um saber [...] tão

necessário como a medicina ou a agronomia é preciso que os geógrafos, quaisquer que possam ser as pesquisas de cada um deles e que façam ou não geografia "aplicada", estejam conscientes de que sua razão coletiva de ser na sociedade é de saber pensar o espaço para que ali se possa agir mais eficazmente" (LACOSTE, 2012 p. 208)

A razão de ser do geógrafo é o de saber pensar o espaço em sua complexidade, como superposição e interações diversas, dimensões desiguais, sejam planetárias ou pontuais, a fim de que sejam significativas numa situação local. Os raciocínios que os geógrafos poderiam construir seriam necessários à luz da complexidade da realidade atual por responderem as necessidades fundamentais de movimento e ação, tanto mais frequentes a proporção que se multiplicam as relações e as intervenções a grande distância (idem, p. 209).

Enquanto uma lógica dos fatos geográficos, levada à cabo, poderia precipitar à consideração de que "climas temperados e a diferenciação morfológica da Europa tinham engendrado civilizações pioneiras" (GEORGE, GUBLIELMO, KAYER e LACOSTE, 1966 p. 13), este mesmo conhecimento geográfico, agora sintético e aplicado numa região ou numa fração do território, passa a vigorar como ponto de partida para a ação voluntária de uma organização ou de um impulso concebido no sentido da ação planificadora.

Para os autores de "Geografia Ativa" as novas linhas de pesquisa, as quais encontram-se BRUNHES, buscavam as relações múltiplas entre natureza, história e as combinações sociais e econômicas, mas recusavam-se a formular leis e negavam serem justificativas de uma política ou de uma doutrina. Seguindo abertas, elas propunham hipóteses explicativas apoiadas no conhecimento da história e estabeleciam balanços dos dados e das relações observadas.

Destarte, outros caminhos foram trilhados, e a manifestação de outras correntes utilitárias consistia em reunir o conhecimento do mundo com a finalidade de facilitar suas operações. Os autores de "Geografia Ativa" chamam a atenção para esta opção, a do estabelecimento de inventários de recursos ou de

potenciais de produção, como razão de servirem de base aos empreendimentos de conquistas coloniais ou de especulações financeiras.

"A expansão europeia teve sua geografia aplicada, a geografia colonial, destinada ao mesmo tempo a iniciar os futuros administradores ou os homens de negócio coloniais no seu quadro de vida e de ação, e a popularizar os cenários e os recursos das colônias para interessar o conjunto das nações europeias metropolitanas a uma série de imagens familiares e paternalistas das possessões coloniais" (Idem, p.15)

Entretanto, Pierre GEORGE argumenta que a maior parte das diversas formas de geografia aplicada são efêmeras na medida que não perduram para além da duração de suas razões de ser. E que do espólio da sua contraparte - as pesquisas da geografia científica, dos ensaios desinteressados - é que são explorados o conhecimento geográfico quando da aparição de novas necessidades de recursos. Neste mesmo sentido, a positivação do conhecimento geográfico, em parte desenvolvimentista segundo o modo de produção vigente - seja de cunho regional ou nacional -, acabou por engendrar oportunidades de carreiras profissionalizantes para os geógrafos nos moldes dos engenheiros e dos técnicos, incluso a fundação de laboratórios de estudos sob contratos de serviços públicos, ou junto das sociedades privadas no pós-guerra, lançados ao mercado de trabalho reivindicavam suas posições empregatícias com a tarefa de utilizar ou valorizar uma dada fração do território, ora convertida em objeto de estudo (idem, p. 15).

"[...] o conhecimento geográfico sintético de uma região, ou de uma fração do território pode servir de ponto de partida a uma ação voluntária de organização ou impulso da região, com a única condição de que o trabalho do geógrafo se volte mais para um inventário das coisas que virão a ser, do que para um recurso ao passado para explicar o presente, embora um implique frequentemente o outro" (Idem, p.17)

Assim a geografia é reafirmada como ciência humana, mas sem deixar de estar atenta às ciências da natureza, através da qual procura manter-se aberta aos estudos físicos estritos da matéria, assim como das plantas e dos animais. E é desse modo que mantém uma referência particular em BRUNHES, pois lhe convém ainda o esclarecimento e a interpretação de todas as relações que contribuem para a constituição de um complexo, ou de um equilíbrio, entre a dinâmica ou inércia do meio junto ao mesmo movimento das coletividades humanas que nele residem, ou que nele aplicam suas iniciativas e projetos.

"[...] Se o homem está colocado dentro de um certo quadro de existência, é porque encadeamento de circunstâncias atraíram ou repeliram seus ancestrais ao lugar em que vive, seja por processos de conquistas, seja por processos de frustração" (Idem, p.18)

Cada vez mais fica clara a ideia de que a geografia pode recorrer a métodos diversos, mas os deve adaptar às suas necessidades. Pois lhe interessaria mais o conhecimento das consequências e das correlações de fenômenos do que estes fenômenos pensados estritamente<sup>13</sup>.

E se por um lado na escala de duração da vida humana os meios naturais, apesar das catástrofes, parecerem imutáveis, o conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas - e a aquisição destas segundo os níveis econômicos e sociais - encontra na geografia os nexos de inteligibilidade para toda a diversidade atual no mundo. Pois não haveria

---

<sup>13</sup> Na obra "Geografia Ativa", discorrendo sobre objeto e método os autores propõem que assim como a geografia recorre à geologia para compreender dada composição do meio mineral para a caracterização dos processos de destruição do equilíbrio natural pelas próprias coletividades humanas, por exemplo, negligencia a paleontologia, que para o geólogo trata-se de grande valia, pois são problemas atuais e humanos. Em relação à história, a toma pelos meios da ação humana sobre os quadros naturais que podem revelar as técnicas enquanto chaves de modificação das relações entre as coletividades humanas e o ambiente, bem como a falta de sincronismo entre a evolução das técnicas e evolução das estruturas sociais e políticas, e assim definir situações e relações (GEORGE, GUBLIELMO, KAYER e LACOSTE, 1966 p. 22).

sincronismo entre evolução das técnicas e as evoluções das estruturas sociais e políticas (idem, p.20).

Caracterizaria a pesquisa geográfica as relações recíprocas e recorrentes num meio localizado. Ainda que insuficientes para explicar a totalidade, possibilitaria ao menos interpretar uma situação singular num dado momento, para a geografia o momento presente, segundo

"[...] um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores" (idem, p.23),

portanto a situação geográfica estaria fundamentada numa gama de dados e fatores específicos de uma porção do espaço, mas na condição espaço natural humanizado, dado as relações herdadas por ele (idem. p.24).

"Assim definida, a geografia se apresenta como a pesquisa de uma imagem "instantânea" do mundo.

[...]

Implicitamente a pesquisa científica repousava sobre um postulado, segundo o qual tudo o que lhe dizia respeito tinha acontecido antes. Orgulhava-se de ter adquirido o domínio das técnicas e organizado o mundo e recusava-se a dar a menor oportunidade àqueles que pareciam apostar num futuro diferente" (Idem, p.27).

Ante a constatação de uma extraordinária aceleração de evoluções técnicas e dos processos históricos que modificavam as relações econômicas e políticas então estabelecidas, teria imposto, segundo os autores, a tomada de consideração de que toda situação geográfica é movimento (idem, p.27-28).

A ideia está imbuída de que o espaço geográfico aparece não só como humanizado, mas relativo em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relação que o amoldaria. E que a geografia poderia lançar-se a estudo de uma situação procedendo de uma concepção contemplativa ou de uma concepção ativa (idem, p.26).

A concepção contemplativa estaria assentada na busca de dois processos tomados em conjunto. Um (a) de análise de todos os fatores da situação e (b) o de descrição e medida dos mecanismos desses fatos que engendraram a constituição e animação dessas situações. Nessa concepção contemplativa residiria aquele trabalho sistemático de observação espacial, com o recurso de diversas disciplinas de estudos a fim de uma síntese que revelasse, racionalmente, o mais original no conjunto das relações e dos estudos ao passo de uma hierarquia de fatores e de problemas. E mesmo que não corresponda a uma pesquisa deliberada de conhecimentos práticos, comportaria a possibilidade de contribuir para a administração racional do espaço (idem, p.26-27).

Já a concepção ativa estaria atinada às circunstâncias da extrema mobilidade das situações atuais. Haja vista que, para além do conhecimento da herança do passado - segundo os métodos de investigação e de explicação -, há a consideração da possibilidade de se aplicar a determinação do jogo de forças que está incluso em toda a situação de uma dada porção do espaço. Desafio que se projeta para além da geografia, pois

"[...] se tudo é na realidade movimento, e se não há salto para adiante em um domínio, sem repercussão em todos os outros setores da atividade, a mobilidade dos dados é muito desigual.

[...]

Em contrapartida, o imobilismo aparente de certas técnicas rurais e das psicologias a elas associadas, se opõem de uma maneira perturbadora ao progresso das técnicas da indústria e das relações" (idem, p.29).

Nesta acepção de extrema mobilidade da situação geográfica, a geografia ativa abre o leque de objetivos não só para que se permita perceber as tendências e as perspectivas de evolução, mas também na condição de compreender às tendências de desenvolvimento e se antecipar aos seus antagonistas. De modo que para isto precisaria estar atenta às diversas virtualidades contidas em toda situação de uma dada porção do espaço (idem, p.29-30).

A esta altura na obra de referência o que se coloca são pistas do que vem a ser na geografia o debate sobre conceitos de globalização e desenvolvimento desigual. Que não faz parte do nosso tema de trabalho, mas abre a possibilidade de se pensar as distorções e as instabilidades dos processos e relações atinentes ao movimento caracterizado, ou tornado inteligível, como desenvolvimento desigual (primeiro mundo, países em desenvolvimento etc.), pelas situações geográficas.

Também demonstra as inflexões sobre a geografia científica com as tentativas de captura de seu produto intelectual pelo mercado de trabalho enquanto produto técnico aplicado. Desde modo, também entendemos este tipo de inflexão sobre o próprio horizonte geográfico, pois o resultado intentado pelo mercado enviesaria o modo pelo qual o geógrafo, ao cumprir seu papel contratual, se debruça sobre a natureza e o espaço a fim de realizar sua experiência intelectual.

## Capítulo 04

### O horizonte geográfico e o poder implicado nele

Se a geografia ativa de Pierre GEORGE marca uma reaproximação ainda mais fundamentada da política à pauta da geografia humana francesa e reconsidera o devir como uma possibilidade de projeto, de uma ação determinada a partir do diagnóstico da situação geográfica, Claude RAFFESTIN apresenta uma nova linha de convergência do poder ao horizonte geográfico, e defende o papel implicado do geógrafo militante no recrudescimento da geografia política para além da Academia.

Já no início dos anos 80, ao introduzir o leitor para sua principal obra, "Geografia do poder"(RAFFESTIN, 2011), de início chama a atenção para a geografia vitimada pela "perversidade classificatória", aquela emaranhada nas tentativas seriais de ratificar as suas categorias como fosse o percurso necessário, até que se pudesse vir a ser chamada de geografia política. Critica esta ilusão etapista que havia imobilizado a consideração política na geografia. Para este que seria o quiproquó da nossa ciência, recupera a figura mitológica de Ariadne (idem, p. 05) - aquela que proporcionou à Teseu, depois de tê-lo derrotado o Minotauro, o caminho de retorno do labirinto -, como que também careceria na aventura intelectual do geógrafo o fio-guia de ouro para que não se perdesse nem o caminho e nem o propósito.

"[...] Isso só depende da concepção epistemológica que fazemos das ciências do homem e, em consequência, da geografia humana. Esta não é a ciência de Vidal de La Blache. A geografia humana consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática que os homens tem dessa realidade que é denominada espaço" (idem, p.06).



Para o autor, poder não é categoria espacial nem tão pouco temporal, entretanto estaria presente em toda a produção que se apoia no tempo e no espaço. E embora difícil de representar, ou de ser objeto de tradução espacial imediata, o poder pode ser decifrável e nos faltaria sabê-lo fazer, ao menos reconhecê-lo. Pois conhecer e operar uma dada realidade material suporia um sistema de relações no interior do qual circula o poder, e do qual não é possível escapar (idem, p.06).

Resgata RATZEL, a quem credita a ilustração política inaugural das relações entre sociedade e natureza na Geografia: o solo e o Estado em estreita ligação. O enraizamento das comunidades ao solo era o elemento fundador e formador do Estado segundo a exploração da potencialidades territoriais. Ele teria contribuído para a afirmação do Estado no domínio geográfico, de modo que as categorias de análise geográficas eram procedentes, direta e indiretamente, de um conceito de Estado (idem, p. 12). Assim formou uma tradição política dentro Geografia com forte apelo nomotético, determinista, e que dá ao Estado sua significação espacial teorizando-o geograficamente.

RAFFESTIN deixa claro que reconhece o peso do zeitgeist em RATZEL que o faz racionalizar o Estado como aquele que abraça a totalidade:

"o Estado é a realidade em ato da Ideia moral objetiva [...] ele tem sua existência imediata na consciência de si, e sua existência mediata no saber e na atividade do indivíduo, sendo que este último tem, em contrapartida, a sua liberdade substancial ligada ao Estado, como se fosse sua essência, como finalidade e como produto de sua atividade" (HEGEL apud RAFFESTIN, 2011 p.13-14)

Sobre seu legado, RATZEL assim examinado, ajuda a compreender, mesmo na França, os progressos metodológicos realizados pela Geografia com o uso das linguagens lógico-matemáticas: como nas caracterizações regionais,

balanços e projeções sobre os anuários estatísticos e o retorno ao pensamento malthusiano.

RAFFESTIN chama a atenção para o fato de RATZEL não conhecer à época o Estado totalitário, no sentido político do termo atual, mas de algum modo o tinha em ideia. Por meio de sua geografia, o tornava visível pelo cenário espacial (da capital à fronteira, pelas malhas interiores hierarquizadas e pelas redes de circulação) e fornecia categorias para decifrá-lo (idem, p. 14).

Diferente de RATZEL, a quem tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder e tudo estivesse concentrado nele, RAFFESTIN procura a distinção entre poder e Estado para não correr o risco de um discurso metonímico e tomá-lo como única categoria de análise.

"Ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que pode agir com ele" (RAFFESTIN, 2011 p.14)

Tomar o Estado como o único, assim como apareceria nas diversas escolas geográficas e como assim seguiu na geografia política alemã, o Estado=poder, ele mesmo, limitado ao seu nível de análise espacial - o das fronteiras - imporia limites ao seu caráter integrador e globalizante. O Estado, sim, dispõe de uma hierarquia de outros níveis: as criou para organizar, controlar e gerenciar seu território e sua população. Ao mesmo tempo em que são níveis articulados para o exercício dos poderes. A escala pode até ser dada pelo Estado, entretanto, afloraram múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais, sendo o poder político congruente a toda forma de organização (Idem, p. 15-16).

"Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que

se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar."(idem, p.16).

RAFFESTIN depois de traçar um amplo panorama sobre a geografia lançada à política no século XX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, conclui que estas vertentes, de um modo geral, foram Geografias do Estado.

"Em certo sentido, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições.

[...]

Mas a geografia do Estado apagou esses conflitos, que apesar de tudo continuam a existir em todos os níveis relacionais que postulam uma geografia política multidimensional. Essa geografia do Estado foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em detrimento do vivido"(RAFFESTIN, 2011 p.19-20).

O Estado em tela, o Estado-Nação, aquele cuja existência está posta quando uma população instalada num território exerce a própria soberania, teve, através da geografia política clássica, mobilizado para sua caracterização códigos sintéticos e semânticos segundo os próprios fundamentos da tríade população, território e a autoridade (idem, p.20).

Os códigos sintáticos, por exemplo, obedeciam à lógica estrutural conjugada por uma série de articulações - tais como dimensão, forma e posição - afim de denotar a morfologia geral de um território. Ao passo que os códigos semânticos, tais como território grande, fragmentado, marítimo, imprimiam um caráter estático. Ambos poderiam ser explorados, segundo RAFFESTIN (Idem, p. 20-21), mais para construir ou desnudar estratégias territoriais do que apenas para a mera descrição e caracterização, como foram tomados pela história. Para o autor,

esta forma negligenciada de explorar os limites dos códigos sintáticos levou a transposição do raciocínio geográfico à linguagem matemático-estatística, quantificando os termos sob a perspectiva geométrica das formas, dimensões e posições relativas (idem, p.21).

"Na realidade, a quantificação introduziu, nesse caso, precisões inúteis ou supérfluas, ao menos no ponto de vista da problemática morfológica [...] É ilusão pensar que a passagem do qualitativo ao quantitativo leva a fazer um salto positivo na direção da clareza, uma vez que a problemática permanece idêntica. O único ganho possível é na coerência. Não é de se desprezar, muito pelo contrário, mas é insuficiente"(Idem p.22).

O que ocorre, segundo RAFFESTIN, é que nestas acepções geométricas do território, através desses códigos sintáticos, e que em si são pouco significativos, estão imbuídos um "saber-ver" atinente às práticas das diferentes políticas territoriais segundo as estratégias próprias de cada Estado. E que tais códigos devem permanecer "essenciais à linguagem do território, mas devem ser retomados como planos de expressão de uma semiologia conotativa"(idem, p.22).

"A percepção territorial do príncipe não é geográfica, no sentido de um valor concreto, o do "terreno", mas geométrica. Não poderia ser de outra maneira, pois trata-se de possuir uma imagem ou um modelo a partir do qual se elabora uma ação [...] que pode ser a guerra, mas que também pode ser qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. O estrategista não vê o terreno, mas sua representação"(idem, p.22).

De mesmo modo ocorre, nesta tradição, a análise da população. A linguagem utilizada recorre aos signos específicos como número, distribuição, estrutura, entre outros, coerentes com aquela tomada no caso do território, como

recurso e fator de potência<sup>14</sup>. RAFFESTIN também traz à tona questões sobre a linguagem da autoridade, se a origem dessa autoridade procede ou não de um consenso democrático e se sua composição tem uma abordagem por meio de categorias de homogeneidade e heterogeneidade, percebidas como condições favoráveis a sua soberania (idem, p. 25).

RAFFESTIN propõe que a geografia política deva se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço. Proposta marginalizada pela geografia política clássica, a qual ele chamou de geografia do Estado, que circunscrevia neste a única forma de organização, a concebida. E para isso propõe uma outra problemática que possa tornar inteligíveis não somente as formas investidas de poder, mas as relações que determinam as formas e cujos símbolos utilizados são recuperáveis numa análise multidimensional do poder. Ele trata da necessidade de uma passagem de uma problemática morfofuncional para uma relacional.

A ideia central está assentada na concepção de um mecanismo que consiste em determinar o estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema, no caso o poder político e suas manifestações espaciais, cuja existência é tecida por múltiplas relações complexas. Mas esta, relacional, diferencia-se da problemática morfofuncional por estar assentada na tríade "querer ver, saber ver e poder ver", enquanto aquela estaria fundamentada em "querer existir, saber existir e poder existir"(idem, p. 27-28). O que corresponderia a um enfoque de participação crítica, e não aquela do contexto empiricista e do primado do "totalitarismo" do objeto, como na abordagem anterior.

Nesta busca de uma nova explicação, o objeto cede lugar ao projeto, a descrição e a explicação dependem estritamente do quadro conceitual por inteiro e são determinadas pelo projeto e pelos processos de inteligibilidade (idem, p.28). Para a abordagem desta problemática relacional RAFFESTIN discorre sobre a tomada da relação e os elementos que a constitui.

---

<sup>14</sup> Como aquelas representadas segundo a estratificação das pirâmides demográficas, em que as que apresentam base larga - com uma população formada por muito jovens e poucos idosos - conotam estratégias de "futuro aberto" ou de "janela de oportunidade".

O autor chama a atenção para a análise da mercadoria de Marx, vista em LEFEBVRE<sup>15</sup>, demonstrando nela o ato que implica uma relação, a troca, onde os trocadores trazem cada um uma realidade orgânica (corpos, instrumentos de trabalho, produtos) e uma informação que entra em contato e a modifica. Uma junção de uma energia orgânica e de uma energia informacional. Este ato mantém-se repetido *ad infinitum* e reproduzido em todas as manifestações da vida cotidiana. Não estando reservada somente à troca material, ela, a relação, é "co-extensiva e co-fundadora de toda a realidade material" (Idem, p.28).

Nesta abordagem relacional, quando o ato da troca é tomado bilateralmente pelas partes, só o é em nível formal. Pois veja-se o caso de um contrato de trabalho - assim colocado por RAFFESTIN -, de um lado o ofertante e do outro o demandante - o vendedor da força de trabalho e o comprador da força de trabalho - estão em relação e produzem a organização estatal, nela códigos que regulamentam a venda e a compra do trabalho, como também produzem organizações sindicais, convenções coletivas. Ou seja, além do conteúdo que é o tempo de trabalho e o salário que caracteriza a troca, o campo operatório da relação não é delimitado só diretamente pelos envolvidos, mas por organizações que interferem com uma série de restrições (idem, p.29-30).

"Essa troca é um processo de comunicação, uma vez que, antes de ser materialmente liberada, foi objeto de uma negociação, com a ajuda de signos linguísticos. Essa relação possui uma forma, determinada pelos atores diretos - ofertante e demandante - e pela ou pelas organizações citas acima. Num outro ponto de vista, a relação nasce num dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e por uma duração determinada ou indeterminada"(idem p.30).

Para o autor, a relação de troca, tal qual fora anunciada anteriormente, representa apenas sua face funcional, ou seja, informa aquilo que vai resultar da

---

<sup>15</sup> A referência anotada pelo autor é o Tomo 3, O modo de produção estatista, da obra "Do Estado" de 1977, de Henri LEFEBVRE.

relação - uma certa quantidade de trabalho a um determinado preço. Entretanto quando abordada somente deste modo, ela encoberta o poder ou a capacidade de poder do ofertante e do demandante, sua face processual, que desmascararia como é feito o contrato de trabalho e quantidade de dinheiro liberada. Além disso, ela, a troca em ato, não pode ser tomada apenas por sua materialidade, pois ela também pode ser verbal, ou seja, linguística. Portanto se tomada apenas por sua face funcional, eclipsa uma relação que é dissimétrica entre as partes, não só pelo fato econômico presente no conteúdo da relação, mas pelas condições diferenciais da realidade espaço-temporal e pela composição linguística que a torna possível (idem, p. 30-31)<sup>16</sup>.

"A língua resulta do trabalho humano, é um produto que se troca e que é, em consequência, objeto de relações. Há um mercado linguístico, - no qual circulam palavras, as expressões e as mensagens, como se fossem mercadorias. Não há, em absoluto, nenhuma razão para que os processos relacionais se modifiquem cada vez que os conteúdos mudam. A morfologia relacional é mantida por meio de conteúdos variáveis"(Idem p.33).

---

<sup>16</sup> O autor deriva noutras reflexões e as aprofundam (RAFFESTIN, 2011 p.31-34). Primeiro fala de uma situação hipotética em que o ofertante ocupa uma posição de monopólio entre os demandantes como o único em condições de oferecer seu trabalho (razão de qualidade e escassez, por exemplo). É sabido, pois, que sua posição pode oscilar segundo a demanda, mas ainda sim, diante desta dessimetria na relação, dispõe de um poder de barganha em seu proveito a fim de forçar a aceitação de suas condições e assim maximizar os ganhos, o que não significa necessariamente praticar o preço mais alto. Chama isto de estabelecimento de uma situação de denominação condicionada por finalidades "políticas".

E que teoricamente, se por um lado, as relações simétricas implicadas numa equivalência real impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento da outra pelo reconhecimento das necessidades do Outro - seu valor de uso, o de utilidade do Outro a tal bem ou serviço -, as dissimétricas, ao contrário, só reconhece as necessidade do Outro na medida em que aceita o jogo das equivalências forçadas - valor de troca -, o que, neste caso, favorece não só o crescimento de uma estrutura em detrimento da outra, como até mesmo a destruição de uma estrutura por outra.

Com efeito, segundo RAFFESTIN, o estabelecimento desses pólos as naturezas dessas relações podem se dar de forma determinista ou aleatória. As deterministas são caracterizadas pelos sistemas físicos, enquanto que as aleatórias seriam anteriores a sua realização e são atinentes de uma relação entre sistemas independentes um do outro, portanto são passíveis de uma probabilidade relativa e podem caracterizar certa autonomia em relação a um dos pólos, mesmo que circunscrito numa situação trágica, "Trágica no sentido de que a recusa da relação pode significar a revolta ou a morte para uma dessas partes, o que talvez conduza à mesma saída" (idem, p. 34).

Sendo assim, os elementos constitutivos da relação, como aquele abordado anteriormente - a do contrato de trabalho entre o ofertante e o demandante -, devem ser expostos de modo a melhor clarificar o raciocínio do método. RAFFESTIN elenca os a) atores, b) a política dos atores - suas finalidade -, c) as estratégias deles para chegarem as seus fins, d) os mediatos da relação, e) os diversos códigos utilizados e f) os componentes espaciais e temporais da relação. O poder deve orientar a reflexão por estar presente - ainda que não apareça de imediato - e fazer parte de todo o processo relacional (idem, p.34)<sup>17</sup>.

Apesar da investidura e do peso que ocupa na sociedade, o Estado não é a única organização, o autor pondera que desde o nosso nascimento somos incluídos em organizações, fomos educados por organizações e uma grande maioria dedica grande parte da existência a trabalhar para organizações e que elas "canalizam, bloqueiam, controlam [...] domesticam as forças sociais", portanto exprimem o jogo das organizações no espaço e no tempo e criam "um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto"(idem, p. 35).

Portanto são produtoras de relações dissimétricas sensíveis, e mais uma vez RAFFESTIN alude a razão política no caso das relações mantidas por duas organizações econômicas,

1A aproximação com a Linguística faz RAFFESTIN tomar de GREIMAS<sup>18</sup> a distinção de dois atores coletivos chamados de sintagmáticos e os paradigmáticos. O primeiro, sintagmático, emerge da ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo, sendo assim abrange todas as organizações, da família ao Estado, partidos, igrejas e empresas que, constituídos por atores-indivíduos, se integram ou são integrados num processo programado e estão engajados num complexo jogo relacional, e que crescem e se desenvolvem

---

<sup>17</sup> O que o autor propõe seria a elaboração de uma nova linguagem que permita perceber as relações que se mesclam a cada instante, fazem e se desfazem de modo dialético, que não foram possíveis pela geografia política clássica, pois naquela o Estado é o ator privilegiado e primado em toda relação, como tratado anteriormente neste capítulo.

<sup>18</sup> A referência está na obra "Semiótica e Ciências Sociais" de GREIMAS, A.J. de 1976.



somente pelas relações<sup>19</sup>. Já o segundo, os paradigmáticos, derivariam de uma divisão classificatória operando com base em critérios que os indivíduos têm em comum, mas não estão integrados num processo programado<sup>20</sup>.

A problematização destes dois conceitos revela, segundo o autor, a possibilidade dos atores paradigmáticos tornarem-se trunfos, ou seja, recursos, para o Estado, empresas, igrejas, partidos, etc. - que são os atores sintagmáticos - na medida em que são fontes de organização e, portanto, passíveis de ser integrados, controlados e até mesmo dominados. "Há aí uma ambivalência da população, que ao mesmo tempo é fonte de organizações e trunfo dessas mesmas organizações, em diversos graus e sob diversas formas"(idem, p.37).

Dando sequência ao raciocínio dos elementos constitutivos da relação, RAFFESTIN se volta a política dos atores - ou suas intenções - e as estratégias. Tendo em conta que as organizações tem finalidades e objetivos que podem ser simples os complexos, e estas duas noções expressam mais um aspecto quantitativo do que qualitativo - intenção de atingir vários objetivos ou produzir várias coisas -, seja o Estado, as empresas, os partidos, a igreja etc., as finalidades podem revelarem-se mais ou menos explícitas, ora secundárias e até mesmo dissimuladas (idem, p. 37).

E a realização desses objetivos supõe uma estratégia. E ela é explicada por RAFFESTIN numa conjugação que conota a teoria dos jogos e a militar, dito isso, ela compreende tanto um dado comportamento em presença de uma dada circunstância possível, quanto o uso do engajamento para fins de guerra. Ela pode convocar diversos elementos afim para atingir um objetivo, que pode ser tanto o controle como também a destruição do adversário e seus recursos (idem, p. 37-38).

---

<sup>19</sup> Ilustra, por exemplo, o Estado como um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, etc. A empresa quando realiza um programa de produção. Pois articulam momentos diferentes da realização dos seus programas pela integração de capacidades múltiplas e variadas (RAFFESTIN, 2011, p. 36).

<sup>20</sup> O autor coloca em tela uma pluralidade de homens e mulheres que tem em comum o fato de estarem fixados numa porção do território, por exemplo, e que em circunstâncias particulares fazem-se emergir organizações num vir-a-ser de atores sintagmáticos (Idem, p.36-37).

"A estratégia, portanto, é o resultado de um plano, de um projeto ou de um programa [...] Mas a estratégia supõe o recurso a uma série de meios. Os meios, ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos"(idem p.38).

O passo a seguir é o de passar em revista o conjunto de relações para que seja possível discernir tais meios - ou mediatos - em sua diversidade, tais como os meios financeiros, militares, discursos, trabalho, produtos etc., que são passíveis de generalizações e classificações quando da necessidade de simplificação útil, por exemplo no caso da construção de modelos a fim de uma descrição parcial da realidade. Mas o fato é que eles, tomados em comum, apresentam-se constituídos de energia e informação.

"Para satisfazer uma necessidade é preciso, por exemplo, no plano alimentar, energia liberável e energia condensável, ou seja, matéria. Trocar carvão ou petróleo contra ferro ou trigo é trocar fluxos de energia sob formas diferentes. O problema subsiste para o dinheiro, em razão de sua natureza simbólica. A moeda permite "representar" tanto a energia como a informação; permite adquirir tanto uma quanto outra. Contudo em razão de seu caráter e pelo fato de vincular-se mais às leis da energia, será considerado que se trata de uma energia simbólica"(idem p.38-39).

A esta altura, RAFFESTIN reconhece que por ser finita, a energia requer administração, incluso o controle e a concentração. Tomada essa premissa, leva em consideração que a informação possui dois pontos de vista, que são o conhecimento qualitativo de todo o fenômeno - seu sentido e valor - e um conhecimento quantitativo, que é relativo à probabilidade. E, subsidiado pela teoria da informação, considera que é possível medir a informação a partir da quantidade necessária de energia para transmitir uma unidade de informação (idem, p. 49).

"Na medida em que o domínio de um território supõe a transmissão de informação, a relação com a energia é muito significativa, sendo que o controle real depende, entre outras coisas, de energia à disposição"(Idem p.40).

Para RAFFESTIN toda ação é codificada desde que seja uma comunicação (idem, p.40). Dito isso, parte para definir informação como a composição de mensagens que são transmitidas através de sinais linguísticos e não-linguísticos, e que portanto abrange desde um discurso, um preço, um conhecimento científico e até mesmo um sistema tecnológico. De modo que os atores, em função de suas finalidades, combinam energia e informação segundo seus quadros estratégicos e um dado contexto social - um modo de produção, um modelo de cultura, um modelo político etc. -, ou seja, num conjunto coerente segundo um acervo de códigos inerentes à própria ação (idem, p.41).

Sendo assim, compreende que o código social seja construído por articulações econômicas e políticas, onde o núcleo concreto do código econômico é o valor de troca, e tem na moeda um símbolo frio, a abstração de equivalência geral que a torna capaz de substituir uma coisa por qualquer outro símbolo, numa relação dialética que veremos no seguinte raciocínio:

"Assim, a equivalência postula a não-equivalência, e é pelo valor de troca que se realiza a "equalização do desigual, a equivalência do não-equivalente"(LEFEVBRE apud RAFFESTIN). E pela manipulação desses códigos nas relações que se manifestarão os processos de perda da posse e de enriquecimento. Da mesma forma, a abundância postula a escassez, como a igualdade postula a desigualdade. As organizações se apoderam dessas articulações, para combiná-las em sua estratégia"(RAFFESTIN, 2011, p.42).

Já no que tange a articulação fundamental do código político é a noção de repartição, tais como concentração e não-concentração, hierarquia e não-hierarquia. Noções inerentes a todas as organizações, como as igrejas, o Estado, as empresas (idem, p.42).

Contudo, bem lembra RAFFESTIN, os atores só agem no espaço e no tempo, onde há estruturações a partir dos códigos à disposição. Credita à LEFEBVRE o pensamento e endossa o "espaço é político"(idem, p. 43)<sup>21</sup>. Em seguida afirma que tanto espaço quanto o tempo são suportes, portanto condições, mas não raro também os são recursos, com efeito, trunfos.

Acerca do espaço, RAFFESTIN alude seu caráter de trunfo à finitude do Planeta Terra. E a que as tentativas de identificação do espaço quase sempre foram praticadas em termos de superfície, de distância, de propriedade etc., que tinham em comum o caráter geométrico e a constituição em elementos simples e combináveis, portanto manipuláveis. E de modo a constituir representações (mapas, croquis, esquemas) por meio das quais os atores sociais possam intervir nele. Para o autor o espaço é um dado que antecede à intervenção humana, e que só tem sentido hierarquizá-lo ou corresponde-lo ao domínio de uma dada noção após e em função de uma certa projeção de códigos. Sendo assim, o toma em dois planos: o de expressão, constituído por superfícies, distâncias e propriedade, e o de conteúdo, que seriam os mesmo elementos do de expressão mas que têm seus significados atribuídos pelos atores sociais (idem, p.43).

Em relação ao tempo, a despeito do referencial absoluto do movimento astronômico, o que interessa ao propósito do ensaio é o tempo relativo, o tempo social da ação. Que acompanha a noção de espaço em relação a recurso, trunfos e, portanto, integrado a toda estratégia. E assim deve seguir, correlacionado ao espaço. E o par condicionado à combinação energia-informação (idem, p.44).

O caminho proposto por RAFFESTIN para a sua problemática relacional como método do raciocínio do geógrafo militante, crítico e implicado no

---

<sup>21</sup> Localiza a referência em Henri LEFEBVRE nas obras Direito à Cidade, e Espaço e Política.

projeto, deve levar em consideração, no caso de uma relação que intenta a satisfação das necessidades, que entre dois atores sociais, pelo menos, ela se estabelece em pólos simétrico e dissimétrico. E que por sua vez se desenvolvem através das finalidades e estratégias desses atores, dos meios e códigos desta relação, bem como dos componentes temporais e espaciais, que chegam ao resultado dessa simetria-dissimetria, cujo feito é do poder. "O poder é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto"(idem, p. 45).

"Todo poder se exerce num campo de comunicação; toda comunicação se manifesta no campo de um poder" (SCHAEFFER, P. apud RAFFESTIN, 2011, p.42).

O autor mais uma vez procura reiterar a ideia de que o poder se manifesta em duas frentes, uma visível e identificável, que é manifestada por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos - aquele da sujeição dos cidadãos a um Estado determinado -, e que por isso confunde-se com o próprio Estado e mascara o poder comum. Este segundo é o que está presente em toda relação, "se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem", é perene, mas não se vê porque dele acredita-se ter derrotado (Idem, p. 46-47)<sup>22</sup>.

Em conta de que toda relação é um lugar do poder, ele está ligado muito intrinsecamente a manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, e isto se dá por meio, reitera o autor, simultaneamente por energia e informação. Disto desenvolve um plano esquemático que revelaria um campo relacional que está implicado a formação, o acúmulo, a combinação e a circulação de energia e informação, vejamos.

---

<sup>22</sup> RAFFESTIN volta a referência à Teseu, que mesmo tendo derrotado o Minotauro, que figura manifesta do poder e não o poder propriamente dito, depois de morto o poder que então passa à perene e não visível, mas ainda sim consubstancial com todas as relações.

"A troca verbal, a relação oral, não é puramente informacional, pois é necessário uma quantidade de energia para que a comunicação tenha lugar. O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo é organizado pela combinação de energia e informação"(idem, p.48).

Com efeito, há poderes com forte componente energético ou poderes com forte componente informacional<sup>23</sup>. E que ele, o poder, está fundamentado na capacidade que o homem tem de transformar através do trabalho a natureza que o circunda e suas próprias relações sociais - pelas inovações técnicas, econômicas, sociais e culturais - (idem, p.50). E que seria admissível, portanto, falar de resistência onde existe poder, seja da matéria ou do corpo social à transformação (idem, p.51).

Para RAFFESTIN, segundo explicita influência em Marx, assim como o trabalho, o poder é intencional e não subjetivo, pois está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo dá significado ao sujeito. Caso contrário, as relações de poder não seriam muito dissimétricas. Com a possibilidade da apropriação da força de trabalho a submete à dicotomia que separa a energia da informação, e conseqüentemente a priva de sua capacidade primitiva de transformação (idem, p. 51).

"As organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizaram a primeira fissura social. Desde então a energia assim liberada pôde ser combinada com uma outra informação e esta, resultando de uma acumulação anterior, pôde ser combinada com outras energias. Isso significa que o trabalho deixou de ser uma entidade com duas faces, pois as duas foram "deslocadas", "destacadas"" (Idem, p.51).

---

<sup>23</sup> O autor ilustra, como exemplo, a situação dos fiéis em relação à Igreja, de outro lado o prisioneiro em relação ao carcereiro.

O aspecto crítico que resulta dessa relação entre trabalho e poder converge aos mediatos e as estratégias, abordadas anteriormente, da política dos atores sociais sintagmáticos com a finalidade de torná-los paradigmáticos mais homogêneos e passíveis de manipulação, de modo que podem controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação.

RAFFESTIN crava que este mecanismo fez com que o homem perdesse sua capacidade original de transformação, que esta teria passado para as organizações. E que a expressão mais visível disto está na distinção drástica entre trabalho manual e trabalho intelectual (idem, p. 51)

"A destruição da unidade-trabalho se realizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornaram output cristalizados, de que se apropria uma organizações específica que projeta seus trunfos estruturais para obter a equivalência forçada. Realizar a equivalência do não-equivalente é apropriar-se do trabalho sob múltiplas formas" (Idem, p.51-52).

Entretanto, aponta que se o homem desejar retomar o controle de seu poder original entrará num universo conflitual cuja natureza é política. E que é a possibilidade de poder, e não o poder em sí, que se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada, pois ele não é definido pelos seus meios, mas no interior da relação na qual ele surgiu (idem, p. 52).

Em vista do controle e da dominação sobre os homens e as coisas que o poder exerce, RAFFESTIN resgata três elemento da geografia política: a população, o território e os recursos que, no seio das relações, são considerados trunfos e são mobilizados simultaneamente, ainda que uma dada relação privilegie um e outro. A população recebe o tratamento prioritário no sentido de que é nela que reside as capacidades virtuais de transformação - o elemento dinâmico de onde procede a ação -; enquanto que o território, não menos importante, configura o

cenário do poder e o lugar da relações, pois sem considerá-lo com a população, permaneceria estático e apenas figuraria uma potencialidade de organização e estratégia; por fim os recursos são os que determinam e condicionam os horizontes possíveis da ação (idem, p.52)<sup>24</sup>.

Neste sentido, as organizações que combinam energia e informação, argumenta RAFFESTIN, são obrigadas a organizar os circuitos para circulação, a distribuição, a difusão ou, ao contrário, para a concentração, a circunscrição, a rarefação de energia e de informação. Assim,

"Por sua ação, a organização que visa a extrema simplicidade, a expressão jamais alcançada do poder absoluto, tende a se interessar apenas pelos símbolos dos triunfos. O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos. É talvez o que, por fim, torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre trunfo real - o referencial - e trunfo imaginário - o símbolo. Esse aumento da distância é, de muitas maneiras, fatal: o modelo não é a realidade e, se o modelo é por demais diferente da realidade, qualquer decisão se torna perigosa"(idem, p.54).

Este distanciamento entre o trunfo real e o simbólico, RAFFESTIN chama de distância crítica, o limiar de deformação da realidade em que a imagem sobre a qual se exerce a reflexão é puramente imaginária. Onde a distância entre a emissão e a recepção é tal que a mensagem que se refere ao momento é completamente modificada, e as posições relativas dos trunfos se modificam e as decisões que lhe interessam já não tem o mesmo efeito, ou mesmo tem efeito catastrófico que aceleraria seu processo de desestruturação (idem, p. 54).

Vimos em RAFFESTIN que o horizonte da experiência do homem converge e até se confunde com o horizonte geográfico, pois seu método permite

---

<sup>24</sup> Para esta acepção ilustra a disputa entre dois Estados pela posse de uma dada região, onde o conflito se dá não só pela aquisição de uma porção do território, mas pela população que ele contém e/ou seus recursos. Assim acontece mesmo que os objetivos declarados frequentemente eclipsam os verdadeiros trunfos, e que raramente são únicos e tampouco menos complexos em um conflito geopolítico.



tomar de forma mais clara que os atores de uma dada relação social, em função de suas finalidades, combinam energia e informação segundo os códigos inerentes à própria ação, portanto subsidiário ao modo como o homem se coloca diante da natureza. E o elemento político não apenas empresta o sentido ao diagnóstico da situação geográfica e aponta suas virtualidades, ele determina a premissa de que conhecer e operar uma dada realidade material, cuja produção se apóia no tempo e no espaço, suporia um sistema de relações no interior do qual circula o poder e do qual não é possível escapar. Restaria-nos, como dito anteriormente, decifrá-lo ou ao menos saber reconhecê-lo.

## **CAPÍTULO 05**

### **A DISTÂNCIA CRÍTICA ENTRE O TRUNFO REAL E O TRUNFO SIMBÓLICO, O CAMPO CEGO E A GEOGRAFIA QUE DESEJAMOS**

Tendo a geografia, desde a idade clássica, subsidiado a aventura dos homens para tornar o mundo cognoscível e explorável para além dos domínios territoriais originais, cada tentativa teórica, criava ou procurava demonstrar a possibilidade de encontrar no horizonte geográfico (os limites inteligíveis do mundo como as terras inexploradas, os mares, as zonas de guerra, recursos naturais em potencial, as virtualidades etc.) experiências significativas que redefinissem a si próprios, o homem, e logo socialmente, para noutro momento tornar a fitar o mesmo horizonte, reinterpretado ou re-significado, e assim sucessivamente, acabando por constituir um modo particular e dinâmico na relação homem x meio, sociedade e natureza, assim como populações com suas capacidades virtuais, territórios como cenário do poder e das relações de energias e informações.

Ainda que a geografia francesa tivesse, durante seu processo de institucionalização na virada do século XIX para o XX, retraído parte de seus desígnios e de sua potência intelectual - na medida em que precisava renunciar o elemento político em seu constructo teórico e metodológico -, visando estabelecer-se na Academia sob juízo das demais áreas do saber, desta inflexão acabou-se por emergir resultados interessantes se mantermos em mente o contexto da produção científica à época. Recorreu-se, por exemplo, aos elementos mais duradouros no espaço geográfico, aqueles fenômenos físicos e materiais visíveis e de maior duração - como os vistos no legado lablachiano -, como que se caracterizassem, enquanto tais, fatores inaugurais e estruturantes de uma geograficidade singular de uma determinada área ou região. Na qualidade de obras visíveis, os conjuntos seriam passíveis de serem cartografados e anotados como fenômenos contínuos-descontínuos. A longa duração corresponderia à solidez do fenômeno enquanto os "transitórios" seriam efêmeros e, portanto, desprezíveis à teoria geográfica. Acontece que tal representação e caracterização, apesar de coincidirem com

determinados lugares, não respondiam às transformações, percebidas empiricamente, como nos fenômenos urbanos e nos processos expansivos de industrialização.

A produção dos geógrafos servira de insumos para as intervenções territoriais, na medida em que amparava direta ou indiretamente as empresas colonizadoras com suas pesquisas, ou até mesmo para a promoção da Pátria, de tal sorte que garantiu sobrevivência com postos de trabalho nas Academias e Liceus. De toda sorte ainda pesava aos seus pensadores o desígnio de dar conta das transformações em curso.

A mesma capacidade de análise multi-escalar que permitiu-lhe reunir numa pesquisa todo o Cosmos, como o fez Humboldt ao discorrer sobre como o Planeta Terra se apresentava cognoscível ao homem civilizado, fez-se a empreitada de modo a re-situar a geografia num novo estágio intelectual da ciência. Dai nasceram importantes trabalhos que teorizavam sobre geografia. E nossa escolha repousou sobre a "Geografia Humana" de Jean Brunhes, pelo escrutínio que promoveu sobre a obra humana na terra a partir das necessidades essenciais e, a partir dela, constituir uma teoria geográfica fundamentada.

Recapitulemos que nela está colocada que os princípios de atividade e conexão é que balizavam os fundamentos da relação do homem e da natureza, e que esses fundamentos imprimiam o sentido de uma ordem geral de desenvolvimento em sistemas de relações complexas crescentes ao longo do tempo. Ao parear em um mesmo plano fatos primordiais da natureza com fatos humanos, permitiu-se pensar que toda atividade natural da Terra constituiria num princípio de atividade - perturbação - que jamais cessaria e, por si só, já imprimiria um movimento perene de transformação do homem na Terra. Mas que as necessidades vitais básicas do homem - alimentação, habitação e vestimenta – seriam ainda mais fundantes às relações sociais e de um vir-a-ser sistêmico e complexo, pois na medida em que o homem é reiteradamente posto à prova para suprir tais necessidades, ele aproveita-se dos fatos de superfície por ele já modificados repetindo este movimento ininterruptamente, com efeito promovendo modificações geográficas incessantes.

Em Brunhes, de todas as necessidades vitais básicas a habitação é a considerada fato geográfico por excelência, justamente por sua qualificar-se na condição de manutenção da vida, e do aspecto duradouro de fenômeno no tempo tal qual já aferiam as teorias geográficas até então. Motivo pelo qual fora selecionada para ser problematizada neste trabalho de pesquisa, a motivação toponímica nos empreendimentos de moradia, como veremos adiante.

Obedecendo ao domínio de suas necessidades vitais, BRUNHES afirma uma passagem epistemológica desta relação ao aferir que o homem passa então a vislumbrar a satisfação destas mesmas necessidades não mais na medida em que aparecem, mas segundo passa a vislumbrar um futuro mais ou menos longínquo. O que decorre num outro estágio ainda mais complexo, que são as preocupações com a perpetuação das espécies e a constituição embrionária das famílias e grupos sociais. Desta nova série de fatos estão as considerações sobre as trocas e os mercados, bem como as caracterizações sobre a exploração da terra e as organizações sociais.

Este é o momento que marca o retorno, definitivamente, do elemento político na teoria geográfica segundo nossa bibliografia consultada, ela também ilustra o cenário da produção acadêmica francesa à época. Pois o sistema de constituição de relações complexas entre sociedade e natureza, em Brunhes, nos aproxima de história e noção de desenvolvimento.

Consideramos que além de certo constrangimento relativo à política no quadro acadêmico em geografia à época na França, também pesava ao debate um distanciamento da contribuição da filosofia alemã, sobretudo da dialética de Hegel.

Nos exames críticos de um movimento interior do homem rumo a "autoconsciência", introduzida pela filosofia hegeliana, MARX & ENGELS (2007, p. 32)<sup>25</sup> concebe o homem e o mundo como atividade sensível e numa dada conexão

---

<sup>25</sup> A primeira impressão de "Geografia Humana" de Jean Brunhes é datada de 1910 segundo consta em prefácio da edição resumida (BRUNHES, 1962 p. 16), enquanto a Ideologia Alemã de Marx e Engels datam de 1835, sendo postumamente publicado e tornado público em 1933.

cuja vida existente fez dele o que é, num constructo que BRUNHES se aproxima preliminarmente mas acaba diferindo pelo modelo filosófico adotado.

MARX & ENGELS chegam a uma teoria sobre a história a partir dos pressupostos da existência humana - o homem estar em condições de viver para fazer história -. Elenca para a sobrevivência, "antes de tudo, a comida, bebida, moradia, vestimenta e outras coisas mais"(idem, p.33), de modo que esse é o ponto inaugural do primeiro ato histórico: a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, que ao fim equivale à produção da vida material e condição fundamental de toda a história, pois resta ser cumprida diariamente para manutenção elementar da vida. Cumprida, digamos, assim, essa primeira necessidade - a ação de satisfazê-la com os instrumentos dessa satisfação já adquiridos -, engendra novas necessidades. E é neste ponto, a produção de novas necessidades, para MARX & ENGELS é que constitui e encerra o primeiro ato histórico (idem, p.33). Este movimento interpolado dá ao desenvolvimento histórico um sentido, mas intervindo desde início por um terceiro ponto, que advém da procriação dos mesmos homens e a constituição de famílias, que além de renovarem diariamente suas próprias vidas, vêm engendrados com o aumento da população o aumento das necessidades e, com elas, a criação de novas relações sociais(idem, p. 33).

Diferente de BRUNHES, MARX & ENGELS não projetam este desenvolvimento das relações em estágios distintos, etapas, mas em aspectos e momentos que coexistiriam desde os primórdios da história. Entretanto, com fundamentos de alcance ao mundo sensível muito próximos, pois para ambos os quadros de desenvolvimento das relações sociais seriam corroborados por uma base terrena, materialista à historiografia para MARX e um do fator de complexidade ao fenômeno geográfico para BRUNHES. Em MARX a autoconsciência é o sentido da história, que só se inicia por superar a estagnação do reino das necessidades, enquanto que nos parece que, para BRUNHES, a autoconsciência é resultado da história, pois quando vislumbra o desenvolvimento, em seus estágios/etapas de complexidade, a tomada de consciência aparece quando os homens dão-se conta de ter de responder por necessidades/exigências futuras.

Ainda segundo MARX & ENGELS, a produção da vida, tanto no trabalho quanto na procriação, aparece desde já como uma relação dupla, de um lado natural e de outro social - no sentido de cooperação de vários indivíduos -, seja quais forem as condições e finalidades. Enquanto BRUNHES encontra os limites da sua teoria (domínio da Geografia) na troca e no mercado, MARX & ENGELS encontram neles todo o fundamento<sup>26</sup>, pois segundo aponta,

"um determinado modo de produção ou determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social - modo de cooperação que é, ele próprio, uma força "produtiva" -, que a soma das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, portanto, a "história da humanidade" deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história das indústrias e da troca"(idem, p.34).

A geografia ativa de Pierre GEORGE nos parece precipitar uma primeira aproximação da Geografia com este entendimento, mesmo que não o tenha feito deliberadamente. Ao passar a vislumbrar as virtualidades atinentes numa certa porção do território, mediante ao diagnóstico da situação geográfica, e através dela escrutinar formas de intervenção ou mesmo de diferenciação do quadro da diversidade produtiva no Planeta - a falta de sincronismo entre evolução das técnicas e evolução das estruturas sociais e políticas -, procede segundo o contraste entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos.

BRUNHES havia de certo modo antecipado este quadro dinâmico de transformações sócio-espaciais ao conceituar geograficamente o desenvolvimento da complexidade das relações a partir da teoria das necessidades, mas pela imposição do método e das restrições que determinavam os contornos e os limites próprios a Geografia à época resignou-se a situar tal dinamismo dentro de uma

---

<sup>26</sup> Entendimento já assimilado e explorado por RAFFESTIN na sua problemática relacional como vimos anteriormente.

forma sistêmica e estruturada, e que caberia à História validar o sentido, seus efeitos e os resultados.

As possibilidades advindas de diagnóstico da situação geográfica de Pierre GEORGE, justapostas à problemática relacional de RAFFESTIN, sinalizam uma guinada no método e com isso novas aspirações teóricas. Reconhecemos que em meio aos debates da produção científica em Geografia no final dos anos 70, início dos anos 80, o cerne das preocupações era o de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais relativos às localidades que lhes seriam próprias, mas cujas relações historicamente seguiam em constantes transformações. Parte deste pensamento encontrou na teoria marxista um novo arroubo de potência de interpretação ao incorporar o materialismo histórico e dialético ao seu esforço intelectual.

Neste sentido o espaço deixaria de ser entendido como palco/teatro da atividade das coletividades humanas como fora o espaço absoluto (localizável, entidade física e real nos termos euclidianos). Também viria romper com o espaço relativo, que inseparável do tempo, fundamentaria o entendimento acerca de sua localização relativa, a dos fenômenos em relação às outras localizações, variando no tempo. Pois pensar os fenômenos geográficos na perspectiva dialética equivale a emergir, com toda a força, para além de seu aspecto formal. O nível fenomênico seria ultrapassado e o entendimento da realidade atingiria outro patamar com a articulação entre forma/essência. A compreensão geográfica - crítica - dos fenômenos passaria pelo caráter contraditório das relações que os produzem e nos possibilitaria atingir um conhecimento que não se reduzisse ao pensamento, mas que envolvesse a dimensão da prática social e o conteúdo do real (CARLOS, 2005 p.132-134).

Antes de prosseguirmos, retomemos MARX & ENGELS a partir do ponto em que introduz as linhas gerais de sua teoria da história, ainda na "Ideologia Alemã", chamada de "quatro aspectos das relações históricas originárias"(MARX & ENGELS, 2007 p. 43), vistas há pouco. Dialogando com os hegelianos de esquerda fala do homem cujo espírito se manifesta exteriormente através da consciência e

que, desde o início, ela é contaminada pela matéria na forma de linguagem. Vejamos.

"A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com os outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens"(idem, p.34-35).

Há que se acrescentar que o próprio materialismo dialético que veio a ser trabalhado na Geografia permitiu pensar novas possibilidades de articulação entre as "áreas" dos saberes científicos, de modo que corroborou com novas possibilidades de entendimento do mundo. Neste aspecto é que reside a convergência de RAFFESTIN ao incluir a questão de língua e linguagem em sua problemática relacional em geografia, que nada mais é que a aplicação do materialismo dialético à sua teoria e ao seu método. O poder é o fio condutor que permite envolver, ao mesmo tempo, a prática social e o conteúdo do real, pois ao demonstrá-lo o faz por meio do contrato social de trabalho como vimos anteriormente.

Gostaríamos de mais uma vez retomar questão que fora colocada tanto por Pierre GEORGE quanto por Yves LACOSTE sobre o risco de cisão da Geografia com a vida, e da qual gostaríamos de derivar uma perspectiva pedagógica quando tomada em relação ao horizonte geográfico e ao horizonte da experiência. Pois do distanciamento original daquela Geografia dos Estados-maiores e a Geografia dos professores, vimos que essa segunda permanecera assentada em sala de aula inculcando elementos de conhecimento relacionados entre si - tais como relevo, clima, vegetação, população etc. - sem, entretanto, tratar de revelar o sentido e a face política da geografia dos Estados-maiores<sup>27</sup>. Teve-se como

---

<sup>27</sup> Visto em LACOSTE e já situadas neste trabalho.



resultado perverso "não só de mascarar a trama política de tudo aquilo que se refere ao espaço, mas também de impor, implicitamente, que não é preciso senão memória"(LACOSTE, 2012, p. 32).

Pesa o fato de que, além dos professores irem perdendo o monopólio da informação com o advento do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, tanto eles quanto os próprios alunos passaram a receber, ao mesmo tempo, as notícias e as atualidades junto de uma massa de informações inculcadas num "discurso político impregnado de representações e causalidades que, no fundo, são geográficas e estas são argumentos políticos"(idem, p. 172) .

"Os mass media, quer reproduzam, incansavelmente, as imagens de uma geografia-espetáculo, quer difundam informações que procedem de todos os pontos do planeta, contribuem largamente para essa tomada de consciência. Essa impregnação da cultura social por imagens espaciais e elementos de um saber geográfico (o que é historicamente um fenômeno novo) resulta muito dos artifícios da moda e do espetáculo (aí compreendido na orquestração do tema natureza-poluição; mas ela traduz também a amplitude crescente da crise dialética global que se coloca, cada vez mais, em termos geográficos"(idem, p.176).

De modo que, afora uma abordagem desinteressante da Geografia dentro da sala de aula, como alertara LACOSTE, o seu conteúdo político - que lhe deveria ser originalmente introduzido - fora substituído por meio dos *mass media* dos quais ele mesmo, o professor, também é expectador.

Tendo em conta este quadro, além de uma postura estritamente passiva e contemplativa, pesaria ainda mais o risco se permitida à geografia um outro extremo, que seria a de substituir outros conhecimentos técnicos aplicados tornando o geógrafo um especialista - como alertou Pierre GEORGE.

Diante dos riscos das "diferenças de especificidades dos temas de estudos geográficos e dos temas da ação para a qual os geógrafos são levados a oferecer sua colaboração" (GEORGE, GUBLIELMO, KAYER e LACOSTE, 1966 p. 17) o geógrafo jamais deveria se furtar ao desafio de seu tempo. Para isto bastaria determinar sua

"competência em relação às outras ciências, inclusive às auxiliares às quais recorre para elaborar sua imagem do mundo e sua dinâmica [...] a introdução do espírito e da cultura do geógrafo na aplicação de uma técnica não geográfica, pode aumentar a eficácia desta técnica, sem que se trate porém de uma tomada de responsabilidade do próprio geógrafo"(idem, p.17).

Dito isto, atentamos para uma outra situação segundo nos orienta e faz refletir o pedagogo espanhol Jorge Larrosa BONDIA. Este autor chama a atenção para uma distinção entre informação e experiência, e que o saber das coisas é diferente do saber da experiência (BONDIA, 2001). Escrutinando a etimologia da palavra experiência, o autor encontra que tanto nas línguas latinas quanto nas germânicas, contém-se, inseparavelmente, a dimensão de travessia e perigo, o território de passagem, e expressa aquilo que nos toca ou nos chega, abertura, exposição e transformação (idem).

Para BONDIA, enquanto o saber da experiência é aquele que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece, o saber das coisas é aquele constructo de palavras em informações que não necessariamente constituem um saber (idem). Ao passo que um conhecimento atualmente, segundo o autor, é essencialmente a ciência e a tecnologia, algo infinito, universal e objetivo, impessoal, visto fundamentalmente como algo útil num sentido estritamente instrumental, convertido na ciência moderna em método por desconfiança da experiência.

"A experiência já não é o que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, mas o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las"(idem).

Para BONDIA, uma vez vencido e abandonado o saber da experiência e uma separado o conhecimento da existência humana, ocorre uma situação paradoxal em que diante de uma enorme inflação de conhecimentos objetivos, de uma enorme abundância de artefatos técnicos e uma enorme pobreza dessas formas humanas de conhecimento que atuavam na vida humana nela inserindo-se e transformando-a, esta

"se fez pobre e necessitada, e o conhecimento moderno já não é o saber ativo que alimentava, iluminava e guiava a existência dos homens, mas algo que flutua no ar, estéril e desligado dessa vida em que já não pode encarnar-se"(idem).

Convém, portanto, nos atentarmos para aquilo que seria um movimento convergente - ou não - do horizonte geográfico com o horizonte da experiência, uma vez que a ciência moderna teria colocado em risco esta relação originalmente emancipatória. Afinal, temos a hipostasia do trabalho abstrato e do mundo da mercadoria regulando a vida de toda a humanidade (ROCHA, 2000).

Isto quando aproximado ao nosso tema como objeto da motivação toponímica, a habitação, elemento perene na paisagem, fator geográfico essencial para Brunhes, ela já não mais responde apenas por sua condição de abrigo da intempéries do clima e da privacidade para superar aquilo dos limites das necessidade da sobrevivência, a "moradia é uma necessidade de fato, mas as relações que se estabelecem a partir dela, não necessariamente estão circunscritas aos limites da sobrevivência"(ROCHA, 2000 p. 8), pois que, como dilucida o autor, o

morar traz mais que a habitação, objeto de debate dos planejadores – o habitat, a casa, o abrigo -, o morar traz um universo de pessoas e objetos que estão em relação e faz do morador sujeito de uma espacialidade.

“[..]“o morar” é uma totalidade, mas uma totalidade aberta, na qual o seu movimento não é somente determinado pelos fenômenos que comporta, mas também pelo movimento de outras totalidade”(ROCHA, 2000 p. 10).

Esta noção de totalidade aberta não nos permite escapar do fato de que o morar implicar num lugar e que, sem a pretensão discutir categoricamente o lugar, aqueles que nos debruçaremos a seguir são resultados de extensões fragmentadas pelo parcelamento do solo na forma de propriedade privada e da burocracia estatal que dividiu o espaço e o institucionalizou em divisões administrativas segundo suas exigências e estratégias (idem, p.12). E em conta de que “A cidade, superobjeto espacial, supersigno, somente é acessível através de múltiplos discursos, sequencias temporárias articuladas a sequencias espaciais, passos através de objetos, que podem expressar-se (pela palavra) em discursos múltiplos” (LEFEBVRE apud ROCHA, 2000 p. 11).

O nome dados aos empreendimento de moradia, o seu topônimo, corresponde em nosso entendimento a uma chave, um nexos inteligível dessa cidade, na medida em que corresponde a uma totalidade posta na forma de uma etiqueta de batismo do lugar. Articulada em sua origem como trunfos por atores sintagmáticos, num jogo relacional de poder para um processo programado de mercado.

No bojo das estratégias implícitas nos processos de denominação dos lugares, desses recentes empreendimentos de moradia na Região Metropolitana de São Paulo, é possível dizer que neles há uma tentativa de aplicação técnica, melhor dizendo a aplicação de uma forma de conhecimento, que intenta manejar desde um conjunto de informações à raciocínios científicos com o intuito de dominar o espaço geográfico e nele agir por meio do discurso, da relação de informação ao

lada da de energias - como aludiu Raffestin - que é subsidiário, acreditamos, de uma ciência geográfica aplicada, senão aquela em torno de um saber estratégico em proveito do poder. Mas que podem e devem ser pensados criticamente por suas próprias contradições.

Discutindo essa questão numa outra escala, maior, e focada na ciência geográfica aplicada, Lacoste (2012, p. 158-159) trata do recurso aos cientistas que não tem que tomar decisões políticas ou decidir sobre prescrições técnicas, mas que traduzem entre aqueles que tem o poder os elementos para a tomada de decisão: - ideias mais precisas de situações em que há o surgimento de novas dificuldades das quais não se percebem bem as causas, - ideias de uma análise que pudesse ajudar a encontrar uma solução e que um melhor *aménagement* do espaço pudesse ser um remédio, e - o cuidado de dissimular sobre razões de interesse geral, sob o discurso científico, em estratégias bastante lucrativas para certos interesses particulares. Isto posto, mas numa condição em que os problemas e as dificuldades proliferam e se diversificam, que as coisas evoluem depressa de modo que reiteradamente é preciso refazer as enquetes, que essas pesquisas se multiplicam em lugares e regiões sobre temas e problemas diversos, por geógrafos que se ignoram entre sí, mas que se reportam ao organismos que estão direta ou indiretamente ligados uns aos outros em escala global, multiplicando tensões, dificuldades e desequilíbrio variados, que, todavia, só podem ser pensado por seus sintomas negativos colocados numa hipótese de crise de conjunto, “uma crise dialética global” (LACOSTE, 2014 p. 160).

A toponimização, como veremos a seguir, alçada historicamente ao um estágio avançado de técnica aplicada pelo trabalho dos especialistas como parte da formação conceitual da mercadoria, do solo urbano parcelado e colocado em equivalência geral pelo mercado, assume solidariamente do quadro de sintomas negativos ilustrado por Lacoste aquilo que é próprio do processo de diferenciação de áreas e, ao mesmo tempo, aquilo outro da razão de ser que é dada pelos agentes políticos do espaço e do próprio mercado imobiliário em processo concorrencial.

Como resultado, tais recortes de áreas ao serem tornados fragmentos da cidade na forma da mercadoria - solo urbano parcelado e colocado

em equivalência geral -, carregam consigo um topônimo que se projeta neutro, selando e dissimulando todo o conteúdo de contradições que lhes dera origem, perduram estrategicamente no mercado concorrencial como um produto diferenciado para um público consumidor determinado ou nicho de mercado. Mas quem projetou tal topônimo, assim como quem elaborou o projeto urbanístico e o conceito geral deste empreendimento visando o mercado, não necessariamente participou dos processos que lhes dera origem. À tais especialistas não cabem tomar as decisões políticas ou mesmo decidir sobre prescrições técnicas, apenas oferecem àqueles que tem o poder elementos para a tomada de decisão, no caso os proprietário fundiários, as construtoras e incorporadores e o Estado.

Este movimento revela um aspecto crítico da reprodução das relações de produção, dada uma distância crítica que Raffestin aponta como a deformação da realidade em que a imagem sobre a qual se exerce a reflexão é puramente imaginária<sup>28</sup>, e que, portanto, requer a tarefa de se contribuir com a compreensão deste fenômeno em sua condição crítica.

Lacoste, como vimos, coloca a perspectiva de crise, como consequência do crescimento industrial do pós-guerra, a partir de uma geografia aplicada por um cientista neutro - que não cabe de tomar decisões políticas - que receita remédios para certa região em função de “problemas, de “dificuldades” e “desequilíbrios” (LACOSTE, 2012, p.158), mas também crise da própria geografia - dos professores - pela impregnação da cultura social por imagens espaciais e elementos de um saber geográfico pelo mass media, que reproduzem imagens de uma geografia-espetáculo, de um discurso mistificador do discurso a propósito do espaço (idem, p. 176), como tivessem origem numa crescente crise dialética global, de dimensões planetárias, que se coloca cada vez mais em termos geográficos.

Pensar um encontro possível destas linhas de pensamento, permite-nos problematizar sobre os efeitos desagregadores da modernização pelas mediações simbólicas, quando se aponta para uma crise que aparece com

---

<sup>28</sup> Como visto no capítulo anterior, que esta distância é de tal forma crítica que a posição relativa dos trunfos se modificam e as decisões que lhes interessam ou perdem o efeito ou tem efeito catastrófico que acelera o processo de desestruturação (RAFFESTIN, 2011, p.54).

institucional, mas que está no primado da razão ocidental como veremos a seguir, numa perspectiva pensada a partir do diálogo com o curso “Psicanálise, Educação e Cultura - EDF0294” ministrado pela Profa. Dr. Monica G. Teixeira do Amaral em 2011 para a licenciatura, na Faculdade de Educação-USP.

Para tanto é importante trazer em tela NIETZSCHE(1983), que chama a atenção para a consciência de nossas ações, pois ele afere que o homem pensa em níveis e que só uma ínfima parte disso seria cognoscível de modo lingüístico, formal, em palavras e que é só na necessidade de comunicação que nos damos conta disso. Desse modo, signos são produzidos para dar sentido em nós mesmos na urgência de transmiti-los a outros, dada a condição do indivíduo ser um homem social. Nietzsche (Op. cit.) afirma que nossas ações são, no fundo, pessoais, únicas e ilimitadamente individuais, mas que tão logo a traduzirmos na consciência elas não parecem mais se-lô (individuais) devido a produção e intercâmbio do signos da comunicação, o que imprimiria em nossas ações o outro, uma “marca de rebanho” (idem). E que, portanto, qualquer tomada de consciência acontece num mundo de superfície, generalizada, vulgarizada, cuja realidade objetiva é eclipsada por outra subjacente, de ordem subjetiva e individual, ao mesmo tempo corrompida pela marca de rebanho. Nesta ideia preconizada em Nietzsche, joga-se luz no entendimento de como as formas de consciência do outro (ser social) estão intrinsecamente ligadas às determinações da consciência do próprio indivíduo, mas com o efeito simultâneo de falseamento da percepção externa.

Nesta aproximação com o conceito de crise e falseamento da percepção, vale-nos encerrar seus contornos, mas ocorre que a abordagem nos lança num campo cego, assim como LEFEBVRE (2004) o apresenta. Campo como sobreposição de fatos e fenômenos, mas de modos de pensamento, de ação e vida, que são campos de forças e conflitos. Cego pelo o olhar redutor da realidade em formação, valendo-se por conceitos formados por um pensamento analítico fragmentado com vistas a uma racionalidade legada pela industrialização. Que, no urbano, trata-se de um campo de tensões complexas, uma virtualidade, um possível-impossível, uma presença-ausência, cuja cegueira não se vê a forma do urbano, os vetores e tensões que lhes são inerentes, sua lógica e seu movimento

dialético; e o que se vê são coisas, operações, objetos. Haveria uma dupla cegueira no campo urbano, em que seu vazio e sua virtualidade seriam ocultados pelo preenchimento pelo urbanismo que advem de uma época moribunda, a da “industrialização, dos objetos e produtos, das operações e técnicas da indústria” (LEFEVBRE, 2004 p. 47).

Essa aproximação com o campo cego de Lefebvre não poderia deixar de ser abordado. Pois no bojo das mediações simbólicas, pensando o horizonte da experiência viu-se, com o processo de revolucionamento dado pela forma associada e concorrente entre industrialização e urbanização, a natureza real é tornada raridade, e substituída na re-produção por signos da natureza e do real (LEFEVBRE, 2004 p.46).

“Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca.

[...]

Todos os “significantes flutuante” que a retórica utiliza se agarram à sua re-presentação para encontrar um sentido e um conteúdo (ilusórios). O que não tem mais sentido procura reencontrar um sentido pela mediação do fetiche “natureza” (Idem, p. 36)

“O urbanista obedece passivamente às pressões do número e do menor custo.; a própria funcionalidade que ele crê conceber reduz-se à ausência de funções “reais”, reduz-se à função do puro olhar (LEFBVRE, 2004 p. 36-37).

A motivação toponímica precisa ser problematizada, precisa vir à luz, sair das sombras de sua insignificância do campo cego.

As determinações sociais e ecológicas, como vistas na metropole paulistana, devem ser abordadas dentro desta perspectiva de crise, ainda sejam ora abordadas como crise econômica ou crise social, mas como crise dialética global, da



distância crítica entre o trunfo real e o trunfo simbólico, da deformação da realidade em que a imagem sobre a qual se exerce a reflexão é puramente imaginárias, enfim, do falseamento da percepção externa pelas mediações simbólicas advindas da marca de rebanho. Portanto, faz-se necessário uma geografia crítica, uma “geografia que inclua a dialética e, ainda, a relação entre estratégia e dialética pode nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo” (DAMIANI, 2004a p. 61). Que permite lançar o exame do processo de modernização extensiva e intensivamente, a saber. Extensivamente pela questão da financeirização e do absolutismo financeiro em que, ao mesmo tempo, incorpora todos os espaços e tempos no universo desta economia e coloca o dinheiro como meio de circulação. E, intensivamente, quando permite decifrar a metamorfose dos modos de vida na reprodução da cotidianidade, com a mercantilização da sociedade, na autonomização dos elementos que vem se convencionar cultura dentro de uma generalização de produtos simbólicos para o consumo (Idem, p.62-63).

Com a reunião dessas considerações acerca da ciência geográfica, no percurso de uma geografia que desejamos para os fundamentos de abordagem crítica da motivação toponímica, passamos a uma aproximação gradual entre geografia e linguística.

## CAPÍTULO 06

### **SOBRE GEOGRAFIA E LINGUÍSTICA - APRESENTANDO A TOPONÍMIA**

Acreditamos que são muitas as possibilidades de pesquisa que a Geografia pode realizar com a colaboração dos estudos nas áreas da Linguística. E ela, por sua vez, também pode encontrar, em contrapartida, o suporte material necessário às suas análises e teorias. A Geografia, por exemplo, pode contribuir com a formação de um quadro analítico aos estudos de linguística através da cartografia e das pesquisas de campo, segundo a ocorrência dos diversos troncos e famílias linguísticas numa determinada área, e assim o linguísta poderá correlacionar de acordo com a predominância territorial as dinâmicas internas da morfologia da língua. Como também pode ser de interesse da Geografia a ocorrência de certos dialetos, principalmente aqueles que esclarecem e demarcam tensões, choques e conflitos étnicos.

Entretanto o tema de interesse que procuraremos examinar neste trabalho é a contribuição da linguística numa via de mão-dupla com a Geografia. Em que, partindo de questões políticas e econômicas, permite-nos permear as relações de poder segundo a representação do espaço geográfico enquanto fenômenos plasmados nos topônimos,

Os processos de colonização do Novo Mundo foram acompanhados pela imposição política da língua "oficial" da metrópole. Pasquale PETRONE fala que os aldeamentos, nas suas origens, foram frequentemente núcleos de catequeses, e que neles, as escolas tiveram extraordinária importância.

Nas fazendas dos jesuítas as crianças além de receberem orientação espiritual, eram, ao mesmo tempo, preparadas aos mais diversos ofícios até que pudessem auxiliar os adultos a "carregar um pouco d'água, recolher lenha, ou trabalhar com a enxada"(PETRONE, 1995 p.328-329). O fato era que no século XVIII o tupi ainda era uma língua importante, de uso rotineiro e usual, mas não tão

dominante em São Paulo quanto o era no século XVII, e uma das razões para seu uso perdurar residia na condição de instrumento profícuo de catequese. Até que fora proibido e estabelecido o uso obrigatório da língua portuguesa em 1758 (idem, p.329). São muitas as situações de sobreposição política da língua.

"Na amazônia, por exemplo, os primitivos topônimos brasílicos, ajustados, quase sempre, a uma reminiscência da gente ou a uma lembrança da terra, foram substituídos, a princípio, pelos colonizadores e catequistas, por uma denominação composta, em que o topônimo brasílico era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiológico português, como por exemplo - Santo Antônio do Surubiú. S. Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, Santo Angelo do Cumaru, Nossa Senhora da Conceição de Maruiá [...], além de uma série de outros, prevalecendo, mas tarde, porém, quase que exclusivamente, as denominações lusitanas"(CARDOSO, Levy apud DICK, 1980 p.31).

Além disso, segundo defende o geógrafo Prof. Álvaro José de Souza, autor do livro "Geografia e Linguística - Dominação e Liberdade" de 1990, o sentido das palavras ou expressão carregam, sempre, conotação ideológica mesmo que os dicionários pareçam neutros. E explica que durante o processo de colonização as palavras traziam incontáveis informações conceituais a ponto da utilização de nome de produtos tropicais em expressões pejorativas, ao passo que os das regiões temperadas - de origem dos colonizadores - apresentavam sentidos de valorização<sup>29</sup> e que eram incorporadas na linguagem dos colonizados (SOUZA, A.J., 1990 p. 24-25).

"Na realidade, o processo colonizatório, em todas as suas etapas, tem sido marcado pela exploração da

---

<sup>29</sup> Apresenta como exemplo o "arroz com feijão" como indicação de simplicidade ou falta de sofisticação, enquanto "firme como carvalho" era utilizado para indicar madeira valiosa. E mais, "zona tórrida" em contraponto à "clima temperado", entre outras expressões (SOUZA, A. J., 1990 p. 25-26).

terra e do trabalho de nativos e, por isso mesmo, desvalorizar produtos ou pessoas, modos de agir ou costumes faz parte da imposição cultural ou econômica para a qual a língua contribui de forma efetiva"(idem, p.25).

Para o autor, a aceitação do idioma estrangeiro era mais do que aprender a comunicar-se com novas palavras, ou dentro de uma nova estrutura de compor as ideias, tratava-se de deixar de lado valores íntimos a sua sociedade para assimilar e fazer uso de termos que se referissem a objetos desconhecidos, aceitar através deles expressões e vocábulos que indicavam sentimentos ou anseios "que não eram exatamente os seus" e ainda abdicar de palavras sagradas para "aceitar valores linguísticos que em nada lhes diziam respeito e assim por diante"(idem, p. 28).

O pedagogo Jorge Larossa BONDIA, quando aborda a questão do saber das coisas e saber experiência, como vimos na primeira parte deste trabalho, leva em consideração que as palavras produzem sentido, criam realidades e funcionam, por vezes, como potentes mecanismos de subjetivação. E que o ato de pensar é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece, e que o sentido ou o sem-sentido é algo que tem a ver com as palavras (idem).

"E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos diante de tudo isso"(idem).

Voltamos a RAFFESTIN, que reitera que a língua é um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população, de modo que é conveniente tê-la como fundamental na cultura e nas relações de poder, portanto também na origem de múltiplos conflitos (RAFFESTIN, 2011 p. 87).

Sendo um sistema sêmico, a língua assegura a mediação entre modos de produção e o consumo. O grupo dominante que impõe seu modo de produção impõe também sua linguagem, pois a língua também é trabalho. É, na verdade, puro trabalho humano. As palavras e as mensagens não existem na natureza, pois são produtos humanos [...] Trata-se de um trabalho que se pode colocar no mesmo plano que aquele utilizado para produzir objetos físicos. A linguagem é trabalho humano e as línguas constituem a objetivação necessária"(idem, 89).

Muitas vezes, dizem certas, na verdade, são dissimulações.

Do mesmo modo que autor recorre ao contrato social de trabalho, através do materialismo dialético marxiano, para demonstrar como energia e informação tomadas no ato da troca estão imbricadas numa relação processual de poder - ou a capacidade de poder - entre ofertante e o demandante, numa análise que envolve num mesmo plano, e ao mesmo tempo, prática social e conteúdo do real, ele recorre à expressão lógica da mercadoria de MARX para tratar da língua como recurso.

Para RAFFESTIN, tomando emprestado o raciocínio de ROSSI-LANDI, F.<sup>30</sup>, a língua constituiria o capital constante de todo trabalho linguístico ulterior - de toda a expressão e de toda comunicação -, de modo que se não acrescentado um capital variável, constituído pela força do trabalho linguístico dos homens que falam e entendem essa língua, esse capital constante permaneceria coisa morta (RAFFESTIN, 2011, p. 89)<sup>31</sup>.

Segundo o desenvolvimento desse raciocínio, levado pelo autor, seria por meio desse capital linguístico complexo que se realizaria a comunicação, enquanto produção e circulação de mensagens no campo de uma comunidade

---

<sup>30</sup> Segundo anotado por RAFFESTIN em nota de rodapé, ROSSI-LANDI, F. "Il linguaggio come lavoro e come mercato. 2. ed. Milano, Bompiani, 1973, p. 62.

<sup>31</sup> Transposição da formula da mercadoria de Marx: " $c + v = C$ ", em que "c" é capital constante, "v" é capital variável e "C" capital linguístico complexo. "A língua é então, ao mesmo tempo, produto e atividade: c + v refletem atividade e C justifica o produto"(RAFFESTIN, 2011 p.89).

linguística, e que se este capital constante não for objeto de trabalho fornecido pelo homem, a língua tornar-se-ia morta (idem, p.89). Ressalta-se, ainda, que toda a atividade linguística, como qualquer outra atividade, se desenvolve numa relação espaço-temporal com durações e ritmos próprios a essa mesma relação; e por isso mesmo é que a linguagem - ou as linguagens - mediam relações políticas, econômicas, sociais e culturais num dado lugar e por uma duração específica (idem, p.89-90).

"A linguagem, como sistema sêmico, não é lugar do poder mas, ao contrário, manifesta um poder. É o meio de encenar o espetáculo do poder. Isso nos incita a tirar uma primeira conclusão: não há conflitos linguísticos no sentido habitual do termo, mas conflitos mais profundos que nascem da reprodução social e que, eventualmente, se exprime de forma linguística. É claro que isso não tira nada do caráter necessário da língua e de seu papel nas relações"(idem, p. 90).

Tal concepção teórica mostra-se válida para entendermos a face processual do declínio progressivo e sistemático do uso das línguas nativas no território paulista sob a colonização portuguesa, como demonstrou documentalmente PETRONE. E talvez esta mesma concepção também nos ajude a compreender, logo mais, a motivação toponímica nos recentes empreendimentos imobiliários na metrópole paulistana.

Para o professor Álvaro José de SOUZA os estudos de Geografia e Linguística, levados a pique, poderiam revelar a "prática da Babel"<sup>32</sup>, termo que utiliza para demonstrar, num cenário geopolítico, portanto em grande escala, o imperialismo imbricado nas tentativas de unificação dos povos através da mobilização de uma língua universal. Em tela, diversos exemplos registrados no

---

<sup>32</sup> Termo emprestado da Bíblia Sagrada Cristã que, em *Genesis*, justifica a diversidade de línguas sobre a Terra como punição de lavé, o deus hebraico, pela empreitada da construção de uma torre na Mesopotâmia, Babel, que alcançasse os céus e assim elevasse, com o feito, o nome do homem à célebre. A divisão ordenada pelo deus nas diversas línguas visara cindir a cooperação entre os homens e, desse modo, imobilizar tamanha ambição.

curso da história moderna, como o caso do Esperanto e outros, ou mesmo o inglês e o francês no sentido de uma busca de hegemonia cultural e econômica<sup>33</sup>. Como se o babelismo fosse grande parte da razão de forças centrípetas às relações internacionais (SOUZA, A.J., 1990 p. 18).

Justamente neste ponto que o autor defende a Toponímia como instrumento poderoso e de grande valia tanto aos linguistas como aos geógrafos (idem, p.18). Ela atuaria de forma mais eficaz e honesta que qualquer outra forma de documentação e, assim, retrataria, por exemplo, uma extensão muito maior da presença indígena no Brasil do que aquela preconizada pelos europeus. Assim como retrataria a presença celta na Ibéria, apesar de tê-los sido eclipsado pela conseguinte conquista romana, ela testemunha a presença viking na Normandia, Irlanda e na Escócia, entre outros casos (idem, p.18).

Passemos a examinar seu conjunto conceitual desenvolvido aqui no Brasil, segundo nossa experiência através do curso de Toponímia Geral e do Brasil I e II na Universidade de São Paulo, oferecido ao bacharelado pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (DLCV-FFLCH-USP).

A Toponímia teria sido criada na França como disciplina sistematizada no século XIX no sentido de um mecanismo de recuperação filológica dos lugares habitados, e tornado referência de pesquisa a partir dos trabalhos de Albert Dauzat, linguista francês e pioneiro dos estudos da Onomástica no início do século XX. No Brasil fora empreendida por pesquisadores como Levy Cardoso, Theodoro Sampaio e Carlos Drummond e eram voltados à lexicografia indígena (DICK, 1990 p.01). Já na Universidade de São Paulo os estudos toponímicos foram temas de trabalho de pesquisa partir de 1935 no Curso de Geografia sob a disciplina

---

<sup>33</sup> O mesmo teria ocorrido à Stalin (idem, p. 19), segundo o qual, liderando o bloco socialista, teria desenvolvido um raciocínio semelhante: num primeiro momento, o desenvolvimento político dos povos implicaria num fortalecimento progressivo das nações e das línguas nacionais; depois, numa segunda etapa associada ao desenvolvimento de uma economia mundial socialista unificada, na medida que as nações comesçassem a sentir a necessidade de se aproximar econômica e politicamente surgiria a imposição de uma língua regional que se desse de forma natural e gradual; e, por fim, numa terceira etapa, convencidas da necessidade de uma comunicação plena, as nações assimilariam uma única língua nacional e internacional.

intitulada "Etnografia e Língua Tupi", ministrada pelo Prof. Plínio Ayrosa. Mas através dos esforços da Profa. Maria Vicentina do Amaral DICK é que foi gerada a base atual da disciplina "Toponímia Geral e do Brasil", sistematizando-a segundo um método científico que permitisse abarcar os trabalhos anteriores para em seguida os atualizar. Também foi criado, através de seus esforços, o quadro do sistema toponímico brasileiro, segundo os estratos linguísticos - contatos entre as línguas - no território brasileiro entre as línguas nativas e a portuguesa.

A Toponímia situa-se ao lado Antroponímia no campo da Onomástica, ciência do ramo da Linguística que se ocupava da investigação dos nomes próprios. Enquanto a Toponímia se atém ao nome dos lugares, a Antroponímia segue o estudo do nome das pessoas (idem, p. 16).

Segundo DICK, ao introduzir o tema em sua tese de doutoramento<sup>34</sup>, defende que a história dos nomes dos lugares apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos à luz da complexidade dos fatores envolvidos, seja em seus aspectos naturais ou antro-po-culturais e que

"por isso mesmo, que a Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos.

[...]

Esse entendimento ganha em profundidade quando se compreende que, no topônimo, pode-se perceber e sentir a marca de sua inscrição em um contínuo tempo-espacial determinado"(idem, p. 1).

Segundo desenvolve a autora, a Toponímia exerce, por exemplo, a função de distinguir acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da

---

<sup>34</sup> "Motivação toponímica - Princípios teóricos e modelos taxionômicos", apresentada ao Departamento de Linguística e Letras orientais - Área de Línguas Indígenas do Brasil - FFLCH-USP, em 1980.



superfície terrestre e lhe conferem características específicas, e são importantes fatores da comunicação, pois permitem de modo plausível a referência das entidades por eles designadas. Com efeito, podem figurar como verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências de uma dada população e, assim, os projetarem no tempo e, muitas vezes, se espalharem para além de seu foco originário com a dilatação de suas fronteiras políticas. Até mesmo figurar a reminiscência de um passado esquecido (idem, p.IV).

"Iconicamente simbólico, vai permitir, portanto, através de uma reconstrução de suas características imanes, a captação de elementos os mais diferenciadores da própria mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, senão totalmente, pelo menos de forma considerável"(idem, p.IV).

Como veremos a seguir, DICK toma como premissa que, no nível da língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, já no plano da Toponímia ele se apresenta essencialmente motivada por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que poderão conduzir à correspondência ou não das áreas toponímicas às respectivas áreas geográfico-culturais (idem, p.V). Diante do cenário de pesquisa à época, o caminho trilhado pela autora a leva a formular um modelo taxionômico como um instrumento de trabalho de pesquisas futuras, segundo o faz em virtude da necessidade de aferição das causas motivadoras dentro do universo toponímico. Modelo de trabalho que, evidentemente, não nos cabe abarcar, senão os fundamentos gerais que o moveram.

Primeiro ela passa a conceituar o ato comunicativo de nomeação como atividade humana. E assim o põe em conta, formalmente, com o seguinte raciocínio:

"Realmente, apreensão/compreensão e transmissão/participação de um dado qualquer do

saber humano são atuantes de uma mesma e complexa evidência relacional - o ato comunicativo - que corporifica, ainda que de modo implícito, o registro pelo qual se concretizou a "assimilação do mundo", através do código de linguagem vivenciado por uma determinada comunidade linguística"(idem, p.1)

Logo em seguida põe em consideração aquilo que seriam determinações à língua materna, que se dariam

"pela peculiaridade de seus criadores, pelas condições geográficas e históricas, pela amplitude e intensidade do acionamento desenvolvimento da faculdade linguística, cada palavra ou expressão peculiar traz consigo necessariamente, os traços de sua origem" WEISGEREBR (apud DICK, p. 01).

Desse modo, permitir-se-ia pensar que é possível dizer que as circunstâncias tipificadoras da língua são ocasionadas por uma diversificação de fatores individuais e culturais, que se escalonam em séries sugeridas pela dimensão dos domínios de experiências que recobrem o macrocosmo sentido pelo indivíduo, no qual ele se insere. Dito de outro modo, segundo WHORF (apud DICK) a percepção do real, sua categorização plena, está subordinada aos recortes que os padrões linguísticos das comunidades falantes realizam, a seu modo, da massa amorfa que constitui a substância de conteúdo de cada sistema idiomático (idem, p.02).

"Ora, o homem, em sua qualidade de membro de um agrupamento, representa, por força da introjeção de costumes e hábitos generalizados, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo [...] Suas ideias e manifestações do espírito, suas atitudes e condutas - conscientizadas, ou não, diante de situações

concretas reguladas pela necessidade humana de sobrevivência - e seu próprio existir, enfim, tornam-no a "personalidade histórica" a-temporal e a-espacial, por excelência"(idem, p.02).

Dito isto, posiciona-se no seguinte sentido.

A presença atuante do homem em qualquer porção do espaço, ou em qualquer época cronológica, evidencia-se elaborando, participando, sentindo, expressando e se comunicando em fatos que sedimentam - e assim organizam e corporificam - a produção cultural de um povo. Ao passo que, simultaneamente, a atividade linguística enseja esquemas de representação referencial em contornos de forma e conteúdo, expressão e substância, dentro do sistema simbólico da linguagem dessa realidade-objeto (idem, p.03).

"Assim, a representação do real (ou de suas "qualidades"), através das estruturas simbólicas de uma língua, revela-se como a consequente de um complexo bio-psíquico, integrado por estímulos ou excitações neuronais e por processos mentais propriamente ditos, como as faculdades de "pensar", de "compreender" ou de "raciocinar".

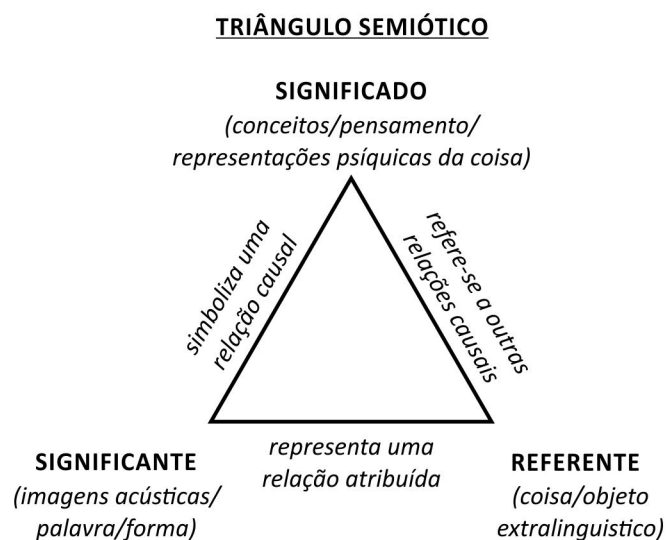
[...]

A efetiva capacidade do ser humano para a linguagem permite-lhe, conseqüentemente, traduzir em "formas significativas" ou em "palavras", os mais variados aspectos de sua cultura, integrando-os em um todo orgânico"(idem, p.03-04).

DICK então passa a examinar a aproximação entre a palavra e a coisa (idem, 05-06). Encontra que a função significativa da língua não estaria diretamente ligada aos próprios sons, mas à maneira pelo qual os sons se encontram combinados entre si. E teria sido a partir de Ferdinand Saussure, dentro da teoria da linguagem com os signos linguísticos, o princípio da desvinculação entre

o objeto designado e o termo designador, colocados numa relação entre imagens acústicas(significante) e os conceitos/representações psíquicas da coisa(significado).

**Figura 01 - Triângulo semiótico**



Fonte: Elaborada pelo autor com base em SANTAELLA (2004).

Para DICK, essa postura científica passou a traduzir o "arbitrário", numa língua, o "significante imotivado", ou seja, o "arbitrário em relação ao significado, como o qual não tem nenhum laço natural, na realidade"(idem, p.06)<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Recorremos à LEROY, M.(1971) em busca de maior clareza sobre a conceituação da arbitrariedade do signo em Saussure, o fazemos sem que nos enseje aprofundar, de fato, a questão. "A idéia de *boeuf* ("boi") não está ligada por nenhuma relação interior à sequência de sons *b-ö-f*, que lhe serve de significante; poderia muito bem ser representada por qualquer outra: a prova está nas diferenças entre as línguas e na própria existência de línguas diferentes: o significado "boeuf" tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira da França e *o-k-s* (Ochs) do outro"(LEROY, M., 1971 p.75).

Segundo LEROY, M. a palavra arbitrário não deve suscitar a ideia de que o significante dependa de uma livre escolha do falante, mas quer dizer que em geral ele é imotivado, isto é, arbitrário com relação ao significado. As *onomatopeias* não figurariam exceção, pois não são consideradas elementos orgânicos de um sistema linguístico, são apenas "imitações aproximativas". Outro porém, considerado por Saussure, que atenuaria o caráter absoluto da arbitrariedade é que, em certos casos, o signo pode ser relativamente motivado, como é o caso de distinção *vinte* e *dezenove*, o primeiro é imotivado, enquanto o segundo evoca termos de que se compõe e de outros que lhe são associados (dez, nove...), assim como o sufixo *-era* de *pereira* em face de *pêra* faz pensar em *cerejeira*, *maciera*, etc. (idem, p.75-76).

Acerca do triângulo linguístico ilustrado acima convém tomarmos as considerações de LEROY, M.(1971), para interpretá-lo.

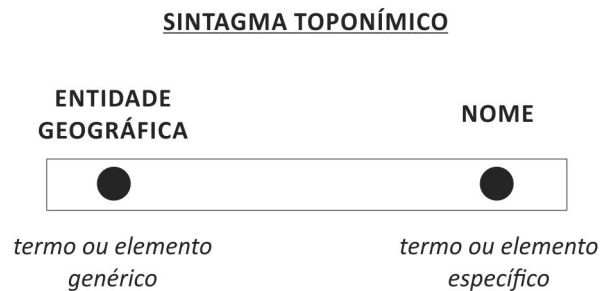
"[...] o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, isto é, é composto de uma imagem acústica (o significante) e de um conceito (o significado). É em virtude desta definição que Saussure declara que o signo linguístico é arbitrário, vale dizer, imotivado. Pois, por um lado, os significados (conceitos) formam um dado que percebemos pelos sentidos e, por outro, os significantes (imagens fônicas) nos são impostos pela pressão social no interior de uma mesma comunidade linguística e formam um sistema relacional entre sí. A palavra é arbitrária com relação ao significado, mas não há arbitrariedade com relação ao sistema"(idem, p. 77)

Entretanto para DICK, ainda que o signo participe de um modo geral de uma natureza convencional de significação, ao aplicar o mesmo princípio para a Toponímia poderá perceber-se uma diversidade de aspecto.

"O elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de *motivação* onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada"(DICK, 1980 p.07).

Para a autora, o emprego dos signos linguísticos quando tomados pela Toponímia como objeto de estudo tem sua função significativa uma inflexão particular. E isto aparece de modo mais claro através do sintagma toponímico.

## Figura 02 - Sintagma toponímica



Fonte: elaborada pelo autor.

Ao tomarmos em exame a estrutura do topônimo nos damos conta de que, conforme apurado por DICK(1990, p. 10), é possível seccioná-lo para que se distingua melhor os seus termos formadores; uma vez que, ao ser designado, o nome próprio do lugar, que é o topônimo, tem sua formalização da nomenclatura onomástica ligada ao acidente geográfico que identifica, e, com ele, constitui um conjunto, um relação binômica.

O sintagma toponímico, pois, compreende essa simbiose (idem, p. 10) da qual é possível depreender-se dois componentes fundantes da relação. De um lado aquilo do qual convencionou-se chamar de termo ou elemento genérico, que é relativo à identidade geográfica que será denominada - o topônimo - e, de outro, o elemento ou termo específico que particularizará a noção espacial, que não só o identificará como o singularizará dentre os outros semelhantes (idem, p.10)<sup>36</sup>.

Interessa-nos saber duas situações manifestas em sua estrutura.

Primeiro, é caso dos aglutinados<sup>37</sup>, pois ao aparecerem indissolúveis - o chamado acidente e o topônimo - num bloco único e fechado em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um ou o que é o outro em

<sup>36</sup> O sintagma que compreende a estrutura toponímica, por exemplo, apresenta, segundo demonstra DICK (idem, p.10), a forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (Paraúna, "rio negro"), conforme a natureza da língua que os inscreve.

<sup>37</sup> Enunciado pela nota de n°35.

decorrência do desaparecimento do vocábulo em face da língua falada, geralmente o que se sucede é a adoção de um novo recurso de um novo termo genérico como recurso explicativo para completar à ideia daquele vocábulo, em tela, que fora absorvido por inteiro no interior do designativo (idem, p.10). Desse modo seria possível dizer que "o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico"(idem, p.10)<sup>38</sup>.

Segundo, é o caso daqueles cujos referenciais são desnecessários devido o acidente ser único na região, portanto o designativo é exercido em função do termo genérico que o engloba, simultaneamente, determinado e determinante, de modo que se acrescentar-lhe algo seria o equivalente a "desvirtuá-lo ou retirar-lhe o caráter de plenitude enfática que se empresta ao nome comum, tornado próprio, então, na fala do povo"(idem, p.11). Neste último caso, há ainda certas ocasiões em que o termo genérico vem acompanhado de algum qualificativo que não lhe retira o caráter denunciado, mas o explicita tornando-o mais descritivo (idem, p.11)<sup>39</sup>.

Apresentamos o exemplo tomado por DICK: "Morro da Canoa".

"A categorização linguística de "canoa" inclui o termo no conjunto dos designativos ou nomes comuns, enquanto o sintagma toponímico *Morro da Canoa* - em que *Morro* é o acidente geográfico de natureza física e *Canoa* o topônimo propriamente dito - identifica um *ergotopônimo*<sup>40</sup>"(DICK, 1980 p.10).

---

<sup>38</sup> DICK traz como exemplo os nomes que originalmente já conservavam, internamente, a indicação de um "acidente hidrográfico", como nos casos do brasileiro Jaciparaná (paraná da lua) tornado "rio de Rondônia"; ou o Saueruiná que veio a demandar em português "rio" para a sua localização no Estado do Mato Grosso, mesmo que tanto "*paraná*" e "*uiná*" já correspondessem etimologicamente ao elemento hidrográfico (idem, p.10-11).

<sup>39</sup> Em tela dois rios que, em aruaque, *Poduáua* - "rio preto" e *Quecê-Uêne* - "rio branco", este, afluente do rio Negro no Amazonas (idem, p.12).

<sup>40</sup> Os "ergotopônimos" são aqueles relativos aos elementos de cultura material, p.ex.: *flecha* - Córrego da Flecha(MT) (DICK, 1990 p.33). Ao desdobrar-se sobre o sistema toponímico brasileiro e sua sistematização, a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick propôs um modelo para a taxionomia toponímica de natureza física e os de natureza antro-po-culturais; assim como aparecem ao longo da literatura de referência há os hidrotopônimos (água), os fitotopônimos (vegetal), litotopônimos (minerais), hierotopônimos (sacros), entre os mais de vinte sete anotados. Tais referências são citadas neste trabalho na medida em que aparecem para fazer jus ao caminho percorrido pela pesquisadora, mas não que sejam um fim em si mesmo em nosso trabalho.

O exemplo é seguido por uma reflexão acerca do uso particularizante do código de comunicação verbal, em que além de definir, como vimos, o campo conceitual da disciplina, ele permite o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas - no caso da filiação linguística e recuperação etimológica - e externas - relativos à semântica que lhe motiva (idem, p.10) - a partir de seu sintagma. É justamente neste ponto que a autora passa em vista os motivos predominantes na formação dos nomes dos lugares, seus estímulos associados, natural ou artificialmente, pelo signo linguístico (GUIRAUD apud DICK, idem p.11).

Quanto aos estímulos naturais residiria aos signos iconográficos a relação isomórfica entre denotante e denotado, desse modo haveria uma motivação signea. Em relação aos símbolos, característico do arbitrário, pode assumir uma possível correspondência analógica entre o significante e o significado (idem, p.11)<sup>41</sup>.

Após tendo passado em revista tais princípios teóricos, a saber, arbitrariedade do signo, motivação iconográfica e relacionamento ideológico entre o símbolo e o objeto, DICK promove uma aproximação desse com o signo toponímico, cujo postulado anuncia algumas feições características que os acompanharão tais princípios e outras que os diferiram.

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato de batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo

---

<sup>41</sup> DICK pontua: "Como diz GUIRAUD, "la croix est le symbole de la chrétienté, la colombe est le symbole de la paix". E o símbolo, em PEIRCE, é entendido como "aplicável a tudo aquilo que possa concretizar a idéia relacionada com a palavra. Por si mesmo, entretanto, não identifica as coisas", mas "supõe que somos capazes de imaginar tais coisas e a elas associou a palavra" (...). "O símbolo se relaciona a seu objeto por força da idéia espírito-que-usa-o-símbolo, sem o que uma conexão de tal espécie não poderia existir" (idem, p. 11).



exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo"(idem, p.12).

Esse duplo aspecto da motivação toponímica nas expressões onomásticas aparece, primeiro, na intencionalidade que anima o denominador que, acionado por circunstâncias de ordem subjetiva ou objetiva, o leva a eleger através de um processo eletivo um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. Ou, segundo, na própria semântica da denominação, cujo significado revela-se de modo transparente ou opaco, podendo envolver as mais diversas procedências (idem, p.12). Sendo assim, a tipologia expressiva dos designativos poderia justificar uma configuração icônica ou simbólica de sua significância, mas só na medida em que seus elementos constitutivos evidenciassem a existência de um vínculo entre elas - as expressões onomásticas - e o seu referente - que é o acidente geográfico - (idem, p.13).

"[...] o signo linguístico em função toponímica representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência, de acordo com Ullmann) de seu significado. Haveria, por assim dizer, uma relação unívoca entre os termos implicados quando traduzam referências de cor, forma, tamanho, constituição natural [...] Nota-se que a aproximação do topônimo ao conceitos de icone ou de simbolo, sugerida pela própria natureza do acidente nomeado, conforme o evidenciaram os exemplos acima, poria em relevo outra das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação"(idem p. 13-14).

Neste apontamento percebemos o sentido de uma positivação lógica imbuída na expressão onomástica. "Mesmo por que, através desses recursos, a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado, atingiria plenamente os receptores"(idem, p.14).

DICK chama a atenção para essa modalidade característica ao "ser", pois quando se é relativo aos nomes próprios, para além de sua função identificadora, reside de modo imanente em sua estrutura uma significação precisa, ora transparente ora mais opaca, devido ao distanciamento de suas condicionantes espaço-temporais (idem, p.15).

"[...] o nome próprio é a "marca" que recai não "realmente" sobre o próprio objeto mas, por assim dizer, sobre a ideia do objeto. Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionamos na nossa mente com a ideia do objeto, na intenção de que sempre a marca se encontre com nosso olhos, ou ocorra à nossa memória, possamos pensar naquele objeto individual"(ULLMANN apud DICK, 1980 p. 15-16).

Com essa observação chegamos a uma derivação lógica de grande monta em nosso trabalho de pesquisa. DICK, com o apoio de ULLMANN, propõe dizer que a manutenção dos designativos apesar do desaparecimento das causas motivadoras, a presença ou permanência do nome diante da ausência do motivo determinante de sua formação restaria aquilo que BRHUNES denominou de "fóssil de geografia humana" (DICK, 1980 p.16), doravante "fóssil linguístico" ou "fossilização toponímica", portanto um fato humano cristalizado pela comunidade linguística.

"Realmente, os estudiosos da Toponímia são unânimes em assim o definir, em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário"(idem, p. 16-17).

Todo o trabalho empreendido por DICK acerca do sistema toponímico brasileiro, cujo repertório reside nas diversas cartografias disponíveis e nas empreitadas anteriores de geógrafos e linguistas, esteve intimamente ligado a recuperação etimológica e etnográfica do que é hoje território nacional através dessa fossilização toponímica, daí toda sorte de referência aos troncos linguísticos pré-colonização portuguesa, inclusive como recurso de reconstituição de falares indígenas, como o Tupi Quinhentista, a língua geral da costa litorânea à época de Anchieta. O mesmo fora tomado por DAUZAT em território francês no caso dos designativos gauleses e aqueles que remontam as formações da época romana. (idem, p.16-17).

Interessante pensar, conforme aponta DICK, que a existência de uma relação análoga entre o topônimo e algum fato cotidiano indígena é percebido através dos designativos<sup>42</sup>. E de modo que, seja através desta perspectiva do cotidiano, como todo campo e horizonte de pesquisa aberto pelos estudo toponímicos, da geografia e linguística como vimos até o momento, é que tomaremos rumos, a seguir, em nosso trabalho de pesquisa, acerca das ocorrência recentes da onomástica na metrópole paulistana.

---

<sup>42</sup> Como Paranapiacaba (*paranã-apiacaba* / de onde se vê o mar), Paraíba (*pará-ahyba* / rio ruim, inavegável), Catanduva (*caata-dyba* / abundancia de cerrados, mato carrasquento em terreno de inferior qualidade) entre outros (idem, p. 19).

## **CAPÍTULO 07**

### **APRESENTANDO A METRÓPOLE E SEUS TOPÔNIMOS NOS RECENTES EMPREENDIMENTOS DE MORADIA, PRIMEIRAS ABORDAGENS E PROBLEMATIZAÇÕES**

Muitas são as possibilidades de leitura acerca do momento atual de desenvolvimento da metrópole paulistana. Vista no bojo do processo de mundialização, que se realiza revolvendo as relações sócio-espaciais em diversos níveis e escalas, a grande São Paulo passa a responder com novos arranjos produtivos diante do desadensamento da produção industrial em marcha, atividade que fora seu principal motor econômico ao longo do século XX e que lhe rendeu o topo no PIB brasileiro.

Com as atividades industriais rumo ao interior ou para fora do estado de São Paulo, atende à imposição de uma nova divisão espacial do trabalho, que é a substituição das antigas atividades por novos e modernos serviços à “vocação” empresarial-comercial da cidade. Neste processo notadamente se destaca a articulação de dois setores importantes da economia: o financeiro e o de lazer e turismo, que se desdobram para manter o processo de acumulação ampliada do capital e revelam os conteúdos do processo de urbanização. O setor financeiro tem se realizado investindo na compra de terra urbana para capitalizar no mercado imobiliário, e o setor de lazer e turismo através da venda dos lugares para a realização do comércio produtivo (CARLOS, 2004b p. 29).

"Neste momento, a produção da cidade aparece como necessidade da reprodução do capital financeiro e, nesta exigência, a produção de um "novo espaço". Trata-se de um momento em que a lógica do capital industrial é redefinida, produz-se um deslocamento, no espaço, dos estabelecimentos industriais sem que essa desconcentração traga, consigo a descentralização do capital. O deslocamento industrial redefine a produção agora apoiada no crescimento dos serviços, comandada pelo capital financeiro. Este

processo de transformação redefine a fluidez, estendendo a centralidade dentro da metrópole, articulando pólos diferenciados, com uma nova concentração das atividades de comércio, serviço e de lazer, fruto da mobilidade do capital que migra de um setor para outro da economia em função das necessidades da reprodução, redefinindo a produção do espaço metropolitano"(idem, p.30).

Tais transformações incidem diretamente sobre as diversas formas e conteúdos espaciais que compõe a paisagem urbana; incidem tanto nas acumuladas ao longo do tempo como nas novas que são produzidas dia após dia. A metrópole que concentra "grande proporção da riqueza nacional" não esconde "uma profunda desigualdade marcada na paisagem dos lugares da metrópole distante da cidade dos negócios - a periferia segmentada e sem referenciais"(idem, p. 36).

A conceituação deste processo de urbanização pode ser chamado de "urbanização crítica" enquanto uma impossibilidade de formular um "urbano para todos" quando derivado dos negócios e das finanças junto àqueles inseridos precariamente nessa economia (DAMIANI, 2004b p. 39-40).

"É, por isso e também, a metrópole das grandes periferias: e aqui é preciso averiguar a mudança de medida, do quantum determinado: são milhões de habitantes formando um anel periférico. Vai-se da casa autoconstruída até toda a espécie de ordenamento da periferia: grandes conjuntos habitacionais; comercialização coletiva e popular de lotes; comercialização clandestina de loteamentos; mutirões e outros. Trata-se de uma massa periférica rodeando a cidade metropolizada"(idem, p. 40).

Ainda segundo DAMIANI (idem, p.41), nessas periferias urbanas, dotá-las de certas condições corresponde a selecionar quem as receberia, sejam as áreas completamente deficientes quanto as suas condições urbanas, como também

"[...] as mais prósperas, aburguesadas, a vida urbana também não flui. São espaços estritamente funcionalizados, que demarcam o que os situacionistas chamam de sobrevivência ampliada, e não exatamente vida humana e urbana. Os condomínios fechados, em São Paulo, são exemplares de situações de enclausuramento" (idem, p. 41).

É nesta tessitura sócio-espacial que localizamos nosso intuito de pesquisa, pois cada área ou lugar é revestido por um nome, uma etiqueta, embalado por um processo de urbanização crítica dentro do movimento de reprodução da metrópole, e não alheio ao processo de toponimização.

Aqui nos ateremos aos do mercado imobiliário para moradia. Num espectro bastante amplo de topônimos, lançados nos recentes empreendimentos visitados em campo ou tomados pela pesquisa em gabinete, encontramos dos arquétipos mais gerais aos peculiares e excêntricos, os quais se propõem, à sua escala e às suas características singulares, atender um determinado grupo ou nicho social e ainda despontarem como referenciais diversificados no território.

Neste sentido este trabalho também propõe - não pode deixar de fazê-lo - uma leitura crítica à economia política do espaço urbano, sendo a motivação toponímica sistemática um elo e, ao mesmo tempo, um nível de análise do fenômeno de reprodução da metrópole paulistana como produto que se fragmenta em mercadorias, e que neste mesmo movimento que adquire materialidade é acompanhada por uma arquitetura do texto toponímico que, pela captura da subjetividade, lhe confere coerência e legitimidade. Essa dupla construção é marcada pela cidade, segundo CARLOS (2004b, p.29), como "negócio" que se colocaria num "momento necessário" para reprodução da vida assentada no modo de produção capitalista.

Na perspectiva de uma leitura temporal sincrônica o corpus deste capítulo será os topônimos designados de forma sistemática aos novos empreendimentos de moradia de baixo, médio e alto padrão na Região Metropolitana de São Paulo,

ofertados ao mercado consumidor através de campanhas de marketing de difusão em massa, veiculados seja em jornais e periódicos de grande tiragem como na distribuição de material de propaganda em pontos aleatórios no viário ou em pontos de concentração comercial e circulação de pessoas e carros, como os *shopping centers* e *semáforos*, na da região oeste de São Paulo.

Sabemos que apesar das formas variadas de utilização do espaço, o seu uso é pressuposto da vida (DAMIANI, 2001 p.48), e escolhemos os topônimos dos empreendimentos de moradia por conta da habitação ter raízes profundas nas práticas humanas, um fenômeno geográfico por excelência<sup>43</sup> e por toda a dimensão do morar como visto em ROCHA(2000). E na perspectiva da institucionalização das experiências prático-sensíveis da linguagem e do espaço geográfico temos o topônimo como uma possibilidade riquíssima de campo de trabalho.

As bases de nosso estudo de Toponímia foram introduzidas por DICK nos capítulo anterior e passam somar, a partir deste momento, as colaborações de CARVALHINHOS (2005, p.68), segundo a qual ao incorporar a moderna linguística aos estudos tradicionais da Toponímia e ampliar, assim, seu alcance e interdisciplinaridade com o uso da lexicologia e da semiótica, DICK nos permitiu uma nova e importante perspectiva da investigação toponímica, que é o da recuperação/resgate ideológicos do topônimo. Para autora “o topônimo não pode ser encarado apenas como elemento de ajuda, no discurso, a configurar o espaço: ele mesmo pode ser veículo de informação da idade, etnia e ideologia do denominador” (2005, p.71), um momento importante do pensamento dessa ramificação científica que vem superar o conceito de arbitrariedade do topônimo de Saussure, que originalmente lhe amputava o caráter ideológico.

A importância deste salto, esclarece,

“O principal é que, antes de tudo, o topônimo é uma palavra como outra qualquer da língua, mas a partir

---

43

Como vimos com o geógrafo francês da virada do século XX Jean BRUNHES, em sua obra “Geografia Humana” –por ser um fato essencial em Geografia e pela expectativa de sua duração temporal.

de sua atualização – ou seja, quando de lexema passa a palavra -, sua contextualização muda, pois o que era signo arbitrário ficou sendo motivado [...] para a semiótica, ainda serve como elemento configurador de verossimilhança, na construção do espaço dentro do discurso” (idem, p.71n).

Assim o texto toponímico, como qualquer texto-objeto, pertenceria a um universo de discurso e estaria sujeito a suas normas, de modo que a motivação toponímica poderia ser verificada pelos efeitos da realidade resultante no plano da semântica discursiva.

Recorreremos aos elementos relativos à motivação toponímica para nos aproximarmos dos indícios que eles têm a revelar, no campo prático-sensível, sobre o conteúdo do processo de urbanização da sociedade. Neste sentido acreditamos ser importante que os topônimos sejam submetidos ao crivo de uma leitura crítica a fim de identificar como é que eles participam na (re)produção social do espaço geográfico<sup>44</sup>.

Entendemos com CARLOS (2004b, p.31), que a espacialidade “não se define em si, e o espaço não se reduz a um quadro físico [...] ao contrário, indica um processo que ganha conteúdo na prática sócio-espacial”. E que nessa direção a metrópole apareceria como um mundo objetivo e real onde a vida urbana se realiza em todos os sentidos e, nesta condição, como possibilidade de apropriação.

“Desse modo a cidade é o espaço da atividade, concretização da ação, da construção, pela ação, da vida humana e com isso é referência e elemento constitutivo da identidade do cidadão. Nesta condição a memória produz-se enquanto atividade. Por isso mesmo é, também, o lugar da luta e da realização do desejo que extrapola a necessidade da mera sobrevivência” (CARLOS, 2004b p.31).

---

<sup>44</sup> Quando aqui tratamos do conceito de produção precisamos entendê-la em duas escalas, uma num nível mais estrito que é o da produção de bens e mercadorias, enquanto numa outra num nível mais abrangente: o das relações e dos costumes, dos valores e da moral, da ideologia, da cultura etc.



Se pela diacronia na Toponímia podemos resgatar o passado (ocorrência das espécies, elementos marcantes da paisagem, a recuperação entigráfica, etc), a sincronia projeta o pensamento para o devir da sociedade, evidentemente sem nos esquecermos que, seja o projeto que for, não se faz tabula rasa do espaço concreto. E para trabalharmos com está situação caberia-nos uma problematização.

“Observando os diferentes sistemas culturais, em que os topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações [...] da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social” (DICK, 1990 p.6).

Aqui não pretendemos fechar uma semiologia da cidade que, através dos topônimos, falaria por si dos processos sócio-espaciais envolvidos na produção e reprodução do espaço metropolitano, mas cabe-nos pensar criticamente a motivação toponímica e a função dos nomes residentes nestes processos, o qual acreditamos sinalizar a extensão do capitalismo que se realiza ampliando-se espacialmente e agindo para capturar todos os momentos da vida.

Portanto, quando nos deparamos com as propostas de topônimos para os novos empreendimentos de moradia percebemos que eles estão profundamente imbricados a este processo, mais que referenciais espaciais, trazem consigo elementos icônicos e simbólicos que tornam os espaços espelhos da própria sociedade. No caso, enquanto mercadoria, então mais sugestivos e palatáveis para uma determinada demanda, um nicho de mercado, do sistema concorrencial capitalista ou, senão, como a sua negação, ainda que se realize dentro de suas determinações lógicas.

A cidade emite e recebe mensagens e os novos topônimos incrementam esta construção semiológica. Para LEFEBVRE existe uma fetichização da relação formal “significante-significado” que comporta inconvenientes e aceita passivamente a ideologia do consumo dirigido, este consumo de signos

“não suprime o consumo de espetáculos “puros” [...] a publicidade para os bens de consumo se torna o principal bem de consumo; ela tende a incorporar a arte, a literatura, a poesia e a suplantá-las ao utilizá-las como retóricas”LEFEBVRE (2001, p.63).

A respeito da linguagem, como manifestação de ideologia e de poder, e ao mesmo tempo mediadora dessas relações, já vimos anteriormente com RAFFESTIN, e com a Toponímia nos parece ganhar ainda mais potência.

Neste movimento do pensamento, situação e posição geográfica retornam com toda a força no sentido de figurarem como elementos de análise junto ao extra-código do texto toponímico. É premente que recorramos ao extra-código (referente) para nos aproximarmos da dupla determinação signo toponímico e, com isso, do estratagema oferecido pelo topônimo para termos melhor clareza sobre sua motivação e função. Percebemos que não basta separá-lo do meio e tratá-lo com algo por si, auto-explicativo.

Nestas situações vimos que ele não encerra nem aprisiona seu significado, ele permanece aberto ao contraditório, como possibilidade de contemplar a representação do “lugar-outro”, de modo que sua designação crie dificuldades para as experiências paralelas e simultâneas promovidas pelo produto que o topônimo reveste.

Como veremos os topônimos destes empreendimentos surgem carregados de informações, e devemos lembrar que são produtos humanos, concebidos, são objetos técnico-científicos, e é através de seu texto toponímico o ponto de partida de uma virtualidade (possibilidade de um vir-a-ser) ou o outro daquilo que corresponderia sua posição e situação geográfica.

Também é preciso dizer que os topônimos revestem formas espaciais que progressivamente se multiplicam em mais fragmentos que compõe o mosaico urbano das cidades. Desse modo a busca do extra-código para o entendimento do topônimo se mostra uma via de mão-dupla: tanto o conjunto da sociedade pode revelar algo sobre ele, como ele tem a revelar algo desta sociedade, trata-se de uma relação indissociável e deve ser pensada dialeticamente. E em se tratando da sincronia, que dizer, enquanto formulamos aqui proposições ela está se realizando concretamente na reprodução da cidade, em escala metropolitana, segue projetando-se para o futuro, podendo servir, inclusive, de nível de análise de um vir-a-ser, antecipando traços e tendências da própria reprodução social.

É amplo o espectro de topônimos para os recentes empreendimentos de moradia, e não lhe faltam conceitos, fruto de um urbanismo profissional, “Reserva Santa Maria”, “Notabile – Villa Monteverde”, “Reserva do Alto – Condomínio Clube”, “Residencial Beverly Hills”, “Panoramic”, “Sítio Pedra Bonita”, “Condomínio Belas Artes”, “Jd. Primeiro de Maio”, “Jd. dos Palmares”, “Condomínio Vitória – Área Y”, “Comuna Urbana Dom Helder Câmara”, enfim, uma longa e tediosa lista seria facilmente redigida.

Aqui nos propomos trazer à luz, num primeiro momento, o empreendimento “Mirante de Jandira”, loteamento de habitação de mercado popular. O escolhemos para uma abordagem mais detida, e a partir dele enveredarmos para uma diversidade bastante ampla.

Discorreremos sobre as características do padrão construtivo e de sua localização, da população e das dinâmicas de sua toponimização. Nossa intenção é de uma leitura preocupada em permear a riqueza e complexidade destas dinâmicas sócio-espaciais sem procurar sistematizá-las e dar-lhes notas conclusivas, nos propomos a manter o pensamento na direção de possibilidades e não amputar as contradições inerentes ao processo.

## **CAPÍTULO 08**

### **PRIMEIRO CASO OBSERVADO, O JD. MIRANTE DE JANDIRA**

O “Mirante de Jandira” é um loteamento de mercado popular relativamente recente no Município de Jandira. As primeiras casas começaram a surgir no final de 2003. Este bairro, próximo à região central da cidade, trata-se de uma gleba em que até meados dos anos 80 era realizada a extração de pedra para a construção civil, fonte de alto potencial extrativista por conta de sua formação geológica, uma intrusão granítica cuja composição de rocha é naturalmente resistente ao intemperismo e a erosão provocados pela atmosfera, qualidade que acabou por compor uma das cotas de altitudes mais elevadas da região, cerca de 900m em relação ao nível do mar, literalmente um divisor de águas no Município<sup>45</sup>. O que fez resultar numa paisagem envolvente e ponto de observação de uma parte considerável do trecho final da Bacia do Alto Tietê, a jusante da foz do Rio Pinheiros, com vistas para bairros de Barueri, Carapicuíba e da Capital, incluindo pontos de referência em destaque no horizonte como o centro empresarial de Alphaville, o Píco do Jaraguá de base para inúmeras antenas de telecomunicações, e quase subsumido por uma densa faixa de edifícios aglomerados, durante noites de céu limpo via-se até 2012 o ponto de luz do relógio e do letreiro do Banco Itaú S.A. instalado no topo do Conjunto Nacional da Avenida, na distante avenida Paulista.

Para os moradores mais antigos da cidade a área é amplamente conhecida como Pedreira, isto por conta da atividade que perdurou por décadas e só depois de um hiato de cerca quinze anos é que ela foi objeto de loteamento popular. A antiga pedreira estava profundamente relacionada com a vida da cidade e fazia de sua atividade uma referência espacial e temporal para a região: o morro

---

<sup>45</sup> Precisamente entre a micro-bacia do córrego Guembé e do córrego Jandira.

descampado visto de vários bairros e seus matacões<sup>46</sup> cujas formas sugeriam os mais variados objetos, o tráfego de caminhões escoando a produção, os estouros de dinamite com hora marcada, enfim, uma série de elementos que reforçaram ao longo dos anos a singularidade do local como realidade objetiva no cotidiano das pessoas. De modo que com as atividades encerradas o referente pedra perdurou no imaginário da população enquanto signo e cristalizou-se/fossilizou-se semanticamente no topônimo Pedreira, enfim, Jd. Pedreira, um “fóssil da geografia humana” para BRUNHES.

“[...] Apesar do desaparecimento das causas motivadoras, qual seja, no exemplo dado, a situação peculiar do acidente, esses dois fatos – presença (ou permanência) do nome mesmo em ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação – tornam clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil lingüístico”(DICK, 1990 p.42).

Agora, o novo empreendimento vem mudando substancialmente o lugar. Composto em sua maioria por lotes com metragens mínimas aferida por lei, os 125m<sup>2</sup> da Lei 6.766/79<sup>47</sup>, de padrão voltado às camadas populares da economia e servindo-se de um complexo traçado de arruamentos para conseguir servir todos os lotes em meio a uma topografia acidentada e de difícil acesso. E assim o foi para que o empreendimento pudesse oferecer viabilidade econômica através do alto potencial construtivo, em se tratando da quantidade máxima de novas residências naquela gleba, e o plano inclinado para a execução de várias lajes. Mas é

---

<sup>46</sup> Matacões em linhas gerais são pedaços de rochas soltas em meio ao solo e que ao longo do tempo, com o desbastamento da superfície pelos agentes atmosféricos e pela ação humana acabam por aflorar. Tal fenômeno é típico nas formações rochosas cuja composição encontram-se alguns materiais concentrados que oferecem maior ou menor resistência na sua transformação em solo.

<sup>47</sup> Lei Federal que dispõe sobre o parcelamento e uso do solo urbano.

apropriado ressaltar que não é só o Mirante que dá conta de toda área que outrora pertencia a mineradora, ele foi precedido por dois parcelamentos<sup>48</sup>.

Ao Mirante um desafio acompanhou toda a obra de infraestrutura (asfalto, guias e sarjetas, sistema de drenagem, iluminação, abastecimento de água e energia elétrica etc.) que foi a imposição de elevados custos de execução das obras por conta da topografia do terreno. O mesmo desafio também foi colocado numa outra escala aos novos proprietários dos lotes que, ao darem início às construções das casas, desde fundação<sup>49</sup>, era muito comum encontrarem no terreno algum matacão aflorado, que por sua vez demandaria interromper o trabalho, removê-los mediante a implosão destes pelos chamados cabos-de-fogos ou através de técnicas caseiras<sup>50</sup> para então retomar a construção, obviamente implicando em mais custos.

Vale destacar o símbolo do próprio matacão, que revolve a ideia pedreira, cada vez mais eclipsada pelas novas construções do Mirante.

Entendemos que a área permaneceu um bom tempo ociosa, mas nem assim deixou de representar possibilidade de maiores ganhos aos proprietários. Aquele terreno até então "impróprio" (há pouco uma pedreira) passou por processo

---

<sup>48</sup> O mais recente, e imediatamente anterior ao Mirante, foi uma parcela menor da gleba, que fora vendida para uma associação de moradia popular, o Pró-Moradia do Jd. N. Sra. de Fátima (bairro adjacente no mesmo Município). O mais antigo, e mais significativo, é a Vila da Pedreira, fruto de um movimento de ocupação da vertente oeste do terreno no começo dos anos 90, numa maior parte cuja a área era preservação permanente - por conta da declividade acentuada -, e que hoje apresenta um dos maiores índices de densidade demográfica do município. Tal assentamento acreditamos atuar como força de preservação dos topônimos Pedreira face ao Mirante de Jandira, ao menos como nome paralelo.

<sup>49</sup> O referido loteamento além de inaugurar a efetividade da Lei 6.766/79 no Município, no que tange a obrigatoriedade do loteador oferecer as infraestruturas urbanas básicas, tais como luz, drenagem, asfalto, esgotamento sanitário e água antes de qualquer liberação do lotes para as futuras construções, o loteamento Mirante de Jandira pode contar com o apoio técnico da Prefeitura através do fornecimento de "plantas populares" alinhando a autoconstrução com os critérios técnicos do código de obras do Município, bem como as orientações sanitárias e de salubridade.

<sup>50</sup> Os chamados cabo-de-fogos são os profissionais liberais que, mediante a liberação do exército brasileiro, manejam pólvoras e explosivos do tipo dinamite para fragmentar rochas e matacões aflorados tanto à construção civil quanto à atividade extrativista nas reservas outorgadas. O método de fragmentação caseira dos matacões consiste no aquecimento da parte aflorada com uma fogueira e depois resfriada abruptamente com água. Ambas as atividades consideradas de grande risco e de preocupação do poder público.

de valorização real, de um lado a crescente demanda por novas habitações e de outro o próprio desenvolvimento do entorno com a oferta de serviços e investimento públicos. Assim compuseram uma conjuntura favorável para o lançamento do empreendimento, processo pelo qual lhe pôde ser atribuído a categoria de terra reserva de valor de mercado, cuja função social caminhou paripassu da especulação imobiliária<sup>51</sup>.

A população a viver neste novo assentamento, apesar do invólucro mercadológico, não diferirá das condições predominantes à quase totalidade da cidade: ambiente construtivo denso, onde predomina a autoconstrução e quase nulo de espaços públicos - áreas verdes e de recreio dotadas de infraestrutura -. A somar a deficiência acentuada de equipamentos e serviços públicos, por se tratar de uma conformação de demanda nova, frente às historicamente existentes no entorno.

O loteamento teve o projeto aprovado com as ruas designadas por números - 23 no total - mas a título de referência de localização não era apropriada ou suficiente, pelo menos para o serviço dos correios, de modo que as novas moradias permaneceram por muito tempo sem o serviço de entrega de correspondências. A Empresa de Correios e Telégrafos, naquela época, exigira uma lista das vias recém-implantadas (mais o mapa de localização e indicações por placas de todas elas) para que o serviço fosse normalizado.

Ocorre que, com o bairro em suas primeiras edificações, portanto ermo, a experiência das placas indicativas foram insuficientes por conta dos constantes furtos - inclui-se aí, além das placas, as tampas dos poços de visita do esgoto e a fiação -. Para compensar a ausência destas placas e atender à demanda, o poder público, em comum acordo com o empreendedor, editou um decreto municipal designando novos nomes para as ruas, cujo tema selecionado foram personagens

---

<sup>51</sup> O sociólogo Lúcio KOWARICK (1993) em texto clássico desanuvia esse tipo de valorização. Ele explica que durante a expansão desordenada da mancha urbana, o setor imobiliário na medida em que amplia a área de ocupação com o parcelamento do solo mantinha ociosas glebas próximos às centralidades. E enquanto nas periferias, as mais distantes e ainda sem infraestrutura, os parcelamentos eram oferecidos às camadas mais pobres, a pressão da demanda popular junto ao Estado fazia atenuar as precariedades através dos investimentos públicos, que por sua vez intensificam os fluxos e valorizavam ainda mais as áreas então guardadas, para o autor a frase “é o preço do progresso” entoada pelos agentes imobiliários traduzia e justificava a valorização do espaço.

da literatura brasileira (ruas Macabéa, Macunaíma, Emília, Diadorim, Capitu etc...). No caput do documento oficial estava justificado a escolha “Considerando a importância da literatura nacional na formação da identidade do indivíduo e na apropriação do espaço em que vive”<sup>52</sup>.

O referido documento no nosso entendimento, marcou e encerrou a primeira fase de deliberação dos topônimos oficiais daquele bairro, o próprio empreendimento Mirante de Jandira e seu arruamento<sup>53</sup>. Naquele momento, como falado, eram poucas as residências e a interlocução com o poder público era majoritariamente realizada pelo empreendedor. Uma nova fase surge com o incremento da população local e as novas mediações pelo vivido, e este novo momento veio revolver mais uma vez os topônimos daquele lugar.

A primeira alteração partiu de uma situação peculiar, lotes da rua Macunaíma (antiga rua 10) foram adquiridos por uma entidade religiosa a fim de construir seu principal templo na cidade, e assim o fizeram. Foi a primeira edificação naquela rua, uma grande tenda que cedeu lugar a uma edificação ainda maior, onde são realizados cultos e eventos religiosos como batismo, casamento, encontros evangélicos para um público de aproximadamente 300 pessoas ou mais. Passados poucos meses após a inauguração do templo fez-se surgir na pauta de votação na Câmara de Vereadores do Município um projeto de lei determinando a mudança de nome da rua Macunaíma para “rua da Fé” e da rua Iracema para “Avenida Leão de Judá”, ambas adjacentes ao templo. O encaminhamento foi de um vereador – é prerrogativa dele - mas a iniciativa partiu do pastor daquela igreja que o procurou com a demanda.

Para cumprir o regimento e os trâmites oficiais foi composto um “abaixo-assinado” onde os moradores daquela rua solicitavam do poder público a devida alteração. O abaixo-assinado originou o projeto de lei, que foi aprovado em plenário, e em seguida submetido à sanção do prefeito municipal. Com poucas resistências o

---

<sup>52</sup> Decreto Municipal n. 2.447 de 05 de abril de 2004.

<sup>53</sup> Em sobreposição ao antigo nome que constava no documento fundiário - Matrícula - com origem no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri - Sítio Pedra Rachada



procedimento originou na lei municipal que delegou a mudança<sup>54</sup>. A intencionalidade do ato remete a uma tentativa de marcar território em raízes institucionais e, ainda, dissociar sua entidade de qualquer outra referência toponímica senão as que remontam sua natureza religiosa, presenciamos a formação oficial de dois hierotopônimos<sup>55</sup> frente ao profanatismo semântico das figuras da literatura brasileira - Macunaíma, por motivos óbvios, e Macabéa, por derivação.

Novos topônimos também se revelaram com a implantação de pequenos conjuntos habitacionais neste mesmo loteamento. Ao invés do lote, o empreendedor lançou residências prontas para morar em regime condominial de apartamentos, que trouxeram consigo uma gama de novos designativos que, por sua vez, remontam novos referentes espaciais, como por exemplo o “Condomínio Topázio”, entretanto ainda próximo semanticamente à Pedreira.

Durante em visita ao bairro, procuramos entre os presentes alguém que poderia nos indicar a rua Macunaíma (ou antiga rua 10), na ocasião em sua grande maioria crianças soltando pipas. Ninguém a conhecia. Já rua da Fé, titubearam. Mas quando nos referimos a igreja evangélica e aos “novos predinhos” (alusão ao templo e aos novos empreendimentos) todos foram unânimes.

---

<sup>54</sup> Lei Municipal n.º 1.503 de 23 de junho de 2005. Notem que apesar do incremento gradual da população local do bairro a rua Macunaíma até então dispunha apenas do referido templo em seus domínios, o que nos leva a crer que as assinaturas encontradas no documento não tem origem nos moradores da rua, critério essencial para valer o dispositivo. Entretanto o abaixo-assinado foi farto de adesões. A menção a pouco de resistências que a iniciativa sofreu foi por conta da força influente, de grande monta, nas relações políticas que aquela comunidade é capaz de aglutinar com os elegíveis do poder público, tanto da Câmara de Vereador como do Poder Executivo Municipal.

<sup>55</sup> O sagrado aplicado ao nome do lugar, ver CARVALHINHOS (2005).

**Foto 01 – O Mirante de Jandira e o ritmo da cidade**



Foto:Raphael Branquinho Rodrigues, 29/06/07.

*O loteamento Mirante de Jandira na medida em que foi recebendo novas residências e se consolidando como bairro, assim como seu entorno, tem seus fluxos de pessoas e objetos aumentados proporcionalmente. E aos poucos sua teia social vai se compondo e sendo assimilada de acordo com o ritmo da cidade.*

## Foto 02 – Vista panorâmica e os matacões



Foto:Raphael Branquinho Rodrigues, 23/06/07.

*Apesar do empreendimento atuar com toda força (semântica e concretamente) para fixar sua marca comercial e compor sua demanda de mercado, o Mirante de Jandira tem os seus matacões (em primeiro e segundo plano da foto) revolvendo no imaginário o topônimo anterior, a antiga Pedreira.*



Foto 03 – Rua da Fé



Foto:Raphael Branquinho Rodrigues, 23/06/07.

*A título de suposição: se o topônimo é capaz de mobilizar identidade a quem lhe fixa residência ou, ao menos, fazer-se voltar à curiosidade sobre o vocábulo, o Mirante, que teve designado para todo seu arruamento nomes de personagens da literatura brasileira, ficará sem a experiência de Macunaíma e Iracema.*

## CAPÍTULO 09

### O AMPLO DIAPASÃO DA MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA

O nome fantasia do empreendimento, num de seus efeitos, pode implicar na toponimização de fato do lugar, o Mirante se refere ao acidente geográfico, termo genérico atribuído pela Linguística ao elemento (acidente) geográfico da paisagem. A já mencionada intrusão granítica - que compôs aquela cota de altitude - teve o elemento específico “mirante” (nome simples, mas também um ícone) que o designa como acidente geográfico, junto dele temos o elemento genérico Jandira. No sintagma toponímico, o específico acaba sendo incorporado pelo próprio elemento genérico e, assim, configura a toponimização “Mirante de Jandira”. Neste sentido, ocorre que a marca comercial atribuída ao empreendimento corrobora com a construção ideológica do topônimo com o acidente geográfico.

Apesar da marca/topônimo ter sido introduzida recentemente na vida da cidade já é possível encontrar a contração para simplesmente bairro Mirante, “o Mirante”, assim como ocorreu com “a Pedreira”. Isto em nosso entendimento são sinais de que o topônimo está circulando (por campanhas publicitárias, mas principalmente pela oralidade) – e está, apesar das resistências, sendo assimilado pela população. A contração pode estar por conta da opacidade do elemento genérico Jandira, a nosso ver *ipso facto* para o lugar, portanto sem necessidade de ser ressaltada no discurso, mesmo porque não figura com destaque regional. Para CARVALINHOS

“o que muitas vezes ocorre, no caso de uma palavra entrar em desuso, é que com o passar do tempo ela se torna opaca [...] Tantas as formas opacas como as formas que apresentam palavras em desuso são provas que a toponímia de um local é marcada pela oralidade de um povo, sendo a expressão viva de motivações que vão desde a percepção da natureza até convicções ideológicas” (CARVALINHOS, 2005 p.77).

O empreendimento “Mirante de Jandira” não incorre somente num fenômeno linguístico com o encontro de topônimos, em que o ancestral Pedreira se choca com mais um recorte seu adquirindo nova identidade. Este novo parcelamento do solo, mais um fragmento compondo o mosaico urbano, já de início, aparece densamente carregado de objetos e informações para atender a complexidade das relações sociais. E neste mesmo movimento vê seus atributos de paisagem natural metamorfosear, cada vez mais, para uma paisagem cultural, incisivamente modificada pelo homem. A tensão entre os dois ocorre e a Pedreira atua como resistência, mas não rechaça o Mirante, cede por estar em condições de fragilidade (semântica e concretamente) onde antes uma área maior, de atividade definida, tem sido historicamente tomada em parcelas, fragmentada em lotes, dilapidada, perdendo seus referenciais naturais e seus elementos de identidade.

Nesta construção complexa, mais que uma referência espacial para localização de um bairro novo, o Mirante propõe uma experiência singular: o lugar da habitação (um fato humano elementar) também como espaço de consumo da paisagem (mediado pela mercadoria). Nesta lógica a questão de habitação enquanto necessidade elementar, que lhe confere valor de uso, ao passo que o loteamento, enquanto produto mercadológico, lhe dá valor de troca.

#### Foto 04 – Uma experiência singular



Foto:Raphael Branquinho Rodrigues, 23/06/07.

*O Mirante, enquanto produto mercadológico, oferece ao morador-consumidor uma experiência singular que revolve a ideia de qualidade de vida e satisfação. Ao articular uma necessidade elementar com a produção do momento de lazer numa única atividade produtiva (em outras palavras: propõe o valor de troca solidário ao valor de uso) passa valer para o espaço geográfico o princípio do fetiche da mercadoria. O lugar então passa a ter existência real através do simulacro, objeto reprodutível a entrar no circuito da troca. Ainda que, apesar da vista ser vendida como realização do empreendimento (como totalidade), ela não é realidade objetiva para muitos dos lotes.*

Voltemos a CARLOS, para qual

“numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais à forma mercadoria. No processo o espaço produzido serve cada vez mais às necessidades da acumulação [...] e neste sentido os lugares passam a ter existência real através da sua trocabilidade, através da atividade dos promotores imobiliários que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução”(CARLOS, 2001 p.66).

Isto ocorre num momento do desenvolvimento do capitalismo, que, em seu viés globalizante, abarca todos os momentos da vida, de modo que o lazer e o gozo também entram no rol das atividades produtivas. Assim, a sensação proporcionada pela paisagem do lugar entra no circuito da troca e aparece como mais valor.

Não é privilégio do Mirante, nestas propostas de empreendimento ao adquirir-se um lote – um apartamento ou uma casa - você está adquirindo ao mesmo tempo um conceito de vida, um modelo de satisfação. Os atributos do espaço saltam às vitrines como singularidades que reforçam seu valor de troca. O topônimo aparece como invólucro e a partir dele é lançada a construção semiológica da forma mercadoria, o qual é capaz de delinear e consolidar, através do discurso e da composição de signos, o princípio do fetiche da mercadoria.

O loteamento “Bosque de Jandira” ou o “Residencial Parque Sítio Pedra Bonita”, ambos em Jandira, assim como o Mirante, incluem em suas peças publicitárias a natureza como um bem de consumo, uma mercadoria ecológica quantitativa que é construída através de discurso ecológico e ambientalista. Ainda segundo CARLOS



“o espaço reproduzido na perspectiva do eminentemente reprodutível, campo onde o homogêneo triunfa, consequência da repetição indefinida de um modelo, reduz a realidade a um simulacro. Na realidade, a natureza destruída aos poucos pela técnica recria-se de forma artificial, produzindo-se enquanto simulacros” (idem, p.67).

Nestes espaços a *natureza intocada* - o verde enquanto signo desta “paisagem preservada” - antes um bem livre, por ser abundante, já não o é mais, sobretudo na metrópole com sua complexa paisagem urbana acinzentada. Posta na relação de que um determinado bem ganha valor de troca dada sua raridade, o “verde” entra no circuito econômico na condição de uma “nova raridade”, a “mercadoria verde” para SANTANA (2001, p.181).

Vejamos outro caso, o empreendimento Beverly Hills, também em Jandira, mas incrustado em uma área dita nobre (porção sul da cidade, lindeiro ao acesso à Rodovia Raposo Tavares), voltado ao mercado de médio e alto padrão, com a proposta de residencia fechado, em seu projeto de implantação estão ruas largas, lotes com tamanhos que variam entre 500 e 1.000m<sup>2</sup>, áreas verdes e de recreio, inclusive um lago com um projeto paisagístico concebido, espaços esportivos e lazer coletivo, centro de comunitário, entre outros. Para qualquer construção o proprietário de lote deve submeter seu projeto arquitetônico ao crivo da associação condominial, que exige um determinado padrão edilício e urbanístico, para não destoar do ambiente construído predominante no residencial e, assim, não desvalorizar todo o conjunto. Nele encontra-se ainda a construção de uma guarita de segurança com cancela para controlar o acesso e fluxo dentro do empreendimento.

Assim como o Beverly Hills encontramos outros empreendimentos em implantação como o “Reserva Santa Maria”, ou então já consolidados, como o

“Forest Hills”, antigo e pioneiro, o “Nova Higienópolis”, “Chácara Peroba”, “Lago dos Cisnes”, “Vila Bianca”, “São Fernando Residence”<sup>56</sup>.

A respeito destes nomes peculiares encontramos uma interessante reportagem no portal de notícias G1, intitulada “Bairros de SP mudam de nome para ganhar valor”<sup>57</sup> que apensamos ao trabalho (Anexo I), em que o arquiteto Wilson Marchi Júnior, especialista em projetos de grandes condomínios, afirma:

“Ao fazer isso (mudança de nome) você procura salientar as vantagens de uma área. É importante para as imobiliárias, construtoras e para as pessoas que moram no local. Tem uma coisa de status, qualificação pelo status. Então, o morador prefere identificar por esse nome fantasia”. (Anexo I)<sup>58</sup>

Nesta mesma matéria a gerente de incorporação da construtora Camargo Corrêa, Cristiane Fornazari, diz que os novos nomes facilitam a localização. Já o vice-presidente do Sinduscon - SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil), José Romeu Ferraz Neto, afirma que a adoção de novos nomes e de nomes mais conhecidos não implica necessariamente numa forma de valorização, senão a própria localização do imóvel e seus atributos espaciais.

Mas e quanto a diversidade aferida ao universo dos topônimos a frente dos novos empreendimentos de moradia? Todos remetem a esta sistemática

---

<sup>56</sup> Nestes empreendimentos, intramuros, de fato somos levados a um ambiente diferenciado, produto da auto-segregação: ruas largas com passeios amplos e arborizados, espaços de lazer, parques e equipamentos comunitários, casarões sofisticados com cercamento individual pouco ostensivo e mais estético. A segurança patrimonial fica por conta da associação de moradores. Muito diferente do seu entorno, em que a realidade concreta metropolitana salta aos olhos as disparidades sociais e a forma de como elas estão espacializadas. Visto que o parcelamento do solo tem origem na Lei Federal nº 6.766/79, não podem constituir condomínio, se o assim figuram encontram-se em situação irregular diante da legislação, assim como outros territórios na cidade.

<sup>57</sup> Reportagem publicada digitalmente no sítio [www.g1.com.br](http://www.g1.com.br) em 08/05/07 às 14h59’.

<sup>58</sup> Nestes espaços, onde se desenvolve o aparente, para Guy DEBORD em *A sociedade do espetáculo* está “o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por coisas supra-sensíveis embora sensíveis, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência”(DEBORD, G., 2005 p.28)

construção semiológica dos atributos do espaço no sentido de alcançar o fetiche da mercadoria? Pretendemos mostrar que nem todos. E aqui nos permitiremos uma abordagem sucinta para contemplar todo o espectro.

DAMIANI lembra que

“a urbanização é um fenômeno mundial, enquanto tal é homogêneo, mas concretamente se realiza através da diferenciação do espaço, periferias diferenciadas nas periferias e novas centralidades. As contradições sociais envolvem definitivamente o urbano; sem essa consideração, arrisca-se a imobilização do sentido da história” (DAMIANI, 2001 p.129).

O processo de diferenciação do espaço e do parcelamento do espaço na forma da propriedade privada induz a fragmentação do espaço. Enquanto de um lado vemos a reprodução dos loteamentos fechados em glebas “nobres” do outro vemos surgir assentamentos populares e outros segregados de alto grau de precariedade, seja tanto na qualidade das habitações quanto das áreas em que estão edificadas.

## Foto 05 – Vitrines à céu aberto



Foto:Raphael Branquinho Rodrigues, 23/06/07.

*Na qualidade de mercadoria reprodutível inserida no circuito das trocas, os empreendimentos de habitação ganham cada vez mais espaço para suas peças publicitárias. Nossa alusão às vitrines remete ao sociólogo Jean BAUDRILLARD (1995 p.76) que diz que elas constituem, junto com a publicidade, o “ [...] foco de convecção das nossas práticas urbanas consumidoras, são por excelência o lugar da “operação-consenso”, da comunicação e da permuta de valores através da qual toda uma sociedade se torna homogênea por meio de incessante aculturação quotidiana à lógica, silenciosa e espetacular, da moda”.*

Sem considerarmos as contradições inerentes as relações sócio-espaciais podemos eclipsar, ou mesmo amputar a leitura de toda a pluralidade dos novos topônimos.

Adjacente ao Mirante encontra-se em implantação o também loteamento popular “Jd. Camila”, uma área menor com projeto de implantação nos mesmos padrões de seu vizinho, mas apesar da proximidade e de fazer parte do mesmo sistema geomorfológico, não dispõe do mesmo arquétipo geográfico então explorado pelo Mirante. É bem verdade que mesmo assim não lhe faltaria atributos a serem emergidos pelo nome, afinal, salvo vista panorâmica, tanto a vegetação remanescente, solo, micro-clima, o ambiente construído do entorno, bem como o público alvo, poderia lhe fazer jus a um topônimo semanticamente transparente que lhe saltasse alguma particularidade ou singularidade.

Talvez faça parte da estratégia do loteador a escolha de um nome neutro, feminino, onde o chamariz seria realmente as condições que ele, o loteamento, se apresenta como viável ao mercado - tamanho dos lotes, condições de financiamento, o seu entorno-, ou quiçá uma proposição de homenagem. Assim como encontramos na peça publicitária (ver Foto 05) oferecendo a “*grande oportunidade para se livrar do aluguel*” em alusão à venda de lotes no município de Itapevi, na peça não havia sequer o nome do empreendimento, mas não faltava destaque à infraestrutura implantada, ao escritório de negócios e as condições de pagamento.

Em ambos os casos não lhe furtam a lógica da reprodutibilidade do espaço mercadoria. Um nome neutro, vazio semanticamente, não atuaria nem interferiria ideologicamente na valorização do produto final, senão ao menos atuaria como signo que arregimentaria identidade e localização. O que vai ao encontro do testemunho do vice-presidente da Sinduscon-SP.

Precisamos ainda ampliar o leque que corresponde aos novos assentamentos humanos, entre eles os que fazem resistência à especulação imobiliária e lutam por seus espaços no processo de urbanização desigual.

Constituídos em áreas geralmente impróprias para moradia, conforme legislação<sup>59</sup>, muitas famílias recorrem a tais alternativas, desse modo ilegais, justamente por configurarem valor comercial depreciado – logo mais acessível, e se apresenta como possibilidade real –, capazes de atender uma parcela da população então alijada do mercado formal. Tais áreas entram nas estratégias de disputa por território e sua mediação pelos topônimos pode relevar processos bastante interessantes. Aqui ainda nos prenderemos aos assentamentos mais recentes.

Em Osasco, município de região oeste vizinho à Capital, a prefeitura no início dos anos 90 realizou um amplo levantamento das áreas livres (particulares ou públicas) em todo o seu território. Para cada uma delas mapeada foi designada uma nomenclatura composta por caracteres (Área Y, DR, CR, AJ1, G, BC1, BH, entre outras).

Friamente em um gabinete pode favorecer a identificação e a leitura de cada uma delas de modo eficiente pela equipe técnica, que as tem como objeto. No entanto esta toponimização politicamente e tecnicamente direcionada está permeada por uma estratégia maior, acreditamos que revolva disputa por território, como nos permitiu pensa RAFFESTIN na primeira parte deste trabalho.

De um lado temos uma série de famílias em busca de condições mínimas de moradia, um direito constitucional, e de outro o poder público tencionando para que se faça cumprir a destinação original prevista para cada uma destas áreas – ou então que seja a preservação da propriedade privada a quem de direito. O Estado tem a prerrogativa de fundir ou cindir relações, ele faz a mediação entre o direito individual e o interesse público, uma prática profundamente contraditória dentro da reprodução das relações sociais<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Áreas de proteção permanente (APP) - por conta da declividade ou por conta do risco de alagamento e proximidade com os leitos d'água-, áreas verdes e de recreio ou então destinadas a equipamentos públicos etc, segundo o Código Florestal. Mas a principal material legislativa é a Lei Federal n.º 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

<sup>60</sup> É notável os artifícios da tecnocracia de Estado em caracterizar, por documentos ou pela oralidade, tais denominativos. E os primeiros vetores da dispersão dos topônimos no seio da comunidade são aqueles próprios a lideranças das áreas, na condição de agentes interlocutores do poder público com a comunidade, pois dominam as informações e os códigos

Tais designativos apresentam-se como forma abstrata pura, totalmente desprovidos de sentido histórico e de conteúdo social, verdadeiros vazios semânticos que fazem tabula rasa do espaço habitado e tencionam para encobrir as formas sociais concretas e as contingências históricas. Naturalmente que elas encontram resistência (espontâneo x planejado) e do conflito aparece o topônimo de fato – como superação da relação contraditória -. E só então poderá ser assimilado e institucionalizado pelos moradores - desde a condição de endereço e o direito ao serviço de correspondência, a regularização dos serviços urbanos etc., por exemplo.

Desse modo é o que se revela no “Condomínio Vitória da Área Y” em Osasco, um conjunto habitacional construído com subsídios do Estado para atender a um projeto de remoção de favela. A escolha do nome partiu de um consenso da população atendida por fomento do poder público e contando com apoio do movimento social reivindicatório organizado. Neste caso a *Área Y* aparece como elemento genérico e *Vitória* como específico. E o sintagma toponímico foi constituído no sentido de articular o conteúdo (elemento específico) à forma (elemento genérico) como força capaz de mobilizar o sentimento de pertencimento e a identidade com a área, cunhada anteriormente com "área Y". O elemento “Vitória” surge como superação do vazio semantântico - porém não neutro - “área Y”.

Caminho parecido foi aquele escolhido para Jd. Primeiro de Maio, também em Osasco, que consiste numa área ocupada por trabalhadores organizados em cooperativa para viabilizar moradia digna frente ao alijamento do mercado formal desde o final dos anos 80. A ocupação data do início da década de 90 mas só agora, entre os anos de 2004-2005, passou por um ciclo de investimentos em infra-estrutura com subsídios federais que remodelaram qualitativamente toda área, a oficialização dos topônimos do arruamento fez parte do pacote e o rol contempla personagens e conceitos que também reforçam os laços de identidade e de pertencimento, neste caso com as lideranças comunitárias da cooperativa.

Para CARLOS

---

dos governos como artifício para construir o discurso e mediar a disputa pelo uso e ocupação deste espaço com o próprio Estado e com os demais moradores.

“os movimentos urbanos tem papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências, marcando o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula, traduzindo a ideia do sujeito coletivo, como uma revelação da identidade do homem, por meio da ação” (CARLOS, 2004a p.89).

#### DAMIANI completa

“o estudo sobre o mundo capitalista e as relações contraditórias e cruciais que implica, em certa medida, desterritorializam o homem e têm uma abrangência que, dificilmente, remete ao espaço. Exatamente quando a referência espacial é primordial para a condição do cidadão. O cidadão é o cidadão de um lugar, de um espaço [...] a referencia espacial, que parece concreta, mais ainda, imediata, quanto ao cidadão, está envolvida num universo de mediações abstrato-concretas”(DAMIANI, 2004a p.59).

Encontramos nestas duas proposições a questão da contradição entre apropriação e propriedade atinentes ao modo de produção capitalista, que cuja importância que procuramos destacar ao sujeito coletivo na constituição dos novos topônimos frente ao agentes do mercado imobiliário.

Como vimos, a posição e a situação geográfica vêm subsidiar os esclarecimento do elemento extra-código que é fundamental ao entendimento da função e da motivação toponímica nestes empreendimentos de moradia.

Também demonstra o caminho percorrido pela geografia francesa rumo à crítica, conforme destacamos na primeira parte deste trabalho, e endossado a seguir pelas contribuições mais recentes da nossa geografia brasileira, uma série de elementos que podem tornar-se nível de análise dos conteúdos da urbanização em voga na metrópole.



Esta aproximação entre Geografia e Linguística, com o apoio da Toponímia aos estudos urbanos, abre campo profícuo para uma leitura crítica do processo de urbanização sob a égide da modernização.

## **CAPÍTULO 10**

### **A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA COMO NÍVEL DE ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO NO CONTEXTO DA METRÓPOLE PAULISTANA - NOTAS DE ENCAMINHAMENTO**

Como vimos, com a profusão dos estudos parcelares na virada do século XX revestidos pelo verniz da neutralidade, então outorgado às ciências como condição de legitimação dos conhecimentos produzidos nos círculos acadêmicos, colocou-se em cheque toda a potência do pensamento geográfico ao extirpar o elemento político e econômico de seu estatuto científico moderno. Ela, a geografia, que reunia uma série conhecimentos organizados e específicos (botânica, climatologia, geologia, estatística etc.) para o seu produto intelectual, quase foi substituída por eles.

O positivismo contribuiu com uma perspectiva ilusória de desvendamento do mundo cognoscível pela multiplicação de conhecimentos especializados, mas sob atrofia da experiência, por isso ilusória, pelo menos à geografia. Constrangida pelo elemento político e econômico, como elementos de seu recurso intelectual, esteve por ora inabilitada de reunir os termos necessários aos desvendamento das estratégias do homem em face da natureza e de tomar o pensamento como estratégia no curso do processo civilizatório. Retirar o elemento político e econômico da geografia, antes de tudo, é dissociar o fazer-pensar e o viver-conceber. Pois ignora o fato da geografia primeiro ter nascida como filosofia e depois ser convertida em ciência moderna, assim como desconsidera o pensamento geográfico como próprio do pensamento humano na condição de que viver é conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências.

A geografia, superada esta contingência, pôde retornar à carga para além das formar contingentes e dos objetos inventariáveis. E BRUNHES(1962), ao recolocar num mesmo plano fatos naturais e fatos humanos dentro do seu domínio de investigação, ou seja, fatos primordiais da natureza com fatos humanos, permitiu-se pensar que toda atividade natural da Terra constituiria num princípio de atividade

- perturbação - que jamais cessaria e, por si só, já imprimiria um movimento perene de transformação do homem na Terra. Mas indo além, apontou que as necessidades vitais básicas do homem seriam ainda mais fundantes a um vir-a-ser sistêmico e complexo, pois na medida em que o homem é reiteradamente posto à prova para suprir tais necessidades, ele aproveita-se dos fatos de superfície por ele já modificado, repetindo este movimento ininterruptamente, e com efeito promovendo modificações geográficas incessantes. E que o homem passa então a vislumbrar a satisfação destas mesmas necessidade não mais na medida em que aparecem, mas segundo passa a vislumbrar um futuro mais ou menos longínquo. Com isso reestabelece plenamente àquilo que é caro à geografia, política e economia, e a conformação de um pensamento complexo, próprio da modernidade: traz em tela as trocas e os mercados, a exploração da terra e as organizações sociais dentro de um sistema de constituição de relações complexas entre sociedade e natureza, portanto expressivas realidades geográficas, assim com nos aproxima da história e da noção de desenvolvimento.

Outra fragilidade imposta à geografia, também subsidiária da forma ciência herdada do positivismo, foi as tentativas deste conhecimento particular procurando seus contornos nos esforços de síntese, de encontrar uma função de um fim em si - preocupação da ciência pura -, ou de uma aplicação prática-técnica-profissional.

Entretanto, é interessante pensar que, se por um lado avançou-se com a noção de pensamento complexo e movimento, uma outra tensão foi revelada e que ainda perdura em nossos tempos: o discurso da neutralidade acadêmica. E deste momento emerge como sua superação a questão da implicação da geografia que não separa o homem do meio e, por isso, nos conduz a outro ponto importante. Para LACOSTE(2012), a razão de ser do geógrafo é o de saber pensar o espaço em sua complexidade e este mesmo conhecimento geográfico, agora sintético e aplicado numa região ou numa fração do território, passa a vigorar como ponto de partida para a ação voluntária de uma organização ou de um impulso concebido no sentido da ação planejadora, uma passagem da concepção contemplativa para uma concepção ativa da geografia. A ideia está imbuída de que o espaço geográfico

aparece não só como humanizado, mas relativo em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relação que o amoldaria. Assim como se permitiria perceber as tendências e as perspectivas de evolução, mas também na condição de compreender às tendências de desenvolvimento e se antecipar aos seus antagonistas, atenta às diversas virtualidades contidas em toda situação de uma dada porção do espaço.

Com esta nova dimensão da política à pauta da geografia, cabe refletir sobre o poder implicado em toda a produção que se apoia no tempo e no espaço, como chama a atenção RAFFESTIN(2011), para além do estado limitado ao nível análise espacial (o das fronteiras, aquele que organiza, controla, gerencia seu território e população), de modo que assim, mais aberto, aflorariam múltiplos poderes de caráter integrador e globalizante, manifesto em estratégias regionais ou locais, congruente à toda forma de organização. E que, para tanto, mobilizariam códigos sintéticos e semânticos segundo seus próprios fundamentos (do Estado). Num “saber-ver” atinente da política territorial, o terreno não é apreendido no sentido de um valor concreto mas sua representação, uma imagem ou modelo a partir do qual se elabora uma ação. O objeto cede lugar ao projeto.

E a explicação passa pelos processos de inteligibilidade dentro de uma problemática que RAFFESTIN(idem) chama de relacional, e a demonstra por meio da análise da mercadoria de MARX, como vimos anteriormente<sup>61</sup>, que no ato que implica uma relação, a troca, estão conjugados uma realidade (energia) orgânica e uma informação (energia informacional) que entra em contato e a modifica. Isto, num ad infinitum, reproduziria todas as manifestações da vida cotidiana. E que a troca

---

<sup>61</sup> A ideia ficou melhor desenvolvida o Capítulo 4 quando Raffestin trouxe Lefebvre para construir o raciocínio por meio do contrato de trabalho, recuperemos: de um lado o ofertante e do outro o demandante numa relação em que produção e organização estatal e, nela, os códigos que regulamenta a compra e venda da força de trabalho e as convenções coletivas/sindicatos. O campo operatório desta relação não está limitado aos envolvidos e entre eles um processo de comunicação mediado por signos linguísticos. Apresenta uma face funcional em que informa o resultado da relação - um quanto de trabalho por um determinado preço -. Mas também uma processual, de um lado a o poder eclipsado ou a capacidade de poder do ofertante e a do demandante, que revelaria a relação dissimétrica entre as partes para além do fato econômico, mas pelas condições diferenciais da realidade espaço-temporal e pela composição linguística que a torna possível.

não poderia ser tomada apenas por sua materialidade, justamente por ser também linguística, tanto o é que haveria poderes com forte componente energético e ou poderes com forte componente informacional.

Dito isto, é possível dizer que as organizações que combinam energia e informação precisam também organizar os circuitos de circulação, distribuição, a difusão ou, ao contrário, para a concentração, a circunscrição, a rarefação de energia e de informação sob o risco de ocorrer um distanciamento entre o trunfo real e o trunfo simbólico. Um distanciamento entre o modelo e a realidade que RAFFESTIN(idem) chama de distância crítica, o limiar de deformação da realidade em que a imagem sobre a qual se exerce a reflexão é puramente imaginária.

Neste sentido retornamos à MARX & ENGELS(2007) que, com o apoio da filosofia hegeliana, nos exames críticos de um movimento interior do homem rumo a "autoconsciência", concebe o homem e o mundo como atividade sensível e numa dada conexão cuja vida existente fez dele o que é. Ele fala do homem cujo espírito se manifesta exteriormente através da consciência e que, desde o início, ela é contaminada pela matéria na forma de linguagem.

Pensando os efeitos desagregadores da modernização pelas mediações simbólicas, por meio de NIETZSCHE(1983) vimos como as formas de consciência do ser social estão intrinsecamente ligadas às determinações da consciência do próprio indivíduo, com o efeito simultâneo de falseamento da percepção externa dada pela marca de rebanho<sup>62</sup>.

Então pensando nestas várias camadas de problematizações que apresentamos no percurso da construção de uma geografia que abriu campo ao político e ao econômico, por ora numa perspectiva do poder, iluminamos ainda mais

---

<sup>62</sup> Retomemos como visto no Capítulo 5: O homem pensaria em níveis e só uma ínfima parte disso seria cognoscível de modo lingüístico. Somente pela necessidade de comunicação que nos damos conta disso. Então signos são produzidos para dar sentido em nós mesmos na urgência de transmiti-los a outros. Nietzsche afirma que nossas ações são, no fundo, pessoais, únicas e ilimitadamente individuais, mas que tão logo a traduzirmos na consciência elas não parecem mais se-lô (individuais) devido a produção e intercâmbio do signos da comunicação, o que imprimiria em nossas ações o outro, uma "marca de rebanho".

o sentido da distância crítica entre o trunfo imaginário e o trunfo real de RAFFESTIN(2011), mas ainda em tempo de receber novos apontamentos. Pois outro aspecto crítico, revelado na seio da geografia ativa e clarificado por LACOSTE(2012), pontuado rapidamente mas com a maior relevância possível, é o risco colocado pelo deslocamento, no bojo das prescrições técnicas, dos cientistas da tomada das posições políticas. Dissimulando estratégias bastante lucrativas para certos interesses particulares sob um discurso científico neutro, isento e tecnocrático. E que por atingirem escala global, vê-se multiplicando tensões, dificuldades e desequilíbrio variados, só podendo serem pensados por seus sintomas negativos quando colocados numa hipótese de crise de conjunto, que LACOSTE(idem) chamou de “uma crise dialética global”.

Este trabalho não propõe e tão pouco quer colocar contornos definidos nos aspectos críticos deste conjunto de fenômenos - ou por eles conceituar crise -, convém dar relevo às contradições que emanam destes porque corroboram com uma outra situação de imobilidade e contingência aparente de difícil solução, que só melhor compreendida dentro de conceituação do campo cego lefebvriano. Henri LEFEBVRE(2004) percebeu a inconsistência de uma abordagem teórica e prática sobre a realidade atual, urbana, valendo-se de conceitos formados por um pensamento analítico fragmentado ainda com vistas de uma racionalidade legada pela industrialização. Cega pelo olhar redutor de uma realidade em formação, num campo em que ocorrem sobreposição de fatos e fenômenos, mas principalmente de modos de pensamento, de ação e vida, que são campos de forças e conflitos. Adverte que o urbano trata-se de um campo de tensões complexas, uma virtualidade, um possível-impossível, uma presença-ausência, e que não se vê a forma do urbano, os vetores e tensões que lhes são inerentes, sua lógica e seu movimento dialético.

Faz-se necessário praticar uma geografia crítica, uma geografia que inclua a relação entre estratégia e dialética, como defende DAMIANI(2005), para nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo, extensiva e intesivamente. Em termos da questão da financeirização e do absolutismo financeiro que, ao mesmo tempo, incorpora todos os espaços e tempos no universo desta economia e coloca o dinheiro como meio de circulação. E, intensivamente, quando

permite decifrar a metamorfose dos modos de vida na reprodução da cotidianidade, com a mercantilização da sociedade, na autonomização dos elementos que vem se convencionar cultura dentro de uma generalização de produtos simbólicos para o consumo.

Esta é a geografia que desejamos para os fundamentos de abordagem crítica da motivação toponímica.

Mas antes para compreender uma atualização conceito de habitação como fato geográfico por excelência de BRUNHES(1962) para a dimensão do morar visto em ROCHA(2000), que traz mais que a habitação, objeto de debate dos planejadores – o habitat, a casa, o abrigo -, o morar traz um universo de pessoas e objetos que estão em relação e faz do morador sujeito de uma espacialidade. A hipostasia do trabalho abstrato e do mundo da mercadoria regulando a vida de toda a humanidade, segundo o mesmo autor. Da cidade, numa sociedade fundada sobre a troca, tem a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, ligada cada vez mais à forma mercadoria, e este espaço reproduzido na perspectiva do eminentemente reprodutível, da repetição indefinida de um modelo, reduz a realidade a um simulacro (CARLOS, 2001). E sobretudo da conceituação de urbanização crítica, ainda em DAMIANI, pela impossibilidade de se formular um urbano para todos quando derivado dos negócios e das finanças junto àqueles inseridos precariamente nessa economia.

Desta maneira podemos avançar na distinção entre informação e experiência, segundo BONDIA(2001), como vimos, que o saber das coisas é diferente do saber da experiência, que enquanto a experiência é aquilo que se adquire com o modo como damos sentido as coisas que nos acontece ao longo da vida, ao passo que o saber das coisas foi dissociado da vida e tornado pobre e estéril, por ter-se tornado um constructo de palavras em informações que não constituem necessariamente um saber, mas a derivação de uma produção essencialmente científica e técnica vista fundamentalmente como algo útil num sentido estritamente instrumental.

E perceber o sentido desta profusão de produtos imobiliários ofertados pelo mercado para além da habitação, vende-se o morar associado a uma série de experiências singulares, construídas com o amparo de arrojada operação técnica com os instrumentos de linguagem. Em que temos o modo de produção, articulado à língua, construindo um sistema sêmico não neutro em clara manifestação de poder reproduzindo em termos hegemônicos as relações de produção baseadas no mundo da mercadoria.

Portanto pensar a motivação toponímica nos termos da geografia só faz sentido fazê-lo de forma crítica em suas próprias contradições. Assim, alcança a condição de nível de análise da modernização que ajuda a revelar, no campo prático-sensível, os conteúdos críticos do processo de urbanização na Região Metropolitana de São Paulo. A toponímia, se tomada pela diacronia, podemos resgatar o passado (ocorrência das espécies, elementos marcantes da paisagem, a recuperação etnográfica, etc), mas pela sincronia, o processo de toponimização atual, projeta o pensamento para o devir, para um projeto, uma virtualidade.

Interessante pensar que o tupi, segundo PETRONE(1995), foi tolerado enquanto fora profícuo instrumento de catequese, até ser tornado proibido e estabelecido o uso obrigatório da língua portuguesa em São Paulo em 1758. No processo de colonização, marcado pela exploração da terra e do trabalho de nativos, o transicionamento da língua nativa dos colonizados para a do colonizador, o sentido das palavras e expressões carregavam sempre conotação ideológicas e informações conceituais com sentido de valoração, sendo incorporados na linguagem dos colonizados (SOUZA, A.J., 1990).

Com o urbano a Babel está se reconstruindo reconstruída, nos termos de uma modernização crítica, das próprias peças de sua ruína. As peças perdidas foram substituídas por signos de sua presença ilusória e a cimento tem como cimento o poder.

LEFEBVRE(2004) chamou a atenção para a natureza real, tornada raridade, ser substituída por suas re-presetações ilusórias, e o que não tem mais sentido reencontra sentido no fetiche natureza, enquanto que a naturalização



ideológica obscurece. Pois existiria uma fetichização da relação formal “significante-significado” que comporta inconvenientes e aceita passivamente a ideologia do consumo dirigido (idem, 2001).

CARLOS(2001) observa que o espaço geográfico articula duas dimensões, a de sua localização e aquela que dá conteúdo a tal localização, ou seja, a que qualifica e singulariza determinado lugar. E que a paisagem geográfica é marcada pela heterogeneidade, que é própria dos lugares, mas na condição de mercadoria – objeto reproduzível – e ser consumido assume um mundo de imagens, formas e aparências que remetem para uma homogeneização. Para HARVEY(2005) a homogeneidade insípida na mercadoria suprime as vantagens monopolistas, de modo que para garantir sua realização seria necessário encontrar algum modo de conservá-la única e particular.

A cidade emite e recebe mensagens e os topônimos são elementos constitutivos desta construção semiológica. Por isso reflete os conteúdos do urbano reflete-se na motivação toponímica dos empreendimentos de moradias em nosso recorte temporal na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo: “Reserva Santa Maria”, “Notabile – Villa Monteverde”, “Reserva do Alto – Condomínio Clube”, “Residencial Beverly Hills”, “Panoramic”, “Sítio Pedra Bonita”, “Condomínio Belas Artes”, “Jd. Primeiro de Maio”, “Jd. dos Palmares”, “Condomínio Vitória – Área Y”, “Comuna Dom Helder Câmara”, “Residencial Kairos”, entre tantos.

Tanto o Panoramic de Barueri (ANEXO II), por exemplo, como o Exuberance–Butantã de São Paulo (ANEXO III), oferecem como referenciais de sua localização Alphaville e a Universidade de São Paulo não só por conta da infraestrutura local – equipamentos, serviços e projeto arquitetônico -, mas também por atuarem como elementos identitários, nestes casos o sentimento de pertencimento está sendo erigido sobre áreas de alto valor agregado. A mercadoria captura os elementos identitários do lugar e os oferece como parte do produto.

Passemos, agora, ao exercício crítico com as duas proposições acerca do anúncio no mercado de dois empreendimentos de moradia em Jandira-SP, o

Residencial Kairos<sup>63</sup> voltado ao mercado popular e Residencial Beverly Hill<sup>64</sup> de médio e alto padrão, apresentados a seguir.

### Proposição 01 - Residência Kairos

#### TEXTO ORIGINAL

“Kairós foi o nome escolhido para dar padrão aos empreendimentos do Grupo CBX Brasil. Um nome que em grego significa “tempo”, mas não o tempo cronológico. Kairós é o tempo supremo, o tempo em que vivemos, o tempo divino, o tempo oportuno, o nosso tempo. Pensando nisso, a equipe da CBX trabalha para formatar produtos imobiliários que preencham este tempo com qualidade de vida, sustentabilidade, dignidade, saudabilidade e conforto.”

#### TEXTO APRIMORADO

“Kairós foi o nome *selecionado após rigoroso escrutínio de logos e marcar para representar intuir sentido ao conceito* padrão dos empreendimentos do Grupo CBX Brasil. Um nome *capturado do grego* que significa “tempo”, mas não o tempo cronológico, *mas o tempo abstrato*. Kairós é o tempo supremo, o tempo em que vivemos, o tempo divino, o tempo oportuno, o nosso tempo *que se faz crer que o consumidor dispõe para ser convertido num equivalente ao quantum de trabalho necessário à reposição os pressupostos da mercadoria Kairós e realizá-la*. Pensando nisso, a equipe da CBX trabalha para *plasmar* produtos imobiliários que preencham este tempo com *representações* de qualidade de vida, sustentabilidade, dignidade, saudabilidade e conforto, *enquanto capitaliza com a renda da terra*.”

---

<sup>63</sup> Anexo IV - Cópia de página de divulgação digital do produto “Residencial Kairos” da Incorporada Grupo CBX Brasil.

<sup>64</sup> Anexo V - Cópia de página de divulgação digital da empresa responsável pela construção e incorporação do “Residencial Beverly Hills”, a Realibras Urbanismo Empreendimentos e Participações Ltda - antiga Conspar Empreendimentos e Participações Ltda.

## Proposição 02 - Residência Beverly Hills

### TEXTO ORIGINAL

“Estar em contato com a natureza é, sem dúvida, um privilégio para poucos. No loteamento Beverly Hills, localizado na região da Granja Viana, em Jandira (SP), toda essa tranquilidade também pode estar ao seu alcance.

Tire todo o proveito que o contato com a natureza pode dar a você e sua família, neste empreendimento que conserva 43% de sua área total de mata nativa e bosques projetados. Amplos lotes a partir de 410 m<sup>2</sup>, com lago, pista de caminhada e playground.”

### TEXTO APRIMORADO

“*Poder estar em contato mediado com a natureza por meio signos é, sem dúvida, um privilégio para poucos que podem adquirir-los na ausência da natureza real.* No loteamento Beverly Hills, localizado na região do *Votupoca*, em Jandira (SP), toda essa *representação de espaço de tranquilidade* também pode estar ao seu alcance *desde que assine o contrato de compra-e-venda.*

Tire todo o proveito que o contato com o *simulacro da natureza* pode dar a você e sua família, neste empreendimento que *atende formalmente a legislação ambiental com áreas de mata nativa e bosques projetados por um pensamento urbanístico.* Amplos lotes a partir de 410 m<sup>2</sup>, com lago *artificial*, pista de caminhada e playground *partilhados entre os adquirentes dos 167 lotes do loteamento.*”

A releitura demonstra, primeiro, o enxerto de representações ilusórias de tempo e espaço, simulacros de natureza e abstração do tempo, ambos presentes-ausêntes ao mesmo tempo em plena fetichização da relação “significante-significado” que, tomados pelo sintagma toponímico ganham ainda mais relevo. Beverly Hills a entidade geográfica ficou na língua inglesa Hills (*colinas*) para o elemento específico que é Berverly, numa clara alusão à cidade de classe média-alta no condado de Los Angeles-CA, conhecida por mansões luxuosas e residência de atores celebridades do cinema hollywoodiano. O loteamento também promove uma dilatação da Granja Viana<sup>65</sup>, originalmente território do Município de Cotia sobre

---

<sup>65</sup> Como ocorre com o Panamby, Portal do Morumbi e Jardim Sul por sobre a Vila Andrade e a Vila Sônia. Reportagem de 25/11/12 do Jornal O Estado de Sao Paulo (ANEXO VI).

o bairro Votupoca em Jandira que, junto com o bairro Fazendinha de Carapicuíba, compõe área des condomínios e residenciais fechados de médio e alto padrão na região oeste, que outrora compunha o cinturão verde, caipira, da cidade de São Paulo. Enquanto que o “Kairós” também é vendido junto do consumo de outra dimensão da natureza, também tornada raridade, o tempo, por meio de representações ilusórias que maximiza a experiência de usufruto qualitativo do tempo da moradia, enquanto que o tempo da tomada da decisão de compra pelo consumidor é aquele também abstrato, mas que minimiza sua dimensão como um momento: é aquele ou não é. Estratégia pela valoração do tempo, enquanto que o Beverly Hills é pela valoração do espaço, o status, a posição e situação geográfica tornada diferencial, ambas as situações que ocorrer na passagem da habitação à forma mercadoria, vende-se o morar numa contradição prática e teórica entre valor de uso (espaço de habitação) e valor de troca (espaço reprodutível).

O mesmo recurso de mediações simbólicas no sintagma toponímico por ser vistas noutros empreendimento de moradia de habitação de interesse social, como o loteamento “Primeiro de Maio” empreendido por cooperativo de moradores e o “Condomínio Vitória da Área Y” pela Prefeitura pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o antigo FNHIS, ambos em Osasco-SP, ou o Projeto “Comuna Dom Helder Câmara” em Jandira-SP. Tem-se a presença de valores e práticas evocadas por representações para mobilizar identidade e pertencimento, em que aparecem bandeiras de luta, o sagradoe, entre outros elementos junto do lugar, na ausência da natureza, que na urbanização crítica não lhes pertencem, senão como forma ilusória ainda mais profunda.

Num processo de conteúdos distintos, mas ambos os casos arrolados, percebe-se atores coletivos sintagmáticos - o Estado, empresas, igrejas, partidos, etc -, já integrados num processo programado, que reúne e mobiliza, segundo suas estratégias, os atores paradigmáticos - população, indivíduos em comum -, ainda não estão integrados, como trunfos de suas operações. E aqui não cabe o juízo destes processos, mas retirar da sombra suas fastamagorias desvelando suas relações fetichistas.

Os topônimos revelam-se, ainda, espetáculo. Partimos de DEBORD(2005) para o qual

“o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens [...] Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade” (idem, p. 14).

JAPPE (1999 p.19) acerca das formulações de DEBORD afirma que “a contemplação passiva de imagens, que ademais foram escolhidas por outros, substitui o vivido e a determinação dos acontecimentos pelo próprio indivíduo”.

Portanto, quando nos deparamos com tais propostas de topônimos percebemos que trazem consigo uma construções que é espelho da própria sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as abordagens possíveis acerca do topônimo e do processo de toponimização pela geografia. Em nossos percursos deixamos campo aberto para muito deles que, a depender das perspectivas de método e linha teórica. Daí avançar para seus fundamentos, conceitos e categorias de análise.

Neste trabalho os esforços foram empreendidos no sentido de reunir as condições necessárias para recolocar o topônimo e a motivação toponímica como objeto de estudo da geografia, mas uma geografia crítica, trazê-las das sombras, do pensamento positivista pretensamente neutro e do pesquisador e da ciência não implicada com o objeto. Isto depois de um grande hiato do tema ausente em nosso currículo no próprio Departamento de Geografia, como em tempos pretéritos. E isto não necessariamente se constitui um reparo pessoal ou uma defesa de seu retorno. Mas a abertura de um caminho possível de enfrentar temas de reflexão e debate com os conteúdos das disciplinas identificadas com a linguística e a semiótica, a princípio, mas de conceituações fundamentais a compreensão da modernização e do próprio processo de urbanização, tão caros à geografia.

O empreendimento imobiliário na condição de objeto técnico no/do mundo da mercadoria lança-se no espaço como um projeto racional. Na condição de um lugar concebido, produzido, mobiliza um aparato de elementos concretos e abstratos, materiais e simbólicos, visando sua realização. O topônimo neste constructo pode ser tomado como espetáculo, um momento necessário dessa produção, que tensiona pela cristalização de seu texto, com efeito, numa tentativa de re-semantização do lugar, como parte de um movimento maior de ações que dão forma e conteúdo ao espaço urbano tornado mercadoria.

Sem considerarmos as contradições inerentes às relações sócio-espaciais, na qual se inclui a toponimização, podemos eclipsar, ou mesmo amputar, qualquer tentativa de leitura crítica sobre os elementos importante na/da reprodução do espaço geográfico. Que revelam-se também em contradições internas da própria

topônimização sistemática na produção das experiências singulares, fetichistas, para o consumo e realização de residenciais de médio e alto padrão, por exemplo. Aqui mais um campo aberto à investigação.

Afinal, como vimos, quando se vive um espaço, ele recheia-se de significações e quanto mais abstrata é a experiência, maior é a possibilidade de esvaziamento desses significados. Nosso horizonte de ação que construímos a partir das nossas experiências são mediados por essa construção, pelos signos linguísticos, portanto sugere que torna-se possível, inclusive, adotar o significado dado por outrem e perder a si mesmo com isso. Isto está fundamentado desde a marca de rebanho de Nietzsche até as proposições de Lefebvre acerca da cidade, superobjeto espacial, supersigno, somente é acessível através de múltiplos discursos, da condição de uma fetichização da relação formal “significante-significado” que comporta inconvenientes e aceita passivamente a ideologia do consumo dirigido, este consumo de signos.

Nesta perspectiva a geografia que acompanha este movimento tem seus termos para subverter a idéia determinista - da lógica formal - da aventura dos homens para tornar o mundo cognoscível, dando outros termos às experiências significativas que os redefinem socialmente, reinterpretando ou re-significando suas condições e horizontes, e assim sucessivamente, acabando por constituir um modo particular e dinâmico na relação homem x meio, sociedade e natureza, suas capacidades virtuais, poder, as relações de energias e informações.

Outro ponto interessante. Os novos empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão estão focados num público-alvo de alto poder aquisitivo, e dentro da lógica capitalista de fragmentação do espaço urbano, erigem-se na condição de propriedade privada sobre determinados pontos da cidade, no limite, amparados pelo conjunto do Estado. O que não que não equivale dizer que fazem tabula rasa desses lugares. Ora, pensado abstratamente o espaço acumula experiências, resíduos irreduzíveis<sup>66</sup>. E é o Estado que é mobilizado para mediar as

---

<sup>66</sup> A professora Odete SEABRA (1996) aponta, a partir de Lefebvre, que apesar da força do modo de produção no sentido de homogeneizar os espaço para torná-los reproduzíveis (ao nível da mercadoria), tal força esbarraria em “resíduos irreduzíveis”. Tais resíduos irreduzíveis aparecem

relações em conflito e a crise de legitimidade, de acordo com DAMIANI(2005) na produção do espaço tem-se a relação estreita entre o político e o econômico, que determinam a direção, o perfil e o projeto envolvendo os recursos disponíveis. As ações estatistas acompanhariam esta economia, fundamentada em negócios econômicos privados, com força institucional que dispõe de um amplo espectro de sujeições para viabilizá-la.

De modo que esta situação já se constitui um amplo campo a ser explorado com subsídios do processo de toponimização, pois quando das tentativas de re-semantização do lugar, dentre outras ações necessárias para a realização da mercadoria, esbarra em resíduos irredutíveis, e tem na poder do Estado seu principal amparo. Este tema ganha maior dimensão se inserido no mesmo debate que resvalamos - que considera as tensões de domínio da lógica e da razão técnica transfiguradas em razão instrumental -, mas que mobiliza com maior profundidade os conceitos de apropriação e propriedade, em valor de uso e valor de troca, e as consequência deste embate teórico e prático na vida social, as formas de resistência e as insurgências que emergem de suas contradições. Aqui mais uma vez a referência ao ensaio “A insurreição do uso” da Profa. Odette C. de Lima Seabra.

O processo de re-semantização como definidor do espaço tornado mercadoria é acompanhado por outras transformações na prática cotidiana, no espaço vivido. A valorização implica em novas modalidades de consumo de acordo com o poder aquisitivo do público em formação. A parcela de população que não acompanha tais transformações tem seus laços de pertencimento e identidade deteriorados juntos de sua capacidade de reproduzir-se material e subjetivamente no lugar, trata-se de um movimento velado de expropriação. E pode sinalizar um vir-a-ser da requalificação urbana do lugar. Inclusive se Levados aos limites da re-

---

do embate teórico e prático entre dois conceitos, apropriação e propriedade, que ela desenvolve no ensaio “A insurreição do uso”. Com base no pensador francês, este em Marx, a apropriação é referenciada à qualidades, atributos, conteúdos, ao uso; enquanto que à propriedade está a quantidade, as comparações quantitativas, as igualações formais, ao dinheiro e sua possibilidade de restringir o uso pela troca. A punjância de uma lógica, uma razão técnica como sentido do mundo - como a do modo de produção capitalista -, lança-se à prática com estratégia de subverter formas de uso, “invadir os mais profundos e complexos conteúdos da vida do social”(idem, p.73).



significação do espaço para os empreendimentos de médio e alto padrão, estão as desapropriações e as reintegrações de posses das áreas favelizadas contíguas aos empreendimentos, a fim de dar cabo às implicações negativas no seu valor comercial do lugar.

Quantos as resistências deste processos de mudanças e transformações, já que não prescindem revolver costumes, o pertencimento, e as formas essenciais de uso do espaço, surgem os embates como os movimentos sociais de moradia mobilizados, que aparecem como negação da re-semantização excludente, da gentrificação e das demais formas de dominação política e sujeição econômica. Em que se abre profícuo campo de investigação que derivam para as formas e conteúdos do urbano, o território e a territorialização. Inclusive apontando para os limites práticos da toponimização sistemática, além de revelar novas dimensões nos processos de apropriação e dominação do e no território

O estudo dos limites da toponimização sistemática, da motivação toponímica, poderão ser aprofundadas em trabalhos específicos, os caminhos desta reflexão possível acreditamos que está nas contradições internas dos topônimos no seio da produção capitalista do espaço. Já que são produzidos com uma finalidade, por um corpo técnico que não partilha das tomadas de decisão, em que nascem e são plasmados arbitrariamente por uma motivação que não é o real, mas projeto na esteira da reprodução ampliada do capital.

Enfim, são muitas as possibilidades que se abrem neste campo de aproximação entre geografia e linguística para além das já tradicionais abordagens da geografia política.

Na medida que avançamos com esta construção intelectual, os meandros do percurso e as digressões textuais, podemos perceber nas entrelinhas, ou em termos verbais e não verbais, que topônimo tem no poder o meio e a condição para se realizar, no entanto a motivação toponímica tem como força centrípeta o econômico. De modo que, por meio da crítica à economia política do espaço, pela geografia que desejamos, é possível intentar da motivação toponímica um nível de análise da Urbanização e dos conteúdos da urbanização no contexto da

metrópole paulistana. A incursão talvez torne-se ainda mais interessante se juntada à conceituação de crise, aquela que se faz imanente do capital noutros termos do que já fora abordado neste trabalho. De modo que assim é projetada uma longa jornada neste campo de investigação.

\*

\*

\*

Assim retornamos cambaleante do labirinto depois de percorrermos caminhos emaranhados de corredores, túneis e demais ramificações. Idas e vindas. Várias tentativas. Retornamos à luz do dia. Entretanto, com muitas dúvidas, entre elas é se acertamos com algum golpe o Minotauro. Outra é que resta-nos saber se a Babel está subindo - já que está assentada em formas ilusórias e fetichistas - ou cresce para o lado.

Então recomeçamos(!)...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. "**Sociedade do consumo**". Rio de Janeiro: Elfos Ed., 1995.
- BONDIA, Jorge Larrosa. "**Notas sobre a experiência e o saber da experiência**". Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por Leituras SME;
- BRUNHES, Jean. "**Geografia Humana**". Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. "**Novas** **contradições do espaço**". In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima: (org.). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. "**Apresentando a metrópole na sala de aula**". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004a.
- \_\_\_\_\_. "**Novas** **contradições do espaço**". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles: (org.). Urbanização e mundialização: estudos da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004b.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. "**Hierotoponímia portuguesa. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras**", tese de doutoramento de apresentada ao Depto. De Lingüística da FFLCH-USP em 2005.
- CENTRO DE COOPERAÇÃO POR MORADIA POPULAR Primeiro de Maio. "**Revista Vejamos**". Edição especial – Setembro. Osasco: CCPMPPM, 2004.

DAMIANI, Amélia Luisa. **“As contradições do espaço: Da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço”**. In: DAMIANI, Amélia Luisa: CARLOS, Ana Fani Alessandri: SEABRA, Odette Carvalho de Lima: (org.). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **“A geografia e a construção da cidadania”**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004a.

\_\_\_\_\_. **“A geografia e a produção do espaço da metrópole - entre o público e o privado”**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri: CARRERAS, Carles: (org.). Urbanização e mundialização: estudos da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004b.

\_\_\_\_\_. **“A geografia que desejamos”**. In: Boletim Paulista de Geografia – Perspectiva Crítica, Edição nº. 83. São Paulo: AGB, 2005.

DEBORD, Guy. **“A sociedade do espetáculo”**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

BORDENAVE. Juan E. Díaz. **“O que é comunicação”**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (Coleção Primeiros Passos 67).

DICK, Maria V. de P. do Amaral. **“A motivação toponímica - Princípios e modelos taxionômicos”**. Tese de doutoramento apresentada ao Depto. De Lingüística e Línguas Orientais - Área de línguas indígenas do Brasil da FFLCH-USP em 1980.

\_\_\_\_\_. **“Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos”**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

GEORGE, GUBLIELMO, KAYER e LACOSTE. **“Geografia Ativa”**. São Paulo: Difusão Européia do Livro - Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

- HARVEY, David. **“A produção capitalista do espaço”**. São Paulo: Editora Anablume, 2005.
- JAPPE, Anselm. **“Guy Debord”**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. **“A espoliação urbana”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LACOSTE, Yves. **“A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”**. Campinas: Papirus, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **“O direito à cidade”**. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **“A revolução urbana”**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LENCIONI, Sandra. **“Região e Geografia”**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- LEROY, Maurice. **“As grandes correntes da linguística moderna”**. São Paulo: Editora Cultrix, 2ª edição, 1971.
- MARX, K. & ENGELS, F. **“A ideologia alemã”**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- NIETZSCHE, F. **“Obras Incompletas. Livro V da Gaia Ciência”**. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **“A insurreição do uso”**. In: SOUZA SOUZA. José Martins de (org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- PETRONE, Pasquale. **“Aldeamentos Paulistas”**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA. Depto. De Habitação da. **Plano Diretor Participativo de Jandira, 2006 - Lei Municipal nº 1.603/06 de 31/10/16.**
- RAFFESTIN, Claude. **“Por uma geografia do poder”**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

ROCHA, Alexandre S. da. **“Periferia e centralidade na Grande São Paulo: uma abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole”**.  
Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia - FFLCH - USP  
São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2000.

SANTAELLA. Lúcia. **"O que é semiótica"**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004  
(Coleção Primeiros Passos 103).

SANTANA. Paola Verri. **"A mercadoria verde: a natureza"**. In: DAMIANI, Amélia  
Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de  
Lima: (org.). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo:  
Contexto, 2001.

SOUZA, Álvaro José. **"Geografia lingüística - Dominação e liberdade"**. São  
Paulo: Editora Contexto, 1990.

#### SITES INSTITUCIONAIS E DE NOTÍCIAS

Grupo CBX Brasil. **“Kairós”**. <http://cbxbrasil.com.br/kairos/> acessado em 06/11/16 por  
Raphael B. Rodrigues.

Portal de Notícias Estadão. **“Construtoras mudam mapa da cidade”**.  
<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,construtoras-mudam-mapa-da-cidade,964948> acessado em 07/11/16 por Raphael B. Rodrigues.

Portal de Notícias G1. **“Bairros de SP mudam de nome para ganhar valor”**.  
<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL30174-5605,00-BAIRROS+DE+SP+MUDAM+DE+NOME+PARA+GANHAR+VALOR.html>  
acessado em 08/05/07 por Raphael B. Rodrigues.

Realibras Empreendimento e Participações. “**Anúncio: Residencial Beverly Hills - Granja Viana.**” <http://www.realibras.com.br/empreendimento?beverly-hills> acessado em 06/11/16 por Raphael B. Rodrigues.

## ANEXO I

01/11/2016

G1 > Edição São Paulo - NOTÍCIAS - Bairros de SP mudam de nome para ganhar valor



O Portal de Notícias da Globo

08/05/07 - 15h59 - Atualizado em 08/05/07 - 16h24

### Bairros de SP mudam de nome para ganhar valor

Mercado imobiliário procura dar charme a região com novo nome. Para construtora, 'apelido' facilita localização de empreendimento.

Luciana Bonadio e Patricia Araújo Do G1, em São Paulo



Shopping Anália Franco, na Zona Leste de São Paulo, inspirou novo nome para toda área ao seu redor (Foto: Divulgação)

Tatuapé virou Anália Franco, Vila Andrade tornou-se Panamby ou Jardim Sul e pouca gente sabe onde fica a Vila Progredior, mais conhecida hoje como Jardim Guedala. Criar apelidos para os bairros é uma estratégia do setor imobiliário para valorizar regiões da cidade. No boca-a-boca, a “marca fantasia” acaba ganhando mais força do que o nome original.

Arquiteto acostumado a projetos de grandes condomínios, Wilson Marchi Júnior acredita que o novo nome funcionaria como uma espécie de “marca fantasia”, um nome comercial que se dá para situar um lançamento imobiliário ou por causa dele. Ele explica que não existem problemas jurídicos para esse tipo de mudança de nome.

**Veja também:**

**[Bairros planejados surgem de grandes terrenos em SP](#)**  
**[Em Heliópolis, nem lei é capaz de mudar nome de comunidade](#)**



“Todos os documentos do ‘novo’ bairro vão ser locados como está na prefeitura”, fala. Marchi Júnior cita o exemplo do bairro Anália Franco, na Zona Leste da capital paulista, que se expandiu a partir da construção do shopping de mesmo nome, mas na realidade a maior parte da área pertence atualmente ao bairro do Tatuapé.

“Ao fazer isso (mudança de nome) você procura salientar as vantagens de uma área. É importante para as imobiliárias, construtoras e para as pessoas que moram no local. Tem uma coisa de status, qualificação pelo status. Então, o morador prefere identificar por esse nome fantasia.”

O arquiteto conta que essa adoção de novos nomes surgiu naturalmente há muito tempo, mas tem uma interferência das construtoras, que, quando lançam um projeto, buscam mudar a “cara” de toda a região ao redor para valorizar o empreendimento.

O vice-presidente de projetos especiais do Sindicato da Indústria da Construção Civil do

Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), José Romeu Ferraz Neto, acredita que o que ocorre nesses supostos novos bairros é que “se criam alguns apelidos que acabam virando tendência”. Ele exemplifica essa mudança com um caso ocorrido na construtora da qual é diretor.



Shopping Jardim Sul serviu de inspiração para batizar trecho na região do Morumbi, na Zona Sul (Foto: Divulgação)

Ferraz Neto conta que, em 1985, a construtora comprou um terreno numa área da Vila Progredior. A área fica entre a Praça Vinícius de Moraes e os fundos do Colégio Miguel de Cervantes até as avenidas Francisco Morato e Jorge Saad, na Zona Sul de São Paulo. Na época, o bairro era muito abandonado porque, segundo ele, não havia várias das ligações e vias que

atualmente existem no local.

Na época, o então prefeito Jânio Quadros decidiu canalizar o rio que corta a região e criou a Avenida Vicente Paiva. “Na mesma época, tínhamos (a construtora) que lançar nosso empreendimento e pensamos em chamar o local pelo nome do primo rico: Jardim Guedala. Aí começou, e hoje é esse o nome daquela área. Na verdade não é, é Vila Progredior, mas virou Jardim Guedala para todo mundo”, fala Ferraz Neto se referindo ao bairro considerado nobre situado ao lado do Jardim Progredior. E acrescenta que de lá para cá foram construídos 20 prédios pela construtora naquela área e todos são “situados” no Jardim Guedala.

A região no Morumbi tem outros exemplos de bairros que ganharam novos nomes por causa de empreendimentos de luxo. “Panamby é um apelido, Jardim Sul também. Tudo é Vila Andrade. No boca-a-boca acaba pegando. É mais uma questão de marketing das próprias empreendedoras”, diz o subprefeito de Campo Limpo, Heitor Sertão.

A gerente de incorporação da Camargo Corrêa, Cristiane Fornazari, acredita que os novos nomes facilitam a localização. A construtora é responsável por um grande empreendimento na Vila Andrade, anunciada em folhetos publicitários como Jardim Sul, graças ao shopping de mesmo nome. “Eu acho que no caso do Jardim Sul é uma questão de localização. O shopping puxou este nome”, disse.

Para o vice-presidente do Sinduscon-SP, a adoção de novos nomes e de nomes mais conhecidos não pode ser considerada uma forma de valorização. “Se a área não for boa, não adianta. Na hora que a pessoa vai comprar um apartamento, sabe exatamente onde está. O que valoriza o seu imóvel é onde ele está realmente. O acesso, as facilidades que tem. Não vai ser o nome que vai mudar isso.”

Ferraz Neto acredita que vão surgir muitas áreas novas e outras menores serão valorizadas e terão seus nomes mudados porque a cidade está se expandindo. “Aqueles novos nomes que forem criados e que se identificarem com a área ficarão. Mas o que forem criados só como marketing, não vão colar.”



### ■ Quase MPB

A mudança de nome para valorização da área também foi um recurso questionado na região central de São Paulo. Um dos mais antigos bairros da capital, a Vila Buarque teve seu nome sujeito a reforma.

Em 2005, um grupo de moradores, preocupados com a revitalização cultural do bairro, decidiu criar um projeto para rebatizar a área com o nome de Vila Chico Buarque. A homenagem ao músico da Música Popular Brasileira deveria vir junto com a expansão de teatros e restaurantes, a demarcação precisa da área (que se mistura entre os bairros de Higienópolis e Santa Cecília) e um projeto de derrubada do Minhocão.

Segundo a Oboré, empresa de criação de projetos especiais em comunicação e artes e à frente do projeto na época, chegou a ser proposta a realização de um plebiscito para a votação dos moradores sobre a mudança. Mas, não houve consenso entre as várias entidades envolvidas e o assunto acabou sendo esquecido.

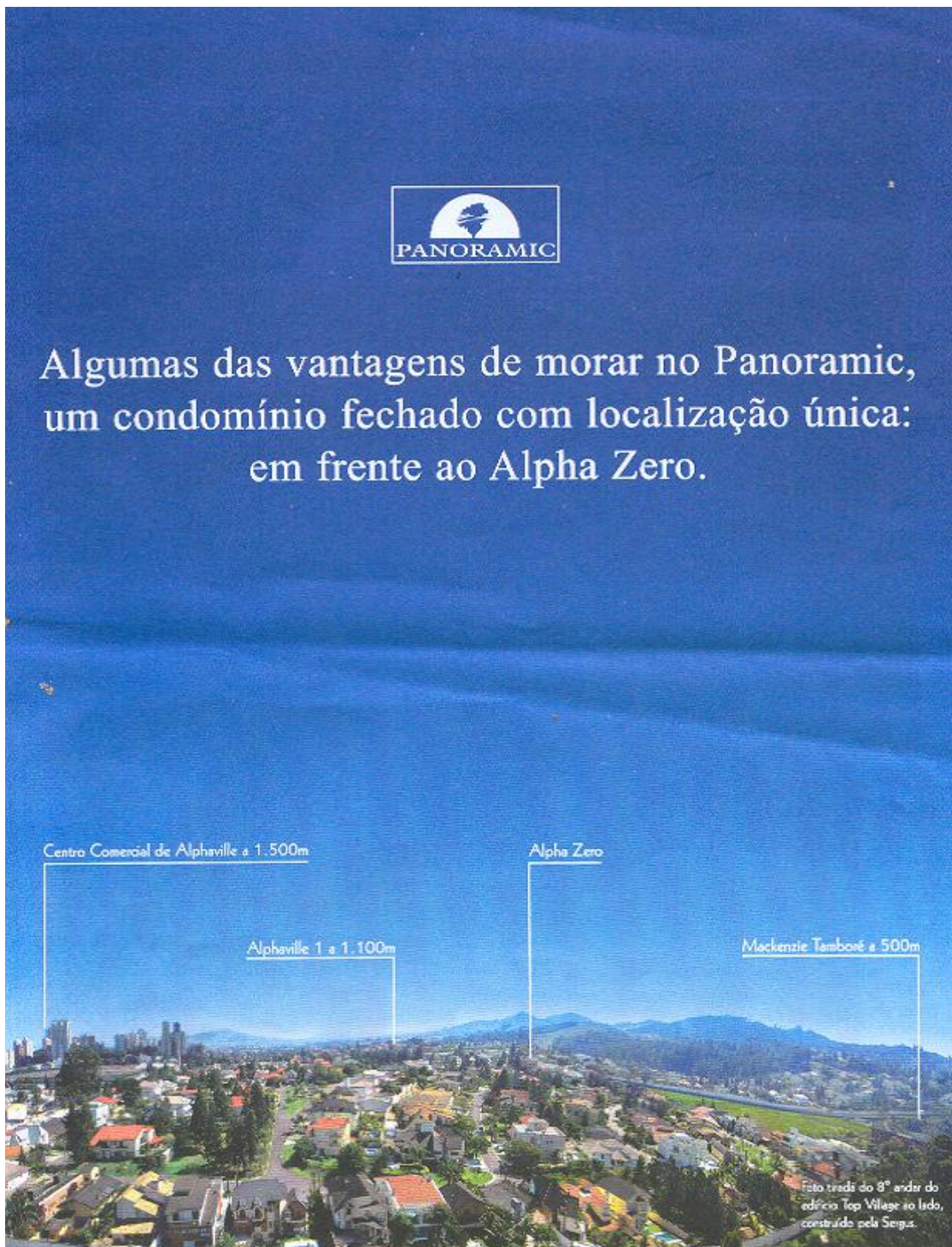
### ■ Prefeitura

De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria de Planejamento da prefeitura, o plano diretor do município estabelece que as subprefeituras podem desdobrar seus planos regionais em planos de bairros. Na prática, porém, as subprefeituras não fizeram isso porque a prefeitura não pensa a cidade por bairro, e sim, em distritos. Por causa disso, não há como afirmar até onde vai um bairro e onde começa o outro.

Para o subprefeito de Campo Limpo, mudar o nome de um bairro é difícil. “Isso para ser oficializado precisa passar pela Câmara de Vereadores para aprovação. É complicado”, disse. De acordo com a assessoria da Câmara, não é comum este tipo de pedido, já que a divisão oficial da cidade é por distritos, feita pela Lei 11.220/92.

## ANEXO II

### Fac-símile: divulgação do empreendimento PANORAMIC



The advertisement features a panoramic view of a residential area in Alphaville, Brazil, with a blue sky and a clear horizon. The image is overlaid with a dark blue gradient at the top. The PANORAMIC logo, consisting of a stylized tree inside a circle above the word "PANORAMIC", is centered in the upper half. Below the logo, the text "Algumas das vantagens de morar no Panoramico, um condomínio fechado com localização única: em frente ao Alpha Zero." is written in white. At the bottom, four white lines with brackets indicate distances to key locations: "Centro Comercial de Alphaville a 1.500m", "Alphaville 1 a 1.100m", "Alpha Zero", and "Mackenzie Tamboré a 500m". A small note in the bottom right corner reads: "Foto tirada do 8º andar do edifício Top Village ao lado, construído pela Siegas."

**PANORAMIC**

Algumas das vantagens de morar no Panoramico,  
um condomínio fechado com localização única:  
em frente ao Alpha Zero.

Centro Comercial de Alphaville a 1.500m

Alphaville 1 a 1.100m

Alpha Zero

Mackenzie Tamboré a 500m

Foto tirada do 8º andar do edifício Top Village ao lado, construído pela Siegas.



ANEXO III

Fac-símile: divulgação do empreendimento EXUBERANCE BUTANTÃ



## ANEXO IV

05/11/2016

Sobre Kairós – Grupo CBX Brasil

     
 (11) 2645-7800



<http://cbxbrasil.com.br>

## KAIRÓS

### Um momento na história do Grupo CBX Brasil.

Kairós foi o nome escolhido para dar padrão aos empreendimentos do Grupo CBX Brasil. Um nome que em grego significa "tempo", mas não o tempo cronológico. Kairós é o tempo supremo, o tempo em que vivemos, o tempo divino, o tempo oportuno, o nosso tempo.

Pensando nisso, a equipe da CBX trabalha para formatar produtos imobiliários que preencham este tempo com qualidade de vida, sustentabilidade, dignidade, saudabilidade e conforto.

Kairós, portanto, é mais que um nome. É a concretização da missão da empresa e dos sonhos dos nossos clientes.

© 2016 Grupo CBX Brasil | Todos os direitos reservados.

Todas as imagens são meramente ilustrativas. Os móveis são de dimensões comerciais e não fazem parte do contrato. As medidas das plantas são internas e de face a face das paredes.

## ANEXO V

05/11/2016

REALIBRAS URBANISMO



**A Realibras (realibras)**

**Contato (contato)**

Todos os empreendimentos (todos-empresendimentos)

PRONTO • GRANJA VIANA

RESIDENCIAL

# BEVERLY HILLS



PORTARIA

## SOBRE O EMPREENDIMENTO

UM NOVO CONCEITO DE MORAR INTEGRADO À NATUREZA - LOTES A PARTIR DE 410 M<sup>2</sup>

<http://www.realibras.com.br/empreendimento?beverly-hills>

1/3

06/11/2016

REALBRAS URBANISMO

Estar em contato com a natureza é, sem dúvida, um privilégio para poucos. No loteamento Beverly Hills, localizado na região de Granja Viana, em Jandira (SP), toda essa tranquilidade também pode estar ao seu alcance.

Tire todo o proveito que o contato com a natureza pode dar a você e sua família, neste empreendimento que conserva 43% da área total de mata nativa e bosques projetados. Amplos lotes a partir de 410 m<sup>2</sup>, com lago, pista de caminhada e playground.

O empreendimento tem a garantia do financiamento direto com a Realbras.

## EMPREENHIMENTO APROVADO

[Faça o download da documentação \(inc/pdf/6c60ad0fafd64fa5adae218c18963700.pdf\)](#)

## PROJETO URBANÍSTICO



## ANDAMENTO DA OBRA

Terraplanagem

100%

Drenagem

100%

Guias e Sargetas

100%

<http://www.realbras.com.br/empreendimento?beverly-hills>

2/3







## Construtoras mudam mapa da cidade

O mapa dos bairros de São Paulo está em transformação - pelo menos para imobiliárias e construtoras. A estratégia é substituir nomes sem apelo comercial e, aos poucos, mudar a cara da região em busca de clientes interessados em morar ou trabalhar em locais considerados mais atrativos. Basta olhar os classificados. Sobram ofertas de imóveis no Itaim Nobre, Baixo Perdizes, Alto da Boa Vista, Brooklin Novo e na City Formosa. Bairros que oficialmente não existem.

O boom imobiliário alimenta as mudanças e dá vida aos novos bairros, a partir da venda de unidades residenciais. A Chácara Klabin é uma das representantes do fenômeno. A área da zona sul que recebeu esse nome está localizada na Vila Mariana, mas as novas construções feitas ali validaram o "batismo" dado pelas construtoras. Os corretores de imóveis seguiram a mesma linha e até o Metrô abriu a Estação Chácara Klabin no bairro informal.

Nas últimas duas décadas, as transformações mais acentuadas se concentraram na região do Morumbi, na zona sul, que ganhou pelo menos três subdivisões: Panamby, Portal do Morumbi e Jardim Sul. Elas substituíram, extraoficialmente, a Vila Andrade e a Vila Sônia, ambas com menor apelo comercial. Perto dali, o distrito de Santo Amaro também foi fatiado. Por lá, surgiram, por exemplo, o Brooklin Novo e o Alto da Boa Vista.

A confusão aumenta porque a divisão atual já é polêmica. Para a Prefeitura, a cidade nem sequer tem bairros, apenas distritos - alguns representam verdadeiras cidades, como o Grajaú, com mais de 440 mil moradores. Mas, mesmo informais, as antigas denominações ajudam o cidadão a se localizar na metrópole de 11 milhões de pessoas e as novas já forçam a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp) a planejar a atualização de seu banco de dados.

"Nossos estudos são de 1977. De lá para cá, muita coisa mudou na cidade sob a influência do mercado imobiliário, que inventa novos bairros como alternativa de marketing. Alguns, no entanto, foram incorporados realmente e precisam ser listados. A atualização deve sair no ano que vem", afirma Luiz Antonio Pompéia, presidente da Embraesp.

A entidade ressalta, no entanto, que, enquanto outros bairros são reduzidos para o surgimento

de outros, há aqueles que são estendidos. Para atrair a clientela em busca de requinte, corretores ampliam os limites dos bairros de acordo com seus interesses de venda. Higienópolis, no centro, é exemplo. Com a valorização da área, os vizinhos passaram a tirar uma lasquinha da fama de luxo do bairro. "O resultado é que Santa Cecília, Vila Buarque e até a Barra Funda viraram Higienópolis", diz Pompeia.

Com 40 anos de experiência no ramo da corretagem de imóveis, José Carlos Saldanã, de 61 anos, cita o Jardim Anália Franco como o principal exemplo de expansão de limites na zona leste. "Com a fama boa do bairro, os limites dele não param de crescer. Agora, já existe o Parque Anália Franco, que, na verdade, é Regente Feijó", diz. "Não muito longe dali, estão criando a City Formosa, no melhor pedaço da Vila Formosa."

**Lançamentos.** Os megaempreendimentos também ajudam a espalhar as novas divisões de território. Pelo menos dois deles têm potencial para ganhar status de bairro. Na zona sul, o Parque da Cidade é um dos candidatos. Projetado pela Odebrecht Realizações (OR), ele terá dez torres, entre prédios comerciais, residenciais, shopping e hotel. No lançamento, a Chácara Santo Antonio, onde está localizado o terreno de 80 mil m<sup>2</sup>, nem sequer foi mencionada.

O diretor de Incorporação da OR, Saulo Nunes, nega que a intenção da empresa seja criar um bairro, mas reconhece que o processo pode ocorrer de forma natural. "No nosso caso, o nome Parque da Cidade traduz o projeto que tem o conceito de cidade compacta, sem muros e com uma ampla área verde. Ele foi definido a partir de um estudo contratado para esse objetivo, mas, para que funcione, deve ser fiel à proposta. Não adianta dar o nome de parque se não houver de fato um ali", afirma.

**Privativo.** Do outro lado do Rio Pinheiros, a Rossi criou o Paulistano, seu "bairro privativo" na região do Morumbi. Na propaganda, há uma área de 155 mil m<sup>2</sup> ocupada por casas, edifícios, praças e bosque, além de um centro comercial e um clube com mais de 40 itens de lazer.

Com 30 torres planejadas para a Barra Funda, na zona oeste, a Tecnisa também já planejou seu novo bairro: o Jardim das Perdizes. O megaempreendimento será erguido em uma área de 250 mil m<sup>2</sup>, entre as Avenidas Marquês de São Vicente, Nicolas Boer e Gustav Willi Borghoff. A obra ainda não saiu do papel, mas a Prefeitura já incorporou a nomenclatura e batizou a área verde que será aberta ali como uma espécie de contrapartida social. O nome já foi parar na placa. As informações são do jornal **O Estado de S.Paulo**.